Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Linguística

ILCA SUZANA LOPES VILELA

**AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NO DISCURSO
QUILOMBOLA EM PERSPECTIVA SEMIÓTICA:**

O caso das bonecas pretas do Quilombo de Conceição das
Crioulas

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V699a Vilela, Ilca Suzana Lopes
Afirmção da identidade no discurso quilombola em perspectiva semiótica: o caso das bonecas pretas do quilombo de Conceição das Crioulas / Ilca Suzana Lopes Vilela ; orientador Ivã Carlos Lopes. - São Paulo, 2014.
199 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Linguística. Área de concentração: Semiótica e Lingüística Geral.

1. Quilombos-Salgueiro (PE). 2. Discurso. 3. Afirmção da identidade. 4. Semiótica. 5. Artesanato - Bonecas pretas. I. Lopes, Ivã Carlos, orient. II. Título.

ILCA SUZANA LOPES VILELA

**AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NO DISCURSO
QUILOMBOLA EM PERSPECTIVA SEMIÓTICA:**

O caso das bonecas pretas do Quilombo de Conceição das
Crioulas

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em Linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientador: **Prof. Ivã Carlos Lopes**

São Paulo

2014

Nome: VILELA, Ilca Suzana Lopes

Título: Afirmação da identidade no discurso quilombola em perspectiva semiótica: O caso das bonecas pretas do Quilombo de Conceição das Crioulas

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em Linguística.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr^(a). _____

Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr^(a). _____

Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr^(a). _____

Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr^(a). _____

Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

*A meus pais (**Izabel Cristina Lopes Vilela e José Vilela da Silva**) e a meus irmãos (**Jailson Lopes Vilela e José Vilela da Silva Júnior**), direção segura e plena.*

*Ao professor **Marcelo Machado Martins**, que me trouxe ao mar da semiótica e, desde então, está comigo nesta travessia.*

*Ao professor **Ivã Carlos Lopes**, que, nesta “dramatis persona”, segue comigo uma verdadeira aventura proppiana: Queda, doação, busca e chegada.*

*Ao senhor **José Carlos da Silva Lopes**, liderança do Quilombo Castainho, Garanhuns – PE, por meio do qual o universo quilombola chegou até mim.*

Ao movimento quilombola.

AGRADECIMENTOS

À minha família, cujo apoio e euforia pelo meu percurso acadêmico, apenas fortalecem o rumo da continuidade. É impulsionante a satisfação de pais, irmãos, cunhada, tias, tios e primas e primos.

À minha madrinha Dilma Feitoza Braz, pelo afeto nos mais variados momentos de minha vida.

Ao professor Marcelo Machado Martins, sem o qual a semiótica seria apenas presença implícita em minha vida. Não bastasse isso, é amigo e colega de trabalho sempre generoso e extremamente altruísta. É a mais viva lição de competência e engajamento nas práticas educacionais.

Ao professor Ivã Carlos Lopes, que acreditou, acolheu e impulsionou, pela partilha dos conhecimentos, por me lembrar, constantemente, que o vínculo com a semiótica mais do que pelo dever, acontece pelo querer. É uma felicidade contar com um orientador que demonstra em suas ações, que nossas faculdades intelectivas não devem excluir nossa sensibilidade para com o outro.

Aos professores convidados para a banca de defesa. Titulares: Diana Luz Pessoa de Barros, Elizabeth Harkot-de-la-Taille, Marcelo Machado Martins, José Américo Bezerra Saraiva. Suplentes: Norma Discini de Campos, Jean Cristtus Portela, Rita de Cássia Pacheco Limberti, Oriana de Nadai Fulaneti.

À professora Elizabeth Harkot-de-La-Taille, minha orientadora do coração, exemplo de intelectual comprometida igualmente com a pesquisa e com o ensino, primorosa na comunicação didática, incansável na doação do saber. Sinceros agradecimentos pelas suas contribuições nos exames de qualificação.

À professora Diana Luz Pessoa de Barros que, sem saber, ao falar para mim, no miniENAPOL de 2011, que a pesquisa seguia em bom curso, colaborou, decisivamente,

para minimizar meu auto-julgamento excessivamente disfórico – e também pela excelente arguição no exame de qualificação, a partir da qual a pesquisa enveredou, de vez, pelas identidades.

Aos professores Antônio Pietroforte, Cristina Altman, Esmeralda Negrão, Jean Portela, José Luiz Fiorin, Luiz Tatit, Marcello Modesto, Marcos Lopes, Norma Discini, Olga Coelho, Waldir Beividas, pelos ensinamentos linguísticos e semióticos.

Aos professores Elizabeth Harkot-de-La-Taille, Ivã Carlos Lopes e Waldir Beividas pela perseverança na condução do Grupo de Estudos Semióticos – GES/USP, espaço propulsor de diversas atividades que impactam, diretamente, em nossa formação semiótica e, mais amplamente, em ciências da linguagem e áreas afins.

Aos colegas que, mais do que promotores de instigantes diálogos sobre a linguagem, ofereceram o afeto de amigos e, acolhendo-me, preencheram tão bem aquela falta do lar e da terra natal distantes, que a dor virou acalanto: Adriano Santos, Alexandre Felipe Sousa, Alpha Simonetti, Bruna Zerbinatti, Carolina Sant’Ana, Carolina Tomasi, Cíntia Marinho, Cleyton Fernandes, Daniel Carmona, Daniela Bracchi, Dario Cardoso, Débora Camargo, Diocleyr Baulé, Eliane Pereira, Eliane Soares, Guilherme Demarchi, Guilherme Rodolfo, Julia Lourenço, Júlio Cesar, Lucas Shimoda, Luís Damasceno, Mariana Barros, Marina Maluli, Natália Guirado, Paula Martins, Renata Moreira, Renato Razzino, Ricardo Akira, Saulo Schwartzmann, Taís Oliveira, Tarcísio Dias, Thami Amarilis, Thiago Moreira, Valquíria Moisés.

À Daniela Bracchi pelas primorosas fotografias que produziu das bonecas.

À Taís Oliveira pelo *abstract*.

À Paula Martins pelas leituras atentas e pela formatação da tese.

À Danielle da Silva Ferreira pela indicação de importante referência.

Ao Departamento de Linguística – DL, pela disponibilização de bolsas da cota CNPQ no mestrado e na mudança para o doutado direto.

Aos técnicos administrativos do DL, Érica de Lima e Robson Dantas, pela boa condução dos processos administrativos, imprescindível à regulamentação da pesquisa pelos trâmites da gestão administrativa.

À professora Beth Salum que, no seu curso de redação para pós-graduandos da USP, desvela o rigoroso universo da edição de textos.

Aos colegas e amigos de outros espaços de pesquisa semiótica ou não, pelas trocas e estima: Amanda Raiz, Cíntia Alves, Gorete Prado, Luiz Torelli (CASA – Unesp/Araraquara), Clara Marinho, Tainá Teixeira (Sedi – UFF), Lyssandra Torres, Luann Taveira, Susy Anne Cabral (Semioce – UFC), Urbano Cavalcante (Programa de Filologia e Língua Portuguesa da USP), Juliana Oliveira (Centro de Línguas da USP).

Aos queridos amigos de cá e de lá, Carolina Tomasi, Daniela Bracchi, Débora Camargo, Gracineide Santos, Julia Lourenço, Maria Wellita, Natália Guirado, Lucas Shimoda, Marina Maluli, Paula Martins, Roberta Gonçalves, Sarah Rodrigues, Taís Oliveira, Thiago Moreira, que, ao preencherem as minhas lacunas de conhecimentos com a doação de seu saber, nos mais diversos momentos das produções acadêmicas, seja com a produção de *abstract*, seja na leitura e formatação atenta de textos, no uso do *prezi*, etc., renovam minha crença de que o conhecimento só aumenta quando se soma ao do outro.

Aos amigos Alpha Condeixa, Arce Correia, Daniela Bracchi, Eneilson João, Julia Lourenço, Paula Martins, Paulo Mattoso e Thiago Moreira pela dedicação e paciência com que melhoraram os meus dias de “Sampa”.

A José Francisco da Silva Júnior, pelo acalanto tantas vezes salvador.

A Homero Alexandre Dantas Barreto, porque “a medida do amor é o amor sem medida”.

Aos meus colegas e amigos da Unidade Acadêmica de Garanhuns da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sem o apoio dos quais a permanência em terras paulistas não teria sido possível, Airon Aparecido, Alcione Braz, Kézia Barros,

Marcelo Martins, Renato Ferro, Roberta Gonçalves, Tarcísio Benevides, Valdeline Cardoso, Wagner Marques.

À colega e amiga Kézia Barros que, assumindo minhas funções na Unidade Acadêmica de Garanhuns, tornou possível minha licença para estudos.

Às pessoas que animaram os debates e eventos promovidos pelo Grupo de Pesquisa Educação: manifestações textuais-discursivas da diversidade da Unidade Acadêmica de Garanhuns da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

À Unidade Acadêmica de Garanhuns da Universidade Federal Rural de Pernambuco pela concessão de licença para estudos.

Aos amigos dos quilombos de Garanhuns, especialmente, José Carlos da Silva Lopes, Maria José da Silva Lopes, Claudicélio da Silva Lopes, Carla da Silva Lopes e Cátia Lopes da Costa, por todo o afeto e inspiração para a vida como resistência. Por terem me recebido como alguém da família.

Ao Quilombo de Conceição das Crioulas que, pela mobilização político-identitária, tanto nos ensina sobre participação social, que, pela via do trabalho de artesanato, oferece-nos beleza, ludicidade e lição de resistência.

A todos que contribuíram comigo ao longo dos meus dias, em nome de amigas como Essony Ewagna Oliveira Duarte e Gislaine Damaceno do Nascimento Orlando, sintam-se, grandiosamente, contemplados com o meu sincero reconhecimento.

Se os semioticistas do Brasil e de outros países da América Latina têm procurado cumprir seus múltiplos papéis e dado contribuição para que a teoria semiótica avance e para que se conheça um pouco melhor a sociedade sul americana, há ainda muito a ser feito. Por que apenas os historiadores devem falar dos “heróis nacionais” ou os sociólogos, dos sem-terra? Há outra perspectiva, outro ponto de vista, outro objeto, portanto, como diria Saussure, construído pelos semioticistas no exame dos discursos dos sem-terra ou sobre eles, do separatismo ou do racismo. E só o semioticista ou outro estudioso do discurso pode dar conta de descrever e explicar esse novo objeto

(BARROS, 2012, p.154).

RESUMO

Nesta tese, analisou-se o discurso quilombola tendo como objeto teórico a construção do efeito de sentido de afirmação da identidade na relação com a estratégia de manipulação por sedução – o objeto empírico sendo as bonecas pretas do Quilombo de Conceição das Crioulas, situado em Salgueiro – PE, na tentativa de: discutir o que é uma identidade semiótica, como se produz esse efeito textual-discursivamente e o que significa a afirmação da identidade pelos sujeitos; analisar como se constrói o efeito de sentido de identidade no *corpus*; cotejar a afirmação da identidade com a semiótica da manipulação; refletir sobre o conceito de manipulação e seus desdobramentos na Semiótica greimasiana e explicitar, no *corpus*, a gestão do sentido tanto pela intencionalidade com que, implicitamente, o enunciador engendra uma imagem-fim positiva do enunciatário, quanto pelo excedente passional que sobrevém ao discurso. Os resultados da discussão teórica e sua incidência na análise do *corpus* demonstram que a identidade semiótica é um simulacro e para o efeito de sua afirmação são necessários elementos sintáxicos que produzam a repetição que, no discurso das bonecas, realiza-se com o recurso à isotopia, à aspectualização, à tensividade. Tais elementos, associados à estrutura manipulativa, arquitetam a estratégia da sedução com vistas à adesão ao discurso comunicado, o qual, pela tensão entre querer e dever, põe em movimento a ética e a estética. Notadamente, *repetir para lembrar* e *seduzir para influenciar* têm todo relevo na semiótica das bonecas.

Palavras-chave: discurso quilombola; bonecas pretas do Quilombo de Conceição das Crioulas; afirmação da identidade; estratégia da manipulação por sedução; Semiótica greimasiana; esquematismo tensivo.

ABSTRACT

In this thesis, we have analyzed the quilombola discourse. Our theoretical object was the construction of the meaning effect of identity affirmation in the relation with the strategy of manipulation by seduction – the empiric object were the black dolls from Quilombo de Conceição das Crioulas, which is located in Salgueiro-PE. We have aimed at: discussing what is semiotic identity, how this effect is textually and discursively produced and what the subjects' identity affirmation means; analyzing how the meaning effect of identity is constructed in our *corpus*; collating the identity affirmation with the semiotics of manipulation; reflecting about the concept of manipulation and its deployment in greimasian semiotics and showing, in the *corpus*, the management of the meaning by the intentionality with which, implicitly, the enunciator engenders a positive end-image of the enunciatee, and by the passionate surplus which overtakes the discourse. The results of the theoretical discussion and its incidence in the analysis of the *corpus* show that the semiotic identity is a simulacrum and that syntactic elements which produce repetition are needed for the effect of its affirmation. In the discourse of the dolls, this is realized by isotopy, aspectualization, tensivity. These elements, associated with the structure of manipulation, build the strategy of seduction aiming the adhesion to the discourse, which, by the tension between *wanting* and *having to do*, put the ethic and the esthetic in movement. Notably, *repeating to remember* and *seducing to influence* have a lot of importance in the semiotics of the dolls.

Keywords: quilombola discourse; black dolls from Quilombo de Conceição das Crioulas; identity affirmation; strategy of manipulation by seduction; greimasian semiotics; tensive schematism.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
Organização do trabalho	23
CAPÍTULO 1: IDENTIDADE NA SEMIÓTICA GREIMASIANA E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PELO SUJEITO.....	26
1.1 Saussure: a relação	27
1.2 Greimas: a semiótica da relação.....	35
1.3 Landowski: a semiótica da relação como presença.....	41
1.4 Identidade do sujeito semiótico.....	47
1.5 Identidade e afirmação da identidade	56
CAPÍTULO 2: SOBRE O SUJEITO QUILOMBOLA.....	67
2.1 Relações intertextuais.....	68
2.1.1 Quilombo: breve trajetória dos sentidos de um conceito.....	71
2.1.2 Quilombo de Conceição das Crioulas: história e produção artesanal.....	77
2.2 As bonecas pretas como projeção de “dias melhores”.....	81
2.2.1 Afirmação da identidade do sujeito quilombola: o caso das bonecas pretas do quilombo de Conceição das Crioulas.....	85
CAPÍTULO 3: EM TORNO DA MANIPULAÇÃO.....	108
3.1 Manipulação e senso comum.....	109
3.2 A proposta de distinção entre formas e figuras da manipulação por Filinich	113
3.3 A proposta da manipulação como um dos tipos de interação humana por Landowski	120
3.4 A contribuição do fazer missivo de Zilberberg no desenvolvimento da semiótica da manipulação: o caso do antissujeito.....	126
3.4.1 Tudo começa pela gramática do afeto	126
3.4.2 Sobre o fazer missivo.....	134
3.4.3 Missividade e manipulação.....	140
3.5 Balanço e rumos da manipulação.....	146
CAPÍTULO 4: AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA PELA VIA DA MANIPULAÇÃO.....	150
4.1 Produção artesanal: traços de sustentabilidade em Conceição das Crioulas	155
4.2 Sedução: razão e paixão.....	160
4.3 Sedução: estética e ética	165
4.3.1 A relação entre querer e dever	172
4.4 Desdobramentos da sedução no discurso quilombola.....	180
CONCLUSÃO.....	181
REFERÊNCIAS.....	188

INTRODUÇÃO

Ignacio Assis Silva (1995) lembra-nos que o andamento de um estudo é regido por balizas. Marco dos limites a partir dos quais “o fazer científico recorta a experiência, articula-a, escolhendo ângulos de pertinência” (p. 26), as balizas transformam-na em objeto comunicável, partilhável. É por esse motivo que nosso engajamento¹ com o discurso quilombola, para se atualizar em comunicação acadêmica de escopo semiótico, pautou-se nas diretrizes da narratividade, da oscilação entre sensível e inteligível e da intertextualidade.

A **narratividade**, mediante programas, percursos e esquemas, é produtora das segmentações requeridas pelas práticas intelectivas. Traço definidor da estrutura narrativa, a intencionalidade vincula-se à acepção de sentido como direção em que, pelo desenvolvimento da narrativa – cuja característica mais própria é a da transição – é possível conceber diferentes modos de existência semiótica dos actantes enquanto se processa a significação. Em virtude disso, é que se pode, por exemplo, dizer que a existência de um sujeito em conjunção com o objeto almejado é realizada. Nessa sinonímia com o conceito de sentido, a intencionalidade prevê o curso da narrativa “como um sintagma programado entre a posição incoativa e a posição terminativa do sujeito. Esse sintagma define-se como um *projeto cultural*” (BARROS, 1988, p. 44). Ao explicitarmos a ordenação desses elementos, no objeto de análise, pudemos definir aí o projeto artesanal em curso na comunidade de Conceição das Crioulas e os programas produzidos com o fito de levar tal projeto a bom termo. Ademais, conquanto seja possível concentrar as análises num dos níveis de geração do sentido, o que Bertrand ([2000] 2003) chama de análise modular, isto é, de um módulo, nível ou patamar, observamos, na prática analítica, que as estruturas narrativas são o que consolida o nível

¹ Entre os anos de 2006 e 2007, projetei, coordenei e dei aulas de português em pré-vestibular para quilombolas de Garanhuns, projeto de extensão da UAG/UFRPE, a partir daí começa minha experiência e interesse pela produção discursiva do povo de quilombos, mais, meu compromisso e engajada identificação com esse universo.

discursivo, sem com isso desconsiderar a apreensão de sentido por meio das oposições semânticas e das formas de expressão.

A gramática narrativa, no emparelhamento com o percurso da vida dos homens, firmou-se pela análise dos estágios descontínuos, que estruturam o inteligível na linguagem. No entanto, a semiótica, como teoria que se pretende um simulacro das atividades humanas, ao incorporar a paixão, nada mais que o sensível e o afetivo das nossas experiências, inibe a equiparação da “*performance* do ator à atividade afórica de um robô” (LOPES, 1989/1990, p. 154). E, assim, pode-se cuidar tanto das estabilidades quanto das instabilidades enredadas nos textos. O **esquematismo tensivo** (ZILBERBERG, [2006] 2011a), asseverando que não há valores sem afetos, engloba, no imaginário semiótico, formas e forças no tratamento da significação. O ritmo oscilante entre sensível e inteligível é o fundamento da gramática tensiva, sua inflexão sobre o *corpus* de estudo fez observar a relação entre o fazer da resistência e o ser do sujeito obstinado, entre outros aspectos.

A **intertextualidade**, inserida no quadro do dialogismo bakhtiniano (1981), concebe que o texto não surge *ex nihilo*, mas das relações que entretém com outros textos. Pela captação ou subversão do discurso de outrem, o sujeito se confirma como construtor e produto histórico (DISCINI, 2001). A inscrição dos discursos, na História, não concebe esta como algo exterior ao próprio discurso, para a semiótica que, na esteira dos ensinamentos saussurianos, assume a propriedade social da linguagem, explicitar a construção histórica dos discursos se faz na imanência do texto e do diálogo entre textos. Consequentemente, essas relações não são tecidas entre um contexto externo aos textos e aos discursos, mas como constitutivas destes mesmos textos e discursos. Daí que, optamos por apresentar, em linhas gerais, as temáticas das identidades e dos quilombolas sob a perspectiva de textos, principalmente, da antropologia, história, sociologia e estudos culturais.

A aplicação dessas balizas ao objeto empírico bonecas pretas do Quilombo de Conceição das Crioulas permitiu-nos conceber como objeto teórico: a construção do

efeito de sentido de afirmação da identidade na relação com a estratégia de manipulação por sedução. Nesse recorte, com que se abordou o discurso quilombola, reconhecemos alguns pontos como primordiais na formação dessa rede relacional, elencados aqui em itens, visando ao realce do que consideramos essencial reter desta tese.

Identidade semiótica: O que é? Como se faz?

A semiótica, como teoria da linguagem interessada pelo sentido articulado obtido dos modelos de previsibilidade da geração do sentido nos textos, considera que nosso acesso à realidade nunca ocorre de modo imediato, já que sua produção é fruto de simulacros ou efeitos de sentido. Por essa razão, é que a identidade semiótica só pode ser definida como um efeito de sentido. Entretanto, para chegarmos a essa constatação, cuidamos do trajeto de levantamento das bases teóricas e metodológicas que, explicitamente, qualificam e operam com o termo identidade, donde despontaram os estudos de Ferdinand de Saussure, Julien Greimas e Eric Landowski.

O postulado da relação saussuriano, ao prever as identidades e as diferenças na orientação dos sentidos da língua, erige-se como pensamento motriz para problematização das identidades. A leitura de trabalhos da qualidade dos de Lopes ([1976] 2008, 1997) fortaleceu e colaborou, decisivamente, para o aprofundamento dessa ideia.

Em seguida, mostramos o desdobramento da relação na estrutura elementar da significação de Greimas, o que faz com que a identidade amplie-se do espaço da língua para o da semiótica.

Nossa recensão conclui-se com o sistema de relações do eu com o outro produzido por Landowski, a partir de situações de interação do europeu com o estrangeiro atualmente.

Apenas com base nessas reflexões, é que pudemos nos posicionar quanto ao entendimento de que a identidade semiótica concerne aos simulacros construídos pelo

sujeito da enunciação. Além disso, em seara semiótica, sua produção não diz respeito à substância psíquica do sujeito, mas aos elementos que, articulados textual-discursivamente, são depreensíveis nos diferentes níveis de análise semiótica.

Contudo, notamos a pertinência de refletir não apenas sobre a identidade do sujeito semiótico, mas também sobre a afirmação dessa identidade pelos sujeitos.

Afirmação da identidade: repetir para lembrar

Sabemos que o discurso do dicionário funciona como importante repositório do léxico de uma comunidade linguística. Atenta a isso, a semiótica francesa dispõe de uma cultura de análise que, ao considerar também o nível lexemático, legou-nos estudos primorosos como o do lexema *tête* (GREIMAS, [1966] 2002), da paixão da cólera (GREIMAS, [1983] 2014) e, recentemente, o cotejo entre cão e gato e suas cifras tensivas (FONTANILLE; ZILBERBERG, [1998] 2001). Inspirando-nos em tais estudos, ao observarmos, no Houaiss ([2001] 2008), o verbete afirmar, notamos a presença tensiva, aspectual e veridictória alojada nessa definição.

O traço mais destacado no estudo desse verbete foi o da repetição, haja vista que tanto nas definições quanto nos exemplos que lhes concretizam, o sujeito comporta-se como alguém que deseja ser suficientemente firme e seguro, mais, um verdadeiro protagonista da ação de afirmar-se, para tanto é preciso de iteratividade e recorrência no andamento do curso das ações. Lembrando-nos de que “o que for repetido será embreado e permanecerá na memória” (LOPES, 2010, p.47), pareceu-nos plausível que a afirmação da identidade, em alguma medida, é um querer permanecer na memória, à vista disso, é preciso repetir para lembrar.

Dessas intuições sugeridas pelo cotejo do verbete, interessou-nos testá-las no espaço do texto. Considerando nosso foco no discurso quilombola pela direção das identidades, procuramos aplicar tais intuições na análise do *corpus*.

O caso das bonecas pretas de Conceição das Crioulas

A temática quilombola, consolidada por textos da antropologia, da história e da sociologia, remete a diferentes maneiras de organização de grupos com passado vinculado à escravidão e, consequência desta, marginalização social e discriminação sofridas em função da cor, donde, pela invenção do termo quilombo e correlatos, passam a se mobilizar politicamente pela afirmação da identidade étnica e da territorialidade na busca de condições materiais e simbólicas que transformem o cotidiano de desigualdade imposto socialmente.

Os estudos antropológicos, cujo protagonismo na reflexão teórica de efeitos práticos na regularização desses territórios é notável, advertem sobre o estágio incoativo em que se encontram as pesquisas sobre o fenômeno do quilombismo, a pressuposição de que em outras áreas esse estado de coisas se repita, não nos parece incoerente. Todavia, no campo da linguagem, onde nos situamos, especificamente na reflexão semiótica, salvo algum engano, pesquisa incidente sobre o discurso quilombola, ao que nos conste, a nossa é pioneira.

Lançando-nos a esse desafio e sabendo que duas são as direções de pesquisa semiótica (BARROS, 2012): de um lado, aquelas que se preocupam com os avanços teórico-metodológicos da disciplina; de outro, as que investem na aplicação de estudos e modelos já consolidados, com vistas à descrição e explicação de dado objeto, optamos, aqui, primordialmente, pela segunda das direções. O passo seguinte foi a seleção, dentro do amplo universo das práticas discursivas do sujeito quilombola, do *corpus* de análise. Ao escolhermos as bonecas pretas do quilombo de Conceição das Crioulas pautamos-nos, mais do que pela aleatoriedade, pelos instigantes conteúdos ideológicos e estéticos que encontramos nelas.

De volta às coerções do gênero tese, em que as digressões em torno do processo de pesquisa não costumam ser manifestadas, importa que, na aplicação dos parâmetros da tensividade, da aspectualização e pelo estabelecimento das linhas isotópicas,

notadamente, o relevante papel da repetição na tessitura textual da semiótica das bonecas confirmou-se.

O aspecto durativo, o imbricamento entre paixão e razão promovido pela relação entre resistência e obstinação, a recorrência de traços iterativos pelo elenco das linhas isotópicas e os operadores da triagem e da mistura não só foram importantes para criação dos efeitos de identidade, mas também, estruturadores da prática discursiva voltada à afirmação da identidade.

No processo discursivo de afirmação da identidade, a criação dos valores veridictórios e seu alicerce no crer dos sujeitos revelaram-se no discurso das bonecas. Ao cuidarmos da construção dos contratos veridictório e fiduciário no *corpus*, chegamos às relações entre enunciador e enunciatário com o fito de obter a adesão ao discurso em tela.

Uma interação necessária: afirmação da identidade e manipulação

De fato, as relações de fidúcia e veridicção no discurso quilombola trazem à tona a persuasão a qual, como sabemos, é o móvel da estrutura manipulativa.

A definição inicial da manipulação como um *fazer-fazer* apenas previa as dimensões pragmática e cognitiva da linguagem: a intencionalidade do destinador em querer levar o destinatário a crer e a fazer. Este, pelo fazer cognitivo, interpreta o discurso e, em caso de persuasão bem-sucedida, executa o programa proposto.

A associação da manipulação com a paixão permitiu o reconhecimento tanto do agir como do impacto afetivo que os sujeitos sofrem diante dos eventos com que se defrontam. São importantes desdobramentos nos quais se insere a semiótica da manipulação. Para apreendê-los, foi feita a reflexão teórica sobre tais desdobramentos, a partir disso pudemos delinear que, na construção das “bonecas pretas”, como projeto de

afirmação da identidade, o sujeito quilombola fez escolhas enunciativas, depreensíveis pelo exame semiótico das estratégias, dos procedimentos discursivos e dos diálogos intertextuais em que se destaca a estrutura manipulativa.

Pela intencionalidade e paixão, seduzir é influenciar

A partir da figura discursiva “comércio solidário”, observada no texto bonecas pretas, pela sua estrutura concessiva, foi preciso de um viés tensivo na análise. Após explicitarmos os “traços de sustentabilidade” nesse texto mediante elementos temático-figurativos, da sintaxe discursiva e dos programas narrativos de uso, mostramos sua vinculação à estratégia manipulativa.

A complementaridade entre a racionalidade e a intencionalidade à Greimas com o esquematismo tensivo à Zilberberg fez observarmos no discurso quilombola que os cálculos da intencionalidade, visando à persuasão do sujeito da enunciação, fundamentam-se em programas narrativos de circulação e construção do objeto de valor “bonecas pretas” que, tonificados pelo valor dos afetos, infundem a novidade e a estetização do objeto. Mais, da relação entre a previsibilidade dos programas narrativos e a novidade dos elementos plásticos e sensíveis é que se fia a estratégia da sedução, cuja presença também de articulações entre querer e dever insere a ética e a estética na tessitura textual.

Sob o ponto de vista zilberberguiano, o objeto estético é, sobretudo, um objeto tensivo, o que traz à tona o sensível e seus valores de estetização investidos nas “bonecas pretas”. Igualmente, os valores éticos, pela tensão entre inteligível e sensível, divide o sujeito da enunciação em um sujeito ativo e um sujeito passivo, efeitos que, no *corpus*, são obtidos pelos procedimentos de debreagem e o efeito de objetividade e a embreagem e os efeitos de realidade e de enunciação.

Notamos ainda, na relação entre querer e dever, a orientação dos sentidos tanto pelos limites como pelo permanente intuito de transpô-los. No caso do *corpus*, destacou-se a atualização do querer e a virtualização do dever – o que colabora para estetização do objeto. Assim, para uma sedução bem-sucedida, é necessário que o sujeito da enunciação possua a competência estética, isto é, saber fruir.

Organização do trabalho

Tendo elencado os pontos centrais da tese, resta tratar de sua organização, na qual além desta *Introdução* e da *Conclusão*, constam ainda quatro capítulos.

No *Capítulo 1, Identidade na Semiótica greimasiana e afirmação da identidade pelo sujeito*, discutimos fundamentos de reflexão sobre a identidade pela semiótica francesa. Para tanto, propomos um trajeto que começa pela postulação de Saussure de que a identidade e a diferença presidem os sentidos na língua; em seguida, mostramos seu desdobramento na estrutura elementar da significação por Greimas e concluímos com a formulação de um sistema de relações do eu com o outro por Landowski, extraído da observação de situações de convívio do europeu com o estrangeiro na contemporaneidade. A partir dessa discussão, é que nos posicionamos quanto ao entendimento de que a identidade semiótica é um efeito de sentido construído pelo sujeito da enunciação. Após isso, direcionamos a reflexão para mecanismos geradores do efeito de identidade e de afirmação da identidade, a partir do estudo de verbete de *Dicionário Houaiss* ([2001] 2008).

No *Capítulo 2, Sobre o sujeito quilombola*, após situarmos o leitor em relação ao discurso quilombola e o objeto selecionado para a análise, com base no auxílio a textos, principalmente, de antropólogos, sociólogos e historiadores, passamos ao exame da figura retórica da sinédoque, o que permitiu traçar as linhas isotópicas da resistência, da sustentação e da feminilidade, as quais, radicando-se no programa de uso do fazer artesanal, foram também tratadas pelas operações tensivas da triagem e da mistura.

Privilegiando aquela, foi possível delimitar uma identidade, e com o uso desta, atenuou-se o excesso de concentração e seu efeito de exclusividade no discurso e, com isso, evitou-se a construção de um universo semântico condensado pela pureza e exclusão. Fiorin (2009b) foi referência importante para tirar proveito dessas operações no cotejo da identidade cultural. O discurso quilombola, como um discurso de afirmação da identidade, fez-se notar por meio da aspectualização durativa, com ênfase na paixão do sujeito obstinado, e pela repetição de traços do conteúdo e da expressão, os quais se sedimentam pelas recorrências derivadas das linhas isotópicas que elencamos. Na conclusão desse capítulo, lançamos mão de outro trabalho de Fiorin (2008), a partir do qual refletimos sobre as possibilidades do crer no discurso das bonecas, em que a veridicção associada às figuras retóricas da metáfora, da metonímia e da prosopopeia foram os recursos mais explorados com vistas à efetivação do contrato fiduciário proposto. Ademais, como nos ensina Barros (2008), ao considerarmos as relações intertextuais e os mecanismos e regras que engendram o texto, ajustam-se essas duas vertentes num mesmo quadro teórico-metodológico.

No *Capítulo 3, Em torno da manipulação*, desenvolvemos uma discussão, eminentemente, teórica. De início, distinguimos a manipulação semiótica daquela que figura no senso comum, tendo como referencial relevante, Shimoda (2013). Apresentamos a definição semiótica do conceito conforme Greimas e Courtés ([1979] 2008, 1986) e, seguindo instruções do *Dicionário de Semiótica*, no tocante à ampliação do fazer-fazer para o âmbito enunciativo e a questão do antissujeito para que se possa alcançar uma semiótica da manipulação propriamente dita, discorremos sobre a reflexão de Filinich (2006). Atenta a primeira das instruções, a autora argumentou sobre as relações entre razão e paixão imbricadas no ato manipulativo, distinguiu as figuras da manipulação de formas que, embora sejam um fazer-fazer, não configuram, de fato, uma manipulação, e, no cotejo da sedução, explorou a articulação da intencionalidade e dos afetos antes mencionada. Em seguida, exploramos a proposta de Landowski ([2005] 2009, 2014) da manipulação como um dos tipos de interação humana. Por fim, tendo em conta a questão do antissujeito, vimos, no fazer missivo de Zilberberg ([1988] 2006), pelas relações entre sujeito e antissujeito viabilizadas pelos programas e anti-

programas narrativos, uma possibilidade de contribuição para o estudo da semiótica da manipulação. Apoiamo-nos também no texto de Tatit (2010) sobre o destinador transcendente, pela articulação com a noção de antissujeito. Cumpre dizer que pinçamos dessa reflexão teórica elementos a partir dos quais construímos o último capítulo, conforme descrito a seguir.

No *Capítulo 4, Afirmação da identidade quilombola pela via da manipulação*, do cotejo da estrutura concessiva “comércio solidário” pela observação do conflito entre emissividade e remissividade, passamos às relações intertextuais com os discursos da sustentabilidade e pela identificação do anti-programa “não qualidade de vida”, o que faz com que o sujeito quilombola, em contraposição, engaje-se no programa artesanal. Elencamos os programas de uso e os descritivos envolvidos nesse processo, bem como, a partir da observação dos cálculos da intencionalidade e do assomo do imprevisível, destacamos a correlação entre programas narrativos e lógica implicativa e acontecimento e concessividade e os seus papéis respectivos de garantia da legibilidade e de efusão afetiva. Notamos ainda, na tensão entre passado e presente, a presentificação do passado pela memória (BARROS, 2011) e as questões da estetização e da etização mediadas pelo jogo entre querer e dever. Os trabalhos de Zilberberg ([1988] 2006, [2006] 2011) em complementação ao de Greimas e Courtés ([1979] 2008) foram as referências principais.

Com base nesse percurso reflexivo, esperamos ter lançado algumas luzes no tocante ao que o discurso quilombola tem feito para, em afirmando sua identidade, resistir, sobreviver, mas, sobretudo, lutar por condições mais dignas de existência. São astúcias, no sentido de sagacidade, que, tecidas textual-discursivamente, dimensionam a relevância do que seja *repetir para lembrar e seduzir para influenciar*.

CAPÍTULO 1: IDENTIDADE NA SEMIÓTICA GREIMASIANA E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PELO SUJEITO

Qualquer iniciante, na Semiótica da Escola de Paris, sabe que, nas fontes linguísticas a partir das quais o conhecimento edificado por Greimas e seus colaboradores respaldou-se, estão as leituras feitas à obra de Ferdinand de Saussure. Nesta, a identidade é, na relação com a diferença, base para a apreensão dos sentidos da língua. Temos aí, uma perspectiva para a análise de um objeto, em que à medida que a observação encontre identidades (nível do sistema, da *langue*) também encontrará diferenças (nível do processo, da *parole*).

Desdobrada na estrutura elementar da significação (GREIMAS; RASTIER, [1970] 1975a, GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008), tal identidade é o fundamento que, em patamares superiores do percurso gerativo do plano do conteúdo, produz efeitos de sentido da enunciação de um sujeito, entendido como simulacro construído textual-discursivamente.

Vemos assim que, radicada no modelo quaternário, a postulação do linguista genebrino de que “o mecanismo linguístico gira todo ele sobre identidades e diferenças” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 126) inflete a relação entre esses dois elementos na produção de sentidos. De fato, sob esse princípio assenta-se a ideia de que apenas podemos aferir sentido, seja lá ao que for, quando identificamos as diferenças.

Semelhante inflexão não passará despercebida na Sociosemiótica de Landowski ([1989] 1992, [1997] 2002). Para ele, o sujeito com existência semiótica nasce da relação da “identidade” com a “alteridade”. Desse modo, “o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo”. Mas decorre, “também [da] maneira pela qual, transitivamente, objetivo a alteridade do outro

atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele” (LANDOWSKI, [1997] 2002, p. 4).

Se a relação é o elemento que une a Linguística, a Semiótica e a Sociosemiótica, existem especificidades em cada um deles que constroem um objeto teórico particular, respectivamente, a *langue*, a significação, a presença. Consequentemente, há distinções que, embora, a rigor, não os separem, são responsáveis pelos contornos próprios desses objetos. Contudo, no acordo, com a perspectiva de que identidade e diferença são inseparáveis, entre si e do seu sujeito, de cujo fazer interpretativo decorre a identificação ou não com qual seja o elemento, há também a unidade. Interessa, pois, além de apresentar as ideias que balizam o pensamento semiótico sobre a identidade, considerá-las em seu vínculo com os sentidos que são produzidos pelos sujeitos no processo de construção de suas identidades, ao investir na produção de discursos sustentados pela *afirmação* da identidade. Daí que, neste capítulo, buscamos, primeiramente, pensar o que é a identidade na Semiótica greimasiana para, a partir disso, compreender o que significa afirmar a identidade pelos sujeitos.

1.1 Saussure: a relação

Nossas reflexões sobre a identidade começam com Saussure porque atribuímos a ele o pensamento fundamental² para a abordagem desse tema. Precisamos, então, discorrer

² A partir do texto *Vão surgindo sentidos* (ORLANDI, 1993), Fiorin (1995) discute a possibilidade de considerar um discurso fundador no caso do campo científico. Para tanto, argumenta que *Semântica Estrutural* ([1966] 2002) de Greimas funda a tradição de pesquisas da Semiótica francesa. Seus argumentos sustentam-se nos seguintes traços definidores de um discurso fundador: “a) funciona como referência básica para a elaboração teórica e para a compreensão de um dado domínio da ‘realidade’, fundando, assim, discursos, ou antes uma discursividade, isto é, ‘instala as condições de formação de outros (discursos), filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas’ (ORLANDI, 1993, p. 24); b) estabelece uma identidade teórica para um dado grupo de pesquisadores, dando a eles o sentimento de pertença a um projeto de construção do conhecimento, o que significa que outros discursos vão apontá-lo como fundador; c) desautoriza uma tradição anterior de sentidos, o que quer dizer que se constitui em oposição a uma dada tradição de sentidos, que se constrói numa relação de conflito com o processo dominante de sentido, aí produzindo uma *ruptura*, um deslocamento, instalando uma tradição outra, instaurando uma nova ordem de sentidos,

não apenas sobre a centralidade do termo, mas também acerca da rede relacional em que ele se insere nas ideias saussurianas. Nesse aspecto, a noção de língua é, portanto, capital.

Capacidade humana, cujo modo de existência é da ordem da atualização, a língua (*langue*) é uma instituição social, uma vez que sua definição depende do grupo social de pertencimento do indivíduo, e não, do arbítrio deste. Sendo a atualidade das virtualidades do sistema, realiza-se a cada ato de fala (*parole*) do sujeito que, dentre as possibilidades oferecidas pelo código linguístico, faz suas escolhas.

A língua é o objeto da linguística saussuriana e deve ser “considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 271). Fartamente contestado *a posteriori*, o princípio de imanência instaurado pelo corte epistemológico do linguista genebrino foi necessário à delimitação de um objeto teórico a partir do qual se alça, na primeira metade do século XX, a linguística ao estatuto de ciência piloto dentre as demais áreas dos estudos humanísticos e sociais. Isso porque, conforme afirma Flores (1997, p. 14 *apud* TEIXEIRA, 1999, p.32): “quando a Ciência da linguagem tradicionalmente elege determinadas questões para integrar seu escopo disciplinar, coloca na exterioridade de seu objeto problemas que não deixam de dizer respeito ao cientista”, mas que, acreditamos, em razão dos limites e da pertinência ao contexto de reflexão de uma época, precisam ficar de fora. No entanto, tais problemas podem vir a ser reintegrados em estágios futuros de desenvolvimento da disciplina.

estabelecendo um novo sítio de significância, desenvolvendo novos domínios de pesquisa, constituindo limites outros, tornando possíveis novos *gestos de interpretação* dos fenômenos; d) estabelece uma relação particular com o que veio antes, com uma filiação, ressignificando o que foi feito antes e, dessa forma, instalando uma nova filiação, constituindo-se, assim, num momento de significação importante, diferenciado, e produzindo sua memória” (FIORIN, 1995, p. 19-20). Ao pensarmos sobre a base teórico-metodológica para reflexão sobre as identidades pela Semiótica greimasiana e tendo assumido que, no postulado da relação saussuriana, o qual nos diz que todo mecanismo linguístico se movimenta em torno da identidade e da diferença, encontramos o fundamento orientador do escopo de investigação para identidade como objeto teórico e, nesse texto de Fiorin, referencial teórico que explica o sentido de pensamento fundamental por nós atribuído ao postulado da relação saussuriana relativo à questão da identidade semiótica.

Entre as questões com as quais se ocupa a matéria fundada, em sua fase moderna, pelo eminente suíço desponta a de que a língua é um sistema de valores. Quer isso dizer que os elementos que a formam são fruto de sua relação com os outros elementos a partir dos quais se constitui sistema. Seguramente isso reponta ao fato de que “o mecanismo linguístico gira todo ele sobre identidades e diferenças” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 126). Instala-se aí o imperativo do paradoxo e as assertivas seguintes apenas o acentuam, visto a caracterização do valor por uma dupla dimensão, que se rege: “1. Por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar. 2. Por coisas semelhantes que se pode comparar com aquela cujo valor está em causa” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 134).

Sobre esse aspecto, Edward Lopes ([1976] 2008), após dizer que, entre os linguistas não é fácil resolver essa aparente aporia isentando-se de críticas, faz a asseveração seguinte:

só tem sentido falar-se de “diferenças” por *referência à existência implícita de “identidade”*: as diferenças, quaisquer que elas sejam, se discriminam perceptualmente no seio de uma identidade, que é a sua condição lógica de existência. Assim, é verdade que “a *langue* não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceptuais e diferenças fônicas resultantes desse sistema” (CLG, p.166). Aí está o caráter negativo dos elementos linguísticos; mas é a percepção simultânea dessas diferenças de sons e dessas diferenças de ideias, sua aproximação, a partir de uma identidade perceptível por nossa mente, que constitui a língua num *sistema* (LOPES, [1976] 2008, p. 78-79).

Ao dirimir a complicação, o que se observa é a impossibilidade do cotejo de elementos distintos sem um denominador comum. Estabelecem-se tanto o vínculo indissociável entre a identidade e a diferença, quanto assoma o primado relacional, cujo alcance é o de um sentido, que se produz não por meio de um termo tomado isoladamente, mas sim com base nas relações de sentido que se estabelecem entre termos. Ademais, como salienta Saussure ([1916] 2006):

Vê-se, pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente (p.128).

Por consequência, qual seja o elemento da língua, sua definição é feita, de um lado, pelas relações com os outros elementos do mesmo sistema e, por outro, pela função contraída em tal sistema, porém, de modo algum, pelas propriedades físicas que ela possua. É por isso, consoante explica Lopes ([1976] 2008, p. 79-80), que:

a língua constitui, no parecer de Saussure, *uma forma* e não *uma substância*: *a língua não é um sistema de conteúdos* (não existe um “nível” semântico), mas *um sistema de formas e de regras* (valores). O conteúdo de um termo só é fixado, por isso, através da totalidade de que esse termo é parte, e a sua definição positiva deriva de uma definição relacional (ou definição negativa); o valor de um termo consiste nisso: *um elemento é (definição positiva) tudo aquilo que os demais elementos do seu sistema não são (definição negativa)*.

Esse raciocínio, ao transformar a continuidade sígnica em relações movimentadas por duplas (*langue / parole*, sincronia / diacronia, significante / significado, paradigmático³ / sintagmático, forma / substância), instalou a descontinuidade como motriz do conhecimento e método de uma época. Se, no entanto, o correr dos tempos fez com que alguns de seus atores nos legassem leituras de um Saussure das dicotomias estanques que, no agora, encontramos fartamente, é que não se procurou ler, no linguista genebrino, as teias complexas que unificaram: significante-significado-signo, sincronia-diacronia-pancronia, *langue-parole*-linguagem (LOPES, 1997). Isso, porém, adverte-nos Lopes, “lá no *Cours* está, com todas as letras: O mecanismo linguístico rola inteiramente sobre *identidades e diferenças*, estas últimas sendo apenas a contraparte das primeiras” (1997, p. 16 [grifos de LOPES]). É, em consonância a essa linha de reflexão, que Flores e Barbisan (2009, p.8) colocam-se da seguinte maneira:

A leitura atenta do [Curso de Linguística Geral] permite dizer que Saussure parece não ter tomado essas dicotomias como dicotomias *stricto sensu*. Ao contrário, tudo indica que Saussure insiste num terceiro elemento, mediador da relação binária. Desse ponto de vista, podemos considerar que Saussure explicita relações que facilmente seriam aprovadas aos olhos dos dialéticos. Vejamos: para a dicotomia significante/significado, há o signo; para relações sintagmáticas/relações associativas, há o sistema; para diacronia/sincronia, há a panceria; para língua/fala, há a linguagem. Tudo orquestrado por um grande terceiro, o *valor*: o conceito que sustenta a arquitetura teórica de Saussure.

³ É amplamente conhecida a informação de que Saussure não usava o termo paradigmático, mas sim, relações associativas. No entanto, o uso acabou por consagrar apenas o termo não cunhado pelo linguista genebrino.

Desse ideário, derivam-se as mais diversas vertentes do estruturalismo na linguística: os geralistas genebrinos, os formalistas russos, os funcionalistas thecos, os glossemáticos dinamarqueses (LOPES, 1997). Se o termo estrutura (assim o chama Hjelmslev, para Saussure é sistema) pode ser por nós facilmente evocado, quando enunciado o hiperônimo que o abrange, tal termo não deve ser tomado sob uma única acepção. No entanto, o binarismo praguense alcançou tamanha disseminação internacional, que o estruturalismo – e seus herdeiros intelectuais – tornou-se sinônimo dessa vertente e, até hoje, carrega a pecha de restringir o pensamento a dualidades racionalistas aniquiladoras dos processos dinâmicos e complexos, o que não faz juz sequer aos avanços promovidos pelo Círculo de Praga e, não bastasse isso, desconsidera as demais reflexões dos outros círculos. Contudo, o estruturalismo produziu variadas qualificações técnicas, algumas das quais foram esboçadas por Lopes (1997), que devem ser arroladas, pois podem prestar maiores esclarecimentos à questão.

Lopes (1997, p. 35-37) precisa que tais qualificações podem ser consideradas como “propriedades estruturais” (p. 35), mais ou menos destacadas, do discurso-objeto de descrição, e propõe, a partir dessas propriedades, modos de compreender as qualificações, a saber: a relatividade, a funcionalidade, a unidade, a totalidade, a transformabilidade e a autorregulatividade.

A relatividade de que nos fala Ferdinand de Saussure diz respeito à definição de um conjunto significativo pela função que um elemento desempenha em relação aos outros elementos pertencentes a uma mesma formação. Assim, não se pode estudar um elemento isoladamente, mas apenas do ponto de vista de sua relatividade no interior do sistema.

A funcionalidade demanda que tomemos a função como princípio referente ao uso a que se presta um determinado elemento no ambiente em que se insere. É nesse sentido que, por exemplo, a função do adjetivo é a de determinar o substantivo. Vemos aí o vínculo entre a propriedade da funcionalidade e a da relatividade, pois, “a função de

cada elemento se define por uma referência dele a qualquer outro elemento pertencente ao seu mesmo conjunto” (LOPES, 1997, p. 35). A função se dá na relação, uma vez que trata do modo como o *um* com o *outro* se instalam em determinada ambiência discursiva, os quais são: “por definição, parcialmente iguais (na medida em que pertencem a um mesmo universo) e parcialmente diferentes (é essa diferença parcial que nos faz distinguir um do outro)” (LOPES, 1997, p. 35).

A unidade concerne ao aspecto categorial. Noutras palavras, do universo semântico, “S”, qual seja o seu eixo comum ou identidade, sua diferença se marca pelos índices respectivos, “s1” e “s2”. Assim, por exemplo, tomando-se “humanidade” como S, poderíamos extrair uma categoria como identidade vs. diferença, daí que a unidade é cada parte que constitui um par. Ao esboçarmos a célula estrutural, facilitamos a visualização:

Figura 1 Célula estrutural da categoria “humanidade”.

Importa que a célula estrutural permite a visualização da complementaridade que se instala na relação entre os termos enfeixados. Frisar isso é importante porque “é essa complementaridade das partes, articuladas por meio de uma diferença no seio de uma totalidade (Saussure), que confere ao conjunto S a sua coesão sintática e a sua coerência semântica” (LOPES, 1997, p.36).

Ainda com a célula estrutural, temos ocasião de tratar da totalidade, visto ser esta última uma “estrutura completa em si mesma” (LOPES, 1997, p.36). A noção de interligação de partes que só valem no ambiente de discurso onde se situam sedimenta a totalidade como uma estrutura formal. De fato, uma totalidade não é uma mera soma de pequenas partes, sua existência apenas ocorre na solidariedade que integra e dá sentido às unidades no todo de que se configura.

A transformabilidade, ao afirmar que a totalidade estruturada não é estática, porque é estruturante, abriga a ideia de transformação no seio das estruturas. Ora, como as estruturas são relacionais, funcionais, unidade e totalidade, essa transformabilidade decorre de operações internas ao próprio sistema. É sob essa perspectiva que “no caso das estruturas lógicas, intelectivas, essas transformações são endogeradas pelo procedimento de reescrita do estado anterior, dado” (LOPES, 1997, p. 37). Isso nos leva à última das propriedades, a da autorregulatividade.

A autorregulatividade é a propriedade intrínseca à transformabilidade. A partir dela estamos concebendo que se uma estrutura é imanente possui ela uma regulação própria, conforme às regras do sistema. Não é por outra razão que:

um estado qualquer de uma língua, por exemplo, não evolui por interferência direta de qualquer padrão de mudança da realidade social exterior a ela, sim, ao invés disso, pela enunciação (reenunciação) inovadora de um sistema de reescrita que visa a reajustar a totalidade em um novo estado de equilíbrio tão logo uma de suas partes constituintes haja sido modificada por uma razão qualquer (LOPES, 1997, p. 37).

Além de facilmente verificarmos que as propriedades podem ser interligadas, efetivamente, o que é relevante é que não é pacífico, muito menos, consensual, tomá-las como princípios que foram aceitos e salientados por todos os variados estruturalismos, tampouco que essas seis propriedades dão conta de tudo que se possa ter pensado nos diferentes contextos teóricos de formações estruturais. Não obstante, “todas surgem, finalmente, como traços distintivos pertinentes da narratividade inerente aos discursos dotados de sentido” (LOPES, 1997, p. 37).

Caso se queira, porém, assentar algum ponto de interseção entre os círculos linguísticos que, distinguidos pelo grau de especialidade, estabeleceram o estruturalismo como noção plural, podemos dizer, apoiados em Lopes (1997), que tais círculos uniam-se pela crença de que os conjuntos significantes deveriam ser tomados como construções articuladas por uma rede de dependências internas autônomas e sob a adoção de um mesmo conjunto categorial e metodológico. Consequentemente:

Como uma estrutura pode ser definida, sempre, em termos de uma *totalidade funcional*, essas duas propriedades compõem, finalmente, o núcleo duro do epistema “estruturalista” – espécie de resumo de todo o conjunto das propriedades que acabamos de assinalar – e se têm reconhecido, ao longo dos anos, como o metaconceito que contém os traços pertinentes necessários de toda e qualquer estrutura; são elas que compõem, de fato, a definição conceptual científica da relação, função, ou estrutura elementar da significação (LOPES, 1997, p. 37 [grifo nosso]).

Encaminhando-nos para concluir essa subseção, sabemos, como já salientado por muitos estudiosos, entre os quais o historiador Dosse ([1991] 1993), que o estruturalismo disseminou-se além do campo dos estudos das línguas e, em seu ápice, nos anos 1960, teve lugar na antropologia, filosofia, história, enfim, nas ciências humanísticas e sociais. E, depois de um breve lance de olhos no ideário estruturalista, que Edward Lopes, no plano da conceptualização, sintetiza com o metaconceito da *totalidade funcional*, encaminharemos a discussão para um ponto de especificidade: o da relação (Saussure). Após termos seguido a direção de Ferdinand de Saussure, passaremos deste para Algirdas Julien Greimas, quando veremos que sob o coeficiente da relação, em seara semiótica, Greimas e Rastier ([1970], 1975a), Greimas e Courtés ([1979] 2008), com a estrutura elementar, produzem o seu equivalente. Na continuidade da tese, todavia, almejamos demonstrar que, na noção de relação, erigem-se reflexões bastante contemporâneas de que a construção das identidades realiza-se na troca, na interação, não numa natureza essencial, porque tomada isoladamente, do que quer que seja.

1.2 Greimas: a semiótica da relação

A originalidade da contribuição de F. de Saussure reside, acreditamos, em transformar uma visão de mundo que lhe foi peculiar – e que consiste em captar o mundo como uma vasta rede de relações, como uma arquitetura de formas carregadas de sentido, trazendo em si mesmas sua própria significação – em uma teoria do conhecimento e uma metodologia linguística⁴ (GREIMAS, [1956] 2006, p. 192).

À época do quadragésimo aniversário do *Curso de Linguística Geral*, doravante CLG⁵, Greimas salienta a eficácia heurística de uma epistemologia globalizante, forjada desde a lide com as línguas, para o saber humanístico mais amplo, que foi fundada pelo CLG. Se as linhas que encimam essa subseção ratificam isso, ao propugnar uma estrutura quaternária que articula o *minimum* de sentido dos conteúdos de um discurso, o linguista lituano e seus pares demonstram a envergadura do primado relacional saussuriano.

O quadrado semiótico deve ser pensado como uma estruturação formal que antecede qual seja o investimento semântico posterior decorrente do cotejo de uma semiótica-objeto. A estrutura elementar da significação tem, portanto, estatuto lógico. No ensaio *O jogo das restrições semióticas*, Greimas e Rastier ([1970] 1975a) esboçam uma primeira ideia em torno da estrutura do modelo constitucional. Curioso notar, que na epígrafe selecionada por eles para a abertura desse ensaio, onde lemos, “é preciso

⁴ Tradução de Ivã Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas, extraída de *Razão e Poética do sentido* (ZILBERBERG, [1988] 2006). Em francês: « L’originalité de la contribution de F. de Saussure réside, croyons-nous, dans la transformation d’une vision du monde qui lui fut propre – et qui consiste à saisir le monde comme un vaste réseau de relations, comme une architecture de formes chargées de sens, portant en elles mêmes leur propre signification – en une théorie de la connaissance et une méthodologie linguistique ».

⁵ Não poderíamos deixar de enfatizar que, em 2013, pela ocasião do centenário de morte do fundador da linguística com estatuto de ciência, essa relevância do pensamento de Saussure para o conhecimento humanístico, cujos ganhos para posteridade são de grande quilate, foi celebrada no **Congresso Internacional “Cem anos com Saussure”**, num esforço conjunto do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do Departamento de Linguística, do Departamento de Letras Modernas, do Centro de Documentação em Historiografia Linguística e do Grupo de Estudos Semióticos da USP. Nesse evento, que agregou pesquisadores de perfis diversos (linguistas, historiadores, semioticistas, filósofos, especialistas da literatura e demais pesquisadores em ciências humanas), ratificou-se o relevante papel desempenhado pelas ideias saussurianas. Fonte: <https://sites.google.com/site/comsaussure/home>.

não acreditar que o espírito que inventa caminha ao acaso⁶”, cifra-se uma inclinação semiótica por pensar os processos intelectivos operados pelos sujeitos cognoscentes como estruturas. Balizando-se pela inteligibilidade, semelhante inclinação explicita uma proposta metodológica bastante geral aplicável a todo conjunto significativo, que “parte de elementos simples e segue um percurso complexo, encontrando, em seu caminho, tanto restrições a que tem de se submeter, como escolhas que pode fazer” (GREIMAS; RASTIER, [1970] 1975a, p. 126).

Embora Greimas e Rastier anotem que a ideia do percurso gerativo sustenta-se em três etapas sucessivas da imanência (das estruturas mais profundas às discursivas) à manifestação (em que se estudam os recursos empregados nas relações entre texto e discurso), concentram-se no quadrado semiótico. Nessa focalização, já nos apresentam a estrutura elementar da significação esquematicamente:

Figura 2 Primeira formulação do quadrado semiótico, Greimas; Rastier, [1970] 1975a, p. 126.

⁶ “Il faut bien se garder de croire que l'esprit qui invente marche au hasard” (Destutt de Tracy).

Nesse esquema do quadrado, podemos visualizar eixos que vetorizam relações de sentido. **S** simboliza a totalidade do universo semântico ou qual seja o sistema semiótico. Opondo-se a **S**, **Não-S** simboliza a ausência absoluta de sentido. Na horizontalidade, **S1 – S2** e **Não-S1 – Não-S2** (eixo dos subcontrários) representam o eixo dos contrários. Já **S1 – Não-S1** e **S2 – Não-S2** são relações que ocorrem entre termos contraditórios, sendo que a primeira refere à esquematização positiva e a segunda, à negativa. Na verticalidade, **Não-S2 – S1** e **Não-S1 – S2** são a notação simbólica da relação de implicação ou complementaridade, em que a primeira diz respeito à dêixis positiva e a segunda, à negativa.

No entanto, como essa representação do quadrado, na figura 2, não nos permite acompanhar a dinâmica de articulação das relações de sentido da significação elementar, cuidaremos de mostrar detalhadamente os tipos de relações intercategoriais (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008).

Há a primeira geração dos termos categoriais, concebida como oposição de um eixo semântico que pode ser, por exemplo, identidade vs. diferença. Cada termo desse eixo, separadamente, pode estabelecer uma nova relação de tipo identidade vs. não-identidade. Esquemáticamente:

Figura 3 Esquema relacional da primeira geração de termos da categoria identidade vs. diferença.

Na categoria identidade vs. não-identidade ocorre uma relação de contradição, em que se presume a impossibilidade de esses dois termos aparecerem juntos. Equivalentemente, esse mesmo sentido de contraditoriedade é assumido pela articulação diferença vs. não-diferença. Caso exemplar é o da identidade quilombola que, para sua própria definição, prevê o que lhe é contraditório, ou seja, a não-identidade quilombola. Igualmente, o que é diferença em relação à identidade quilombola tem como termo contraditório a não-diferença. O tipo de operação desencadeador dessas relações de sentido é a negação (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008).

Outra operação é a de asserção, a qual se efetua sobre os termos contraditórios (não-identidade, não-diferença) por implicação, em que a não-alteridade está contida na diferença e a não-diferença está contida na identidade. Porém, se a não-identidade não implica não-diferença não implica identidade, os termos primitivos identidade e diferença, pelas articulações de seus contraditórios, inscrevem-se em duas categorias semânticas distintas. No primeiro caso há uma relação de complementariedade (não-identidade e não-diferença; não-diferença e identidade).

O segundo caso é o da contrariedade, a qual acontece na articulação entre os primitivos (identidade e diferença), que, além de contraírem uma relação de pressuposição recíproca, podem surgir concomitantemente.

Com base nessas informações, podemos representar a dinâmica do quadrado semiótico da seguinte maneira:

Figura 4 Esquema da dinâmica relacional do quadrado semiótico.

Essa reflexão dedutiva aplicada em descrições indutivas, como as do modelo de análise mítica proposto por Claude Lévi-Strauss ([1957] 2012), permitiu a constituição de universais semânticos de grande generalidade como natureza vs. cultura e vida vs. morte. Tido como universais, porque comuns a todas as diferentes culturas, esse tipo categorial possui uma dupla orientação: semântica, visto que pode ser submetido à análise; e formal, pois, considerado seu alto grau de generalização, possibilita arranjos sintáticos.

Acompanhando *O jogo das restrições semióticas* (GREIMAS; RASTIER, [1970] 1975a), constatamos que o modelo quaternário foi aplicado ao estudo de relações humanas como as sexuais, em que, nas interações entre indivíduo e sociedade, foram previstos os cálculos de combinações possíveis da sexualidade humana. No entanto, o universal semântico do nosso interesse é o par /identidade/ e /diferença/, o qual consta do *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008), cada qual, recebendo descrições em verbetes em separado. Nesse trabalho lexicográfico, encontramos ainda a definição de alteridade. Iniciaremos a consulta pelo termo **identidade**.

Na oposição com a alteridade, a identidade é qualificada como indefinível e nessa acepção é elemento categorial da estrutura elementar da significação.

A segunda entrada opõe a identidade à igualdade. Esta caracteriza objetos cujas propriedades qualitativas são as mesmas. Aquela designa os traços sêmicos e fêmicos que haja em comum entre objetos. Estamos diante de um processo de identificação, uma vez que, ao suspender oposições categóricas, reconhecemos o eixo semântico comum que, no nível da manifestação, causa esse efeito de identificação. Operação metalinguística, a identificação pressupõe a alteridade, cujo reconhecimento demanda uma análise dos semas (traços do conteúdo) e dos femas (traços da expressão). Assim é uma das operações de construção do objeto semiótico.

Na terceira acepção, a identidade equivale a um princípio de permanência, o que imprime ao percurso narrativo de um sujeito, ainda que haja transformações por ele desencadeadas ou sofridas, o efeito de persistência no seu ser. Igualmente podemos pensar na permanência de um mesmo ator no percurso discursivo.

A última das acepções, pouco explorada em semiótica, refere-se à identificação. Nesse caso, é quando o fazer interpretativo do enunciatário identifica, em outro universo discursivo, o seu próprio universo. Para ilustrar, podemos pensar numa situação em que um jovem negro se identifica com Martin Luther King.

Ao observarmos as diferentes entradas da identidade no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008), ficou patente que ela mantém uma relação de pressuposição recíproca com a alteridade. Fazendo par com a identidade, apenas pode ser reconhecida mediante a operação de distinção. Nesse sentido, a diferença saussuriana, porque permite as relações de diferenciação e de semelhança, formuláveis categorialmente por identidade vs. alteridade, instaura a postulação de um modelo lógico.

Temos essas noções amplas de identidade e de diferença, no entanto, considerando que a semiótica tem, sobretudo, preocupações de cunho metodológico, mister se faz pensá-las tanto do ponto de vista do lugar que ocupam no que já se produziu de reflexão sobre elas quanto em relação ao alcance que esses conceitos tenham nos discursos de nosso tempo.

Beividas e Ravanello (2006), após afirmarem as relevantes orientações oferecidas, no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008), para lidar com a identidade e a identificação, optam por desenvolver as duas últimas definições porque, na avaliação desses estudiosos, a primeira acepção é uma categoria fundamental genérica o bastante, mas que trabalha com o sistema da língua, a segunda, atende a necessidades de descrições mais localizadas, contudo, a terceira e a quarta definições, nas palavras deles:

não apenas nos fazem mergulhar no coração da vida do discurso. Mais que isso, esses conceitos nos obrigam também a ampliar o conceito de discurso, fazê-lo sair do “papel” e atingir a própria *vida*, como discurso. Noutros termos, pedem que arrisquemos a semiotizar o discurso da vida, as *interações* da vida cotidiana (BEIVIDAS; RAVANELLO, 2006, p.134).

Sabemos que esse trabalho de semiotização das interações cotidianas do discurso da vida, há algumas décadas, vem sendo empreendido, entre outros, pelo semioticista Eric Landowski ([1989] 1992). Sobre a pertinência da proposta do semioticista francês, assim se expressam Beividas e Ravello (2006, p.134):

Queremos dizer com isso que esses conceitos não se limitam a um certo número de procedimentos de sujeitos-de-papel, localizados em tal ou tal instância de um discurso aqui ou ali manifestado. Mais que isso, parecem definir, antes, o próprio modo como uma subjetividade se constrói no espaço de interação que é a vida de todos os dias, a vida individual e social entendida como “processo significante”.

Vejamos então as elaborações feitas por Landowski sobre as interações das identidades e das diferenças dos sujeitos discursivos no seio da vida social.

1.3 Landowski: a semiótica da relação como presença

Antes de apresentar a relação entre identidade e alteridade conforme às elaborações de Eric Landowski ([1997] 2002), é preciso situá-la na proposta de uma sociossemiótica (LANDOWSKI, [1989] 1992). Que seu estatuto perfila-se ao interesse por descrever como se organiza o funcionamento social dos discursos já está claro desde o *Dicionário de Semiótica* ([1979] 2008). Extraindo os meios teórico-metodológicos do quadro da semiótica geral, a sociossemiótica terá como terreno de incidência “o vasto domínio das conotações sociais” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 428).

Os autores do *Dicionário* também não se furtarão a esclarecer os universais axiológicos (natureza vs. cultura e vida vs. morte) como propulsores dos discursos, cuja função é especificar a maneira como determinada sociedade concebe o universo coletivo (o que é natureza e cultura) e o universo individual, em que se expressa o entendimento do que é vida e morte. Na perspectiva de uma “sociedade enquanto significação”, o propósito é o da sistematização da “universalidade da cultura” e das “especificidades culturais” a partir “da diversidade das semióticas apreensíveis como axiologias ou como ideologias, e definíveis como modelos de ação e de manipulação” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 428). Não é senão esse veio de pesquisa que Landowski se encarregará de levar a cabo.

O discurso será então o lugar privilegiado para a problematização das relações e das estratégias de poder tendo por foco “a questão do *funcionamento global* e da *eficácia social* da atividade discursiva enquanto tal” (LANDOWSKI, [1989] 1992, p.10). Cabendo à sociossemiótica, o desafio de ter em conta:

o discurso como um espaço de interação [o que] talvez seja proporcionar-se, a longo prazo, o meio de abordar, de um modo que não seja meramente intuitivo, a análise das condições de existência e de exercício do *poder* no que elas têm de socialmente mais evanescente e, sem dúvida, ao mesmo tempo, de mais profundo; é tocar na formação e nas flutuações do vínculo social e político vivido (LANDOWSKI, [1989] 1992, p. 10-11).

Com vistas a atingir tal desiderato, a sociossemiótica compreende três dimensões: (1) a semântica, em que o objetivo é estabelecer e mostrar como se organizam os valores e os objetos significantes manipulados pelo discurso social; (2) a da sintaxe, a qual incide tanto no estabelecimento como nas transformações das relações entre sujeitos, sem descuidar da circulação intersubjetiva dos valores que tais transformações condicionam; e (3) a pragmática, que concerne “às condições de assunção [*prise en charge*] dos elementos estruturais precedentes pelos atores ‘reais’ no plano de suas práticas ‘vivas’ (ou, ainda, ‘em contexto’)” (LANDOWSKI, [1989] 1992, p. 11). Com base nessas dimensões de análise, almeja-se compor uma gramática da ação e da interação, efetivamente gerais, e, a partir de tal lastro, poder cuidar da problemática da

intersubjetividade e, ancorada nesta, construir uma tipologia das relações tão abrangente quanto capaz de isolar as regras gerais de transformação dessas relações.

Considerando o interesse pelo social como sistema de relações entre sujeitos, a sociossemiótica propugna que seu objeto ultrapassa os limites do *texto*, pois compreende a heterogeneidade de todo um feixe de atores, de situações e de atos depreensíveis, apenas, se forem elaborados modelos de descrição consoantes a essa amplitude contextual. No entanto, adverte o sociossemiotista: “de fato, trata-se, desde o início, de uma certa concepção de ‘contexto’: nem antes, nem depois, mas no próprio âmago da linguagem” (LANDOWSKI, [1989] 1992, p 147). Dessa feita, o que se quer é:

A “semiotização” do contexto, ou, melhor, da elaboração de uma *semiótica das situações*. Ao lado dos modelos de deictização e de aspectualização espaço-temporal, que pertence ao nível discursivo, o papel principal de tão vasta empresa é assumido pelo conceito semionarrativo de modalização, que proporciona a possibilidade de explicar ao mesmo tempo, o modo de existência dos objetos para os sujeitos que agem e de sua própria competência enquanto sujeitos comunicantes (LANDOWSKI, [1989] 1992, p. 150).

Diante dessas noções, delineadas largamente, podemos partir para seus desdobramentos no livro *Presenças do outro* ([1997] 2002). Na obra em questão, o termo presença será observado de acordo com as relações entre sujeitos na práxis enunciativa. Sendo a presença a condição de existência do sentido, o cerne da reflexão é o discurso em ato, pois é aí que se gera o sentido. O que apenas ocorre quando uma diferença significa o “presente”.

A semiótica da presença propõe um regime da alteridade, do não-si, mediante o qual a identificação dos sujeitos é mútua. Diante disso, projeta um percurso que leva em conta as identificações responsáveis pelo encontro de si (que não apenas diz, mas que se diz “eu”), que poderá repercutir nas presentificações, quando se fala da presença para si mesmo, e, somente, então, poder vislumbrar o Outro, de modo algum um “Ele”, simples e distante, haja vista que o que põe em cena é a representação como uma função que o sujeito envia de sua imagem mesma.

Trata-se, portanto, de apreender as modalidades da presença, independentemente do *corpus* sob cotejo, na dependência com a experiência imediata do sensível, do figurativo ou do universo passional, no espaço do aqui, e no tempo do agora. Para tanto, essa experiência deve vincular-se à articulação de formas semióticas analisáveis, as quais se modificam conforme o tipo de procedimento (identificação, presentificação ou representação) de apreensão das formas que regem a relação com o outro.

Eric Landowski nos explica que, na superfície da semiótica-objeto, o Outro é a figura do estrangeiro, mas também, a não-presença, isto é, o termo que falta, o que desencadeará a busca de si: um tornar-se, um querer estar com o outro, no andamento do outro. Semelhante empresa constitui-se do:

Observar as condições da presença do sentido numa série de contextos intersubjetivos, e, portanto, interativos, precisos. Não mais que em outra parte, o sentido não é dado aí. Como se sabe ele está sempre a se construir. Ou melhor, a se conquistar: a que figuras, a que dispositivos, a que linguagens recorreremos para que, pela mediação do Outro, um pouco de sentido, de vez em quando, nos faça subitamente presentes a nós mesmos (LANDOWSKI, [1997] 2002, p. XIV).

No exercício dessa semiótica, foram previstas quatro estruturas da interação: agregação (conjunção), exclusão (disjunção), admissão (não-disjunção) e segregação (não-conjunção). Com efeito, essas quatro estruturas consideram os regimes de interação de uma identidade com uma alteridade. É interessante notar ainda que a alteridade também recebeu um modelo geral, de cujas relações estratégicas de interação com a identidade, surgem o esnobe (conjunção), o dândi (disjunção), o camaleão (não-disjunção) e o urso (não-conjunção). Embora essa ideia de quadratura, em que esses regimes de sentido se assentam, pareça estabelecer uma tipologia fatorada por quatro, de fato, não é isso que ocorre. Na verdade, multiplica-se o quatro e se geram dezesseis combinações possibilitadas por diferentes relações entre tipos de interação da identidade e os das estratégias da alteridade, o que redundará em significações diferentes. Esquematicamente:

Figura 5 Esquema da interação proposto por Landowski, [1989]1992, p. 15.

Figura 6 Esquema das formas prototípicas da relação do eu com o outro proposto por Landowski, [1989]1992, p. 50.

Notório é o acento de sentido que vai se orientar, cada vez mais, para a densidade da presença, afinal, o que se quer é a apreensão do sentido do vivido “nas suas evoluções ligadas ao próprio curso das coisas, tal como elas se apresentam, se é possível dizer, *vistas da ponte*, quase com os pés dentro d’água, e não como elas são concebidas à distância, *vistas das margens*” (LANDOWSKI, [1998] 2001, p.21). Por conseguinte, o discurso *stricto sensu* é insuficiente, pois a questão que se coloca é “a de saber se – e de compreender como – este tempo presente, que é o nosso, vem (ou não) a ser experimentado pelos sujeitos mesmos que o vivem do seu interior, como fazendo

sentido”, todavia, “independentemente daquilo que ele possa parecer significar e anunciar quando interpretado de fora” (LANDOWSKI, [1998] 2001, p.21).

Dessa evocação da presença, tão cara e almejada pelo sociossemioticista, podemos aduzir que o que está em jogo é a integração da dimensão afetiva ao escopo de trabalho da semiótica. Interesse compartilhado por tantos semioticistas que deu ensejo, recentemente, à hipótese de que o sensível rege o inteligível (FONTANILLE; ZILBERBERG, [1998] 2001). O Brasil, cenário de grande importância para a constituição e consolidação do conhecimento da disciplina semiótica, tem contribuído de diferentes maneiras com essa discussão. Destacamos, por seu valor histórico, a publicação *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas* (OLIVEIRA; LANDOWSKI, 1995), produto resultante do Colóquio intitulado *Unidade e pluralidade: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*, ocorrido em 1994, em São Paulo. Daí para cá, muito trabalho se fez sob essa orientação sensível, de que, concorre, ou mesmo decorre, o atual estado da reflexão, cuja direção é a:

da imanência do texto ao mundo da experiência; da semiose “fria”, intratextual, à cena “quente” da semiose corporal, do categórico ao tensivo, enfim, da semiótica do texto à semiótica da vivência (experienciada): a carne se impôs ao verbo (BEIVIDAS, 2012, p.13).

Quer isso dizer que a inclusão dos afetos no fazer semiótico traz de volta o diálogo com a filosofia, especificamente, a fenomenologia de Merleau-Ponty – cuja semente foi plantada já lá no *Sémantique Structurale* (GREIMAS [1966] 2002) – e os desideratos do vivido e do experienciado, de onde decorre uma visada de que a percepção é semiotizante. Não sendo nosso interesse discutir a hipótese da semiogênese ou da percepção no nascedouro do sentido na semiótica, e tendo visto que a temática da identidade sofre as coerções do espelhamento comum a essa orientação teórico-metodológica – ao passo que é objeto de conhecimento e também o modo de ter acesso a este – vejamos com mais vagar o que é a identidade de um sujeito, quando pensada semioticamente.

1.4 Identidade do sujeito semiótico

O campo do conhecimento de uma prática de investigação é demarcado por balizas que direcionam a reflexão sobre o objeto teórico. Quando pensamos na Semiótica greimasiana, consideramos que é uma teoria geral da linguagem, com abordagem teórico-metodológica própria, que visa à observação do processo de significação nos textos. Conforme Greimas e Courtés ([1979] 2008), o termo **semiótica** pode ser considerado sob três sentidos:

(1) Como objeto – tomada como conjunto significante que, por hipótese, apresenta uma organização, uma articulação interna autônoma. Nessa acepção, trata-se de todo conjunto significante anterior à análise, o que pressupõe uma metasemiótica que incida sobre tal conjunto;

(2) Como tipologia – tomada como semiótica-objeto já enformada e articulada pela metasemiótica de descrição. Nessa acepção, tem-se em conta uma explícita teoria de explicação dos dois planos da linguagem (expressão e conteúdo) de determinada semiótica e;

(3) Como teoria – tomada como uma teoria da significação trata-se, pois, do nível epistemológico. Nessa acepção, almeja “explicitar, sob forma de construção conceitual, as condições da apreensão e da produção do sentido” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 455).

Projeto científico que pretende conciliar o aspecto conceitual ao formal, a Semiótica greimasiana prima pela busca não apenas do que haja de singular em um texto, mas, sobretudo, pelas regularidades presentes em um determinado sistema semiótico. Com efeito:

Uma característica da semiótica, em meio aos campos de estudo afins, é sua determinação de manter um pacto entre, por um lado, o rigor metodológico (o que a aproxima das gramáticas da frase e de sua tendência à esquematização sempre mais cerrada, sempre mais coercitiva) e, por outro, a relevância humana daquilo que tem a dizer (o que a torna mais comparável às tradições ligadas ao discurso e ao texto, as quais desenvolvem muitas vezes seus comentários plenos de significação “existencial”, não raro construídos, porém, sem explicitar a metodologia a ser seguida para se chegar até eles). Trata-se, de certa maneira, de equilibrar-se na tensão entre os primeiros desses estudos, obra de linguistas que em nome do rigor chegam por vezes a sacrificar o sentido, a relevância do que estão a dizer, e os últimos, obra de literatos, cientistas sociais, filósofos, os quais conservam o tempo todo a preocupação da relevância humana de seus estudos, sacrificando em nome dessa relevância um certo rigor metodológico-analítico (LOPES, 2003, p. 65-66).

A essa característica, Luiz Tatit atribui a denominação de “coeficiente sintáxico” ([2002] 2008, p. 190). Quer isso dizer que a direção semiótica é a de depreender, dos campos semânticos constitutivos dos textos, o “*valor sintáxico*” (TATIT, [2002] 2008, p. 190) subjacente aos objetos das pesquisas. Teoria da significação, essa semiótica se interessa pelo sentido articulado, que se obtém dos modelos que explicam como se processa a significação textual.

Por essas linhas, vemos que a força da reflexividade, na semiótica, é cabal, ainda mais no caso da identidade. Tomada como tema de estudos, a identidade é o objeto sobre o qual incide a reflexão, mas também é a parte de um par componente da base mínima da significação, que será desdobrada em diferentes níveis de apreensão do sentido, ou seja, é uma questão que se busca compreender (o quê) e a direção para busca de entendimento (o como). Essa pressuposição dota a identidade de uma dupla função: a de elemento de descrição analítica dos discursos – esquema fundamental do todo de sentido que é um texto, do contrário, ficaríamos só nas partes e a análise nunca teria fim – e, a partir dessa arquitetura, alcançamos o que é o homem, sua sociedade e sua cultura.

Tendo assentado que pelo *como* chegamos ao *quê*, sumariamente, serve-nos de baliza o seguinte: pensar sobre identidade, em semiótica, é concebê-la como efeito de sentido construído na relação com a alteridade. Identificá-la é encontrar o traço ou o

conjunto de traços comuns do conteúdo e da expressão entre elementos diferentes. Por outro lado, é preciso considerar, uma outra noção, a saber, a de **sujeito**.

Noção complexa e de perene relevância, o sujeito semiótico está no âmago das reflexões que entraram na ordem do dia desse ponto de vista teórico após as publicações de *Semiótica das paixões* (GREIMAS; FONTANILLE, [1991] 1993) e *Da imperfeição* (GREIMAS, [1987] 2002). Tudo leva a crer que a demanda pela inclusão do passional, do vivido, da experiência, em suma, do sensível integrado ao inteligível, radique em uma espécie de oximoro na relação entre imanência e transcendência. De fato, a propalada imanência do sensível talvez almeje tornar explícita a relação necessária entre esses termos, ao invés de intensificar a aparente aporia. Isso só é possível se pensarmos que a categoria imanência vs. transcendência é regida pela imanência. Nesta, pensamos a ideia de sujeito semiótico como efeito de sentido ou construção de simulacros de um sujeito que age, manipula, interage, sofre, produzindo efeitos de fazer, fazer-fazer, ser (dócil, resolutivo, teimoso). Isso denuncia que o sujeito em semiótica já conta com uma breve história, e ao delineá-la, ratificamos a noção de sujeito que orienta esta tese.

Alocado na narratividade, o sujeito semiótico tem determinação antropomorfa, cuja sùmula é a de ser um simulacro da busca do valor investido no objeto pelo fazer transformador de um sujeito. Posicionado como actante que opera, mediante um fazer, a mudança na narrativa, o sujeito “caracteriza-se por determinações mínimas: adquire a competência necessária à ação e executa-a” (BARROS, 1995, p. 84). Nota-se, porém, que, em termos de alcance de aplicabilidade, essa formulação restringia-se a textos verbais, figurativos e, sobretudo, aos de forte teor pragmático, como lendas e demais gêneros folclóricos.

No avanço dos estudos, observou-se que a competência, mais que uma das determinações mínimas para a ação, era a própria fonte desta. Afinal, é a atribuição de competência modal ao sujeito que o leva a fazer. Pela *performance*, o sujeito transforma os estados de coisas e, ao fazer ser, constrói o simulacro da “ação do homem sobre as coisas do mundo”; já o manipulador, modifica o sujeito ao dotá-lo de competência

semântica e modal e, com isso o faz-fazer, o que simula “a ação do homem sobre outro homem” (BARROS, 1988, p. 37). Encaminha-se, pois, a teoria para o exame das modalidades e, por consequência, são estabelecidos os modos de existência semiótica do sujeito como: “o virtual (definido pela modalização pelo querer e pelo dever-fazer), o atual (pelo poder e saber-fazer) e o realizado (pelo fazer, pela transformação do estado)” (BARROS, 1995, p. 84).

No entanto, se, num primeiro momento, estava-se apenas considerando as determinações mínimas para a ação, com o exame das modalidades, a noção de um sujeito modificador dos estados permite que se elabore a estrutura da manipulação. De fato, amplia-se o enfoque das relações entre sujeito e objeto ou entre sujeitos pela busca do mesmo objeto, para a ideia do vínculo entre sujeitos pela mediação entre estabelecimento ou ruptura de contratos. O foco passa a incidir sobre as relações intersubjetivas (entre destinador e destinatário): “a comunicação e o conflito entre sujeitos, e a circulação de objetos de valor” (BARROS, 1995, p. 86). Consequentemente, estabelecem-se as bases para cuidar da intersubjetividade e suas relações polêmicas ou contratuais no interior do nível narrativo.

Até aí, o exame da modalização do sujeito teve por foco o fazer. Não demoraria, então, para que se passasse às modalidades do ser, abrindo-se caminho para o estudo das modalizações veridictórias e epistêmicas. Com isso, o tratamento do fazer interpretativo do sujeito foi possível e sua consequente avaliação sobre o fazer persuasivo do sujeito com que se comunica. O fundamento dessa relação entre o destinador e o destinatário dessa comunicação são os conteúdos veridictórios e sua eficácia em fazer o outro crer em tais conteúdos. “Dessa forma, a verdade e a falsidade constituem efeitos de sentido do julgamento epistêmico, em que o crer precede o saber e pertencem ambos, a um único universo cognitivo⁷” (BARROS, 1995, p. 90).

Distinguem-se a competência modal da existência modal. Aquela diz respeito à modalização do fazer e esta à modalização do ser. Instâncias implicadas, na sintaxe

⁷ A noção de que o crer e o saber formam um único universo cognitivo está fundamentada em *Du Sens II* (GREIMAS, [1983] 2014).

narrativa, cuidam tanto da junção do sujeito com os valores, pela mediação do objeto, quanto da possibilidade da transformação do objeto. Importa que a modalização do ser nos enunciados ofereceu as bases para o estudo das paixões.

A partir dos anos de 1980, tendo sido consolidado o modelo da narratividade, a semiótica obteve o lastro necessário para enveredar pela análise das paixões sem, com isso, regredir ao “psicologismo” dos caracteres e temperamentos de um sujeito passional. Duas fases podem ser notadas. Na primeira, partindo da paixão como lexema (GREIMAS, [1983] 2014), explorou-se, na sintaxe narrativa, os arranjos modais e as combinações sintagmáticas. Verificou-se que há paixões simples como a curiosidade, decorrente de um único arranjo modal, no caso, querer-saber, e paixões complexas, cuja variedade de combinações modais permite uma configuração patêmica que se desenrola em percursos. Essa fase dá partida à análise dos estados da alma e de seus efeitos no discurso; contudo, quer-se que essas paixões de papel aprofundem-se em direção à sensibilização do corpo que sente e sofre a intensidade do sensível, e se inicia a segunda fase.

A leitura de *Semiótica das paixões* (GREIMAS; FONTANILLE, [1991] 1993) faz notar que a definição de uma paixão não concerne apenas à organização modal, mas também à aspectualidade e à tensividade. Reportando-se a isso, e retomando as linhas finais dessa obra, Fiorin (2007), por exemplo, explica que as paixões podem ser um discurso sobre a paixão ou um discurso apaixonado, de modo que a dimensão passional é tanto do enunciado quanto da enunciação e acrescenta:

as paixões definem-se pelo tipo de objeto da conjunção ou disjunção (por exemplo, a curiosidade tem um objeto cognitivo, enquanto a avareza tem um objeto tesaurozível) ou pela presença e ausência de objeto (por exemplo, a melancolia é uma paixão que não tem causa, enquanto a tristeza tem um objeto bem determinado). As paixões também se distinguem por uma temporalidade (o arrependimento, o remorso e o lamento estão voltados para o passado, enquanto a esperança, a preocupação e o temor estão dirigidos para o futuro e o desdém, a veneração, a estima e o desprezo apontam para o presente), uma aspectualização (a ira é pontual, o ódio é durativo) e uma modulação tensiva (a diferença entre a alegria e a exultação é de intensidade; também o são as distinções entre temor e desespero, medo e pavor; algumas paixões, como o ressentimento, são extensas, enquanto outras, como o horror, são intensas) (FIORIN, 2007, p. 5-6).

De posse dessas informações, podemos considerar que o tratamento da paixão e de seu sujeito irá defini-los como um simulacro textual-discursivo feito de arranjos de estruturas modais. Tais estruturas configuram-se como patemas-lexicais (cólera, amor, vergonha, obstinação) e, quando modulados, como patemas-processo, ou seja, onde infletem a temporalização, a aspectualização e a intensidade. A título de exemplo, o papel patêmico da obstinação, a partir de determinado uso, será transformado em um patema-processo que, temporalmente, tem um curso durativo; aspectualmente, iterativo e, considerando-se que o “o próprio sujeito apaixonado deve também saber que seu objeto escapa-lhe, senão ele deixa de ser obstinado” (GREIMAS; FONTANILLE, [1991] 1993, p.76), trata-se de uma paixão intensa (regida pelo querer) e extensa (de duração descontínua, iterativa). Em síntese, o sujeito da paixão é um efeito de sentido decorrente dos elementos antes mencionados.

No entanto, as pesquisas semióticas mais recentes têm investido na ideia de um sujeito no aqui e no agora. Importante reconhecer que essa busca pela presentificação do sujeito potencializa-se a partir da obra *Da Imperfeição*, de A. J. Greimas ([1987] 2002). Nela, o autor, a partir de objetos estéticos, marca o que se pode entender como níveis de expressão relacionados a uma semiótica do visível, na qual se estabelece “o patamar eidético sendo considerado o mais superficial, seguido pelo cromático, e situando-se a luz no nível mais profundo desse gênero de percepção estética” (GREIMAS, [1987] 2002, p. 36). Nessa citação, entrevemos a notável presença do sujeito sensível e nos estudos que o linguista lituano desenvolve ao longo dessa obra, patenteia-se o estreitamento do vínculo entre o sujeito e o objeto, provocado pelo encontro com o acontecimento estésico de que decorrem as fraturas e as escapatórias oriundas do contato com os objetos estéticos. Para lidar com esse sujeito sensível, se já tínhamos as formas, carecíamos das forças (TATIT, [1997] 2011); é, pois, esse o caminho aberto pela última obra assinada por Greimas ([1987] 2002): o da inserção dos “estágios contínuos – relacionados às faculdades perceptivas e às disposições afetivas do sujeito – que nem sempre podem ser submetidos à discretização e às reduções categoriais próprias dos estágios intelectivos” (TATIT, [1997] 2011, p. 9).

Ao acompanharmos o trajeto do sujeito das paixões, nos anos de 1980, depreendido do estudo dos arranjos e percursos sintagmático-modais que, ligados aos usos culturais do discurso, oferecem as formas culturais reguladas pela axiologia geradora da moralização, chegamos aos anos 1990 que, com a *Semiótica das paixões*, postulam uma existência semiótica do sujeito anteriormente à modalização. Surgido desde um nível aquém do percurso gerativo, que o modula por meio da inflexão tensivo-fórica, o sujeito da enunciação está já na profundidade e, com isso, podemos observar que da “heurística modal segue-se para a modular” (BEIVIDAS, 1995, p. 170-176). Nessa articulação entre estados de coisas e estados de alma, é preciso pensar como o horizonte ôntico despontado do sensível insere-se numa teoria que se apresenta a nós já significada em linguagem, isto é, como atividade constitutiva da significação, que elide o *a priori* ao discurso.

Parece-nos válido, então, recuperar aqui a expressão “o sentido do sentido” (GREIMAS, [1970] 1975a, p. 17), uma vez que ela condensa o que almeja o fazer semiótico. Localizado, como vimos, entre as duas grandes tradições dos estudos da linguagem: a lógico-gramatical e a retórico-interpretativa, esse fazer, na incidência sobre os textos, procura explicitar a rede relacional subjacente à depreensão e produção do sentido, o que legou à semiótica um conjunto mínimo de procedimentos para a descrição textual na forma de percursos (narrativo, discursivo etc.), aplicáveis a qual seja o discurso realizado (charge, poema, filme etc.). De fato, ao se imprimir a marca analítica ao projeto semiótico, o legado foi o de uma metalinguagem e metodologia geral que baliza e orienta o estudo, o que permite a condição de replicabilidade da ciência, isto é, a possibilidade de “a experiência científica [...] ser reproduzida, repetida, por outros pesquisadores em outro tempo e lugar, observadas as mesmas condicionantes contextuais” (ASSIS SILVA, 1995, p.26). Segundo nos diz o próprio Greimas:

É preciso, para satisfazer as reais necessidades da semiótica, dispor de um mínimo de conceitos epistemológicos explicitados que permitam ao estudioso da semiótica apreciar, quando se trata da análise das significações, a adequação dos modelos que lhe são propostos ou que ele constrói para si. O estudioso de semiótica tem necessidade de um controle epistemológico do seu método (GREIMAS, [1970] 1975a, p. 12).

Nessa passagem, além de se afirmar que o semiótico, na busca pelo sentido, baseia-se numa metalinguagem de descrição – importante, entre outros aspectos, porque nos faz pensar no cotidiano da relação das pessoas com o sentido, em que sua experiência vivida é percebida como uma espécie de “já-dado”, uma evidência, sobre a qual, no mais das vezes, torna-se difícil uma “tradução” (comunicar, explicar), no entanto, porém, na pesquisa sobre a significação, a *compreensão* e o *se fazer compreender* são condições da própria produção do sentido – assenta-se também que sua condução está sob os princípios da arbitrariedade e da adequação. Arbitrária porque não representa a realidade empírica. Adequada porque, nas análises concretas, os modelos de descrição passam pelo teste das coerções próprias à semiótica-objeto. Assim, essa teoria, postulando-se arbitrária e adequada, toma a linguagem como um sistema de significação oriundo “apenas [d]essa transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem a uma linguagem diferente, [sendo] o sentido [...] apenas esta possibilidade de *transcodificação*” (GREIMAS, [1970] 1975a, p. 13).

Metalinguagem e interdefinição são características inextricáveis à Semiótica greimasiana em seu intento de construir um léxico especializado de feição unívoca. Sobre esse aspecto, assim se coloca Jean Portela:

Ar do tempo? O fato é que, no campo das teorias do discurso, o século XX foi marcado pela exigência de cientificidade, exigência que Greimas assumiu enquanto projeto de vocação científica e que nos legou o conforto e o desconforto de que goza o semiótico entre os demais interessados pela linguagem. Sentimo-nos confortáveis porque nós “nos entendemos”, partilhamos mais ou menos os mesmos termos que, se tudo corre bem, recobrem os mesmos conceitos. Mas, ainda assim, algo não vai bem, algo nos causa desconforto: nossos “vizinhos” pouco ou nada nos compreendem, nossos termos não são tão precisos e articulados ao conjunto da teoria como imaginamos, muitos de nossos conceitos caem em desuso ou em completo descrédito no limiar de cada década (PORTELA, 2012, p. 3).

Atentos à primeira parte da reflexão de Portela, o conforto a que ele alude, possibilitado pela linguagem comum entre os semióticos, decorre do cunho formal que apresenta a metassemiótica. Forjada no princípio do empirismo hjelmsleviano ([1943] 2009), a formalização semiótica baseia-se na não-contradição (remete à necessária coerência

interna que a descrição precisa ter), na exaustividade (dar conta do máximo de elementos que tenham relevância para a análise do objeto) e na simplicidade (obtido do cálculo um conjunto de procedimentos capazes de descrever a semiótica-objeto de forma não contraditória e exaustiva, é feita a escolha daquele que possibilita a descrição mais simples). Ademais, esses três princípios, na ordem em que foram colocados, conformam a hierarquia de importância que eles têm na teoria.

Tal formalização, no entanto, forneceu à semiótica a sobejamente conhecida complexidade teórica, que tornou corriqueiros os ataques e as críticas. No tocante a isso, assim se expressa Beividas:

Talvez nem nos demos o trabalho de perceber. Mas nossa metalinguagem intimida e sua economia quase nunca é absorvida por pesquisadores que, mesmo sérios, não sejam do estrito círculo. Ela assusta pelo hermetismo e abstração (e irrita um pouco por algum preciosismo) (BEIVIDAS, 2005, p. 4).

Essas observações são pertinentes e poderiam desencadear discussões e hipóteses em torno das razões por que a linguagem técnico-científica do discurso semiótico causa certa disforia tanto para os iniciados quanto, e mais efetivamente, para os que iniciam o aprendizado da matéria. No entanto, é notável a euforia daqueles que já adquiriram alguma desenvoltura no manejo teórico-metodológico dessa linha investigativa. Talvez, uma das principais aquisições concernentes à formação do cientista, que o fazer semiótico proporciona, relacione-se à disciplina do pensamento. Longe de tolher a criatividade e a invenção científicas, tal disciplina diz respeito à competência para dar direção adequada às ideias, de modo não-contraditório, exaustivo e simples (HJELMSLEV, [1943] 2009). Temos aí um ganho heurístico considerável ainda mais, situados, como estamos, num campo cujo objeto são seres linguageiros. Noutras palavras:

Enquanto nossos colegas das ciências naturais, os biólogos, os zoólogos, os botânicos etc., trabalham com materiais que podem ser submetidos a experiências objetivas, levadas a efeito com microrganismos, bichos, plantas etc., seres cujas presenças no mundo são dadas por substâncias que impressionam nosso aparelho sensorial e podem ser vistos, ouvidos, tocados, degustados, cheirados, nós, semiolinguistas, só podemos efetuar *Gedankenexperimente*, “experiências com o pensamento”, sendo este o único instrumento de que dispomos para lidar com os fenômenos intangíveis e subjetivos da linguagem (LOPES, 2010, p. 35).

Considerando que nosso acesso à realidade nunca ocorre de modo imediato, mas pela produção de simulacros e os efeitos de sentido deles decorrentes, propomos nova digressão teórica para explicar essas duas noções semióticas.

Sob a rubrica de Eric Landowski, em Greimas e Courtés (1986), a definição de simulacro corresponde às projeções temático-figurativas, modais e dos actantes da enunciação no enunciado. Um simulacro contrai, então, uma relação quase sinonímica com o sentido de modelo. Isso conforma a semiótica a uma epistemologia não-referencialista, uma vez que não elide linguagem e realidade (ou “coisa do mundo”), pois é por meio daquela que construímos esta. De fato, a “única realidade apreensível, mas que não pode ser apreendida de maneira imediata” é o que se compreende como “efeito de sentido” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 156).

Greimas e Courtés ([1979] 2008) nos lembram que o efeito de sentido é uma expressão cunhada pelo linguista G. Guillaume, que diz respeito à impressão de realidade que nossos sentidos produzem no contato com o mundo apreensível pela significação culturalmente compartilhada. Como ato de linguagem que é, o efeito de sentido equivale à semiose, ou seja, à atividade produtora de semiótica, na acepção de conjunto significante dotado de plano de expressão e de plano de conteúdo.

Tais noções são essenciais na economia geral da teoria semiótica, afinal, é por meio da instauração dos efeitos ou simulacros de paixão, de resistência, de luta, de afirmação da identidade, entre outros, que vamos produzindo linguagens.

1.5 Identidade e afirmação da identidade

Peer Gynt, a peça cujo texto foi publicado em 1867, deveria ser lida e sobre ela se deveria ponderar nos dias de hoje por todas as pessoas frustradas e perturbadas pelo caráter ilusório da identidade – e isso significa, todo mundo. Todos os problemas atuais foram, profeticamente, previstos e abordados nela (BAUMAN, [2004] 2005, p.97).

Escrita pelo teatrólogo norueguês Henrik Ibsen, a peça aludida por Bauman, na epígrafe desta subseção, traz, no título, o nome do protagonista desse drama poético. Esse personagem tem sua narrativa contada a partir dos seus 20 anos, e o desenrolar da história vai se estender até a velhice de Peer Gynt, o qual, em todo o seu percurso, orienta-se por ser fiel a si mesmo ou, nas palavras desse herói de Ibsen: “eu sou eu mesmo, dos pés à cabeça” (IBSEN, 1949, p. 174)⁸.

O lema de Peer Gynt, de fato, é bom para pensar sobre questões que estão na ordem do dia, dentre as quais, a problemática da identidade pós-moderna. Isso porque tal lema suscita uma necessidade que nos acompanha desde cedo, a saber: sentir-se seguro quanto ao que se é. Esse sentimento de segurança sobre si mesmo será reforçado pelos “discursos da cultura [os quais] confortam-nos e reforçam esse sentimento, no sentido de crença, providenciando-nos um sem número de etiquetas: nome próprio, número de identidade, nacionalidade (identidade nacional), cor, raça etc.” (BEIVIDAS; RAVANELLO, 2006, p. 135).

Porém, há algum tempo, estudiosos têm questionado, justamente, essa noção de uma identidade fixa, segura em suas âncoras no “real”. Entre esses estudiosos ganharam bastante destaque, e alcance mundialmente, aqueles que promovem pesquisas sob filiação da matéria denominada Estudos Culturais – a qual, grosso modo, interessa-se por desenvolver trabalho crítico concernente à concepção de identidades contemporâneas, qualificando-as como fragmentadas, devido aos processos complexos instaurados pelas sociedades atuais. Noutras palavras:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise da identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, [1992] 2006, p. 7).

As transformações aludidas por Stuart Hall ([1992] 2006) dizem respeito às mudanças que as sociedades sofreram, no final do século XX, especificamente, sob o impacto da denominada “globalização” que, ao modificar as relações espaço-temporais, planetariamente, causou uma desestabilização da ancoragem social do indivíduo relativa

⁸ Je suis moi-même, je le suis des pieds à la tête.

a aspectos como raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade. Para esse sociólogo, a configuração das instáveis identidades contemporâneas segue o curso de um processo histórico deflagrador de pelo menos três concepções de identidade, quais sejam:

(1) A identidade do sujeito do Iluminismo. Tal identidade está atrelada à ideia de nascimento do indivíduo soberano – entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII – e marca uma ruptura com a visão teocêntrica sobre o universo. Essa noção de um sujeito soberano ainda orientava, no século XVIII, os processos mais importantes da vida moderna, centrando-os na perspectiva de um indivíduo “sujeito-da-razão”. No entanto, aos poucos, instituições, como as jurídicas, que estruturavam direitos e consentimentos individuais, tiveram de se moldar às mudanças promovidas pela industrialização e, assim, adequar-se ao Estado-moderno e às massas de engrenagem da democracia moderna. Para tanto, o liberalismo econômico vigente – fundado no contrato, na troca e na propriedade – teve de se adaptar às grandes formações de classe do capitalismo moderno. Transforma-se, então, o sujeito individual, num cidadão vinculado às especificidades administrativo-burocráticas do Estado-moderno (HALL, [1992] 2006).

(2) A identidade do sujeito sociológico. Tal identidade – no bojo da crescente complexidade do mundo moderno, deflagradora do questionamento de um sujeito autônomo e autossuficiente – era concebida na relação entre o sujeito e a sociedade (e seus valores, sentidos e símbolos). Impôs-se, pois, o modelo sociológico interativo que, firmando-se como a visão clássica da identidade, na Sociologia, compreendia o sujeito dotado de um núcleo ou essência interior ligado, indissociavelmente, ao universo cultural “exterior” e, conseqüentemente, às identidades produzidas por este. Na mesma época, todavia, e no âmbito dos movimentos estéticos e intelectuais vinculados ao modernismo, assoma a figura do sujeito isolado, exilado ou alienado, em contraposição ao anonimato e impessoalidade da multidão ou da metrópole

modernas. Aí se criam as bases para a concepção do sujeito na atualidade (HALL, [1992] 2006).

- (3) A identidade do sujeito pós-moderno. Tal concepção de identidade vai de encontro a qualquer ideia de núcleo ou essência interior do sujeito e defende que este, na verdade, é caracterizado pelo seu deslocamento ou fragmentação. Se o sujeito era antes conceptualizado como possuidor de uma identidade unificada e estável, passa a ser visto como fragmentado, em virtude de não ter apenas uma, mas, de fato, várias identidades que, por conseguinte, podem ser até contraditórias ou não resolvidas, uma vez que o sujeito assume diferentes identidades de acordo com o momento que vivencia, as quais, de modo algum, podem ser conformadas a um “eu” preciso (HALL, [1992] 2006). É, pois, ao encontro desse sentido que segue esta afirmativa:

Não temos mais um fio sequer dos cabelos de outrora, nossas células já se substituíram talvez quase todas e milhares de neurônios já se foram de nós. Ou seja, não há nenhuma garantia de qualquer permanência de identidade na substância nua e crua do real. Portanto, o sentimento de identidade própria é um *efeito de sentido* provocado pelos discursos, como práticas sociais, sobre a identidade (BEIVIDAS; RAVANELLO, 2006, p. 135).

Não obstante, se, como Peer Gynt, ansiamos por conquistar aquele sentimento de permanência em si mesmo, e vamos, *pari passu*, construindo para nós uma narrativa de afirmação de uma “identidade verdadeira”, chegaremos, mais cedo ou mais tarde, ao desenlace gyntiano – a descoberta de que a crença num “eu” firme e imutável, seguindo nossa duração, é apenas ilusória.

Entretanto a identidade tende a ser considerada de maneira essencializada, naturalizada e cristalizada pelo senso comum, em contraposição aos debates desenvolvidos pelos Estudos Culturais, que se orientam sob o prisma de que as identidades não são unificadas, mas sim, negociáveis e crivadas de contradições. Concordando com essa perspectiva dinâmica e mutável das identidades, mas sem, com

isso, negar a necessidade de depreender traços de unidade para a própria possibilidade de encontrar as diferenças, retomamos nosso viés de reflexão: o do discurso.

A temática da identidade, de acordo com Harkot-de-La-Taille (2012), tendo-se em conta apenas os estudos sobre o discurso, integrou a reflexão acadêmica nos anos finais de 1990. No Brasil, em consulta ao acervo da Universidade de São Paulo, a autora verificou a data de 1972 como aquela em que figurou o termo identidade em título de tese; e o ano de 2006, como o do ápice dos doutoramentos sobre tal temática na referida instituição, com 24 trabalhos nesse nível de pesquisa.

No âmbito dos estudos da Semiótica greimasiana desenvolvida neste país, também crescerá o número de investigações cujo objeto é o papel do *éthos* na construção do efeito de sentido de identidade. Nessa direção, relevantes pesquisas, coordenadas por Norma Discini (2009), têm sido feitas desde os anos 2000 que, propondo uma estilística discursiva, focalizou o *éthos* e promoveu fecundo diálogo entre semiótica e retórica (HARKOT-DE-LA-TAILLE, 2012).

Esta tese insere-se, portanto, no curso dessas reflexões que pensam as identidades dos sujeitos como construções discursivas, e não como entidades ontológicas.

Ao referir, na subseção anterior, que a identidade se define, dentre outras acepções, como “princípio de permanência que permite ao indivíduo continuar o ‘mesmo’, ‘persistir’ no seu ‘ser’ ao longo de sua existência narrativa, apesar das modificações que provoca ou sofre” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 252), notamos uma ideia de recorrência que pode estar alojada na constância de actantes ou papéis actanciais, de atores, de percursos temático-figurativos etc., que vêm à tona na prática analítica.

Sendo relevante a condução de análises de textos cujo centro é a identidade, não menos importante é o caso daqueles de afirmação da diferença. Trata-se de discursos que, tomando a identidade como base para a ação, têm sua origem no movimento

feminista, o qual, ao apregoar a máxima de que “o pessoal é político”, politizou a subjetividade, a identidade e a identificação. Com isso, cada movimento chamou pela identidade social de seus signatários. Assim, os antibelicistas aos pacifistas, as lutas raciais chamaram aos negros, entre outros. Nasce, então, a política de identidade – a cada movimento, uma identidade (HALL, [1992] 2006, p. 45).

Daí que, nesses espaços discursivos, a afirmação da identidade do sujeito tornou-se questão crucial, sendo, pois, necessário entender o que significa esse afirmar. Se ultrapassarmos a tradição gramatical que, centrada na frase, explica que a afirmação é apenas uma declaração, uma informação sem maiores consequências para o percurso do sujeito semiótico, porque diz respeito tão somente aos “enunciados informativos (ou não-modalizados), uma vez que a produção delas [frases afirmativas] sustenta, implicitamente, um ‘eu digo’ e nada mais” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 24), teremos de ir do âmbito frasal ao da semiótica para redimensionar o sentido de *afirmar* no plano textual-discursivo.

O dicionário da língua – como repositório do léxico de uma coletividade linguística – fornece o primeiro acesso para depreender sentidos de um lexema. Segundo Houaiss ([2001] 2008, p. 104), **afirmar** é:

Tornar-(se) ou fazer-(se) firme, estabelecer-(se), fixar-(se), consolidar-(se). Declarar com firmeza; dizer (algo) assumindo o caráter de verdade do que é dito; sustentar; asseverar. Assegurar a veracidade ou existência de (algo); certificar; comprovar; atestar. Fazer nome, tornar-se bem conceituado. Auto-afirmar-se.

Três indicações são oferecidas nessa definição:

(1) Aspectualmente, a duratividade. Classemas como estabilidade e solidez, abrigados na profundidade lexemática, do ponto de vista do processo, equivalem aos semas da continuação ou da duração;

(2) Tensivamente, a intensidade e a extensidade aumentam. Ocorre um equilíbrio, ou correlação (quanto mais ... mais), entre a intensidade dos afetos (notável

na força da paixão da firmeza) e o máximo de duração de um evento (discretizado em uma sequência de ações: certificar, comprovar, atestar, fixar, estabelecer e, assim, consolidar-se, afirmar-se e auto-afirmar-se). À medida que aumenta o sensível também aumenta o inteligível, de modo que podemos imaginar aí uma curva ascendente;

(3) Veridictoriamente, a “verdade”. A acepção de afirmar como “dizer (algo) assumindo o caráter de verdade do que é dito” traz à baila uma relevante componente das relações entre os sujeitos, a da fidúcia ou crer verdadeiro. A verdade, como efeito oriundo da intersubjetividade, aciona o jogo entre as modalidades do ser e do parecer, e de tal jogo constrói-se o simulacro verdade, ou seja, proferir algo, cujo efeito, não apenas pareça, mas seja verdadeiro.

Essas indicações podem ser mais bem qualificadas; para isso, começaremos pela aspectualização.

Tradicionalmente explorado pelos linguistas em relação à estrutura verbal, o aspecto, em semiótica, diz respeito ao discurso e caracteriza os atores, os espaços e os tempos discursivizados. Instalado no discurso, o sujeito observador contempla e segmenta o fazer em curso no enunciado. Temporalmente, em termos de incoatividade (aspecto inicial ou pontual), duratividade (contínua ou descontínua/iterativa) ou terminatividade. Embora a aspectualização do tempo tenha se beneficiado de maior desenvolvimento conceitual até o momento (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008), podemos considerá-la, quanto ao espaço, em seu vínculo com a abertura ou o fechamento e, actorialmente, relacionada ao excesso ou à insuficiência dos sujeitos.

Um sujeito que precisa tornar-se ou fazer-se firme e seguro não se encontra conjunto com a firmeza e a segurança, portanto, é insuficiente. Essa busca pela base sólida, pela estabilidade, se levada às últimas consequências, fecha o espaço em “si mesmo” com vistas a fazer nome, tornar-se bem conceituado, auto-afirmar-se. Tudo leva a crer que esse estado de coisas se dá de um modo cursivo. É preciso duração temporal para que um sujeito consiga se afirmar e, mais que isso, auto-afirmar-se. Ou não seria coerente considerar que, precisa-se de tempo para se firmar numa carreira,

numa profissão, para se autoafirmar como artista, para consolidar a “imagem de si” veiculada pelos discursos de afirmação da identidade, dentre outros. Podemos antever um processo que instaura uma sequência de operações em prol do objeto-valor afirmação (auto-afirmação), em que a repetição, como o operador da iteratividade, ganha toda pertinência. Para o sujeito que não apenas quer ser suficientemente firme e seguro, mas, sobretudo, deseja ser o protagonista da ação de afirmar-se, o recurso à repetição é incontornável, afinal, “o que for repetido será embreado e permanecerá na memória” (LOPES, 2010, p.47).

Nesse percurso de busca da afirmação do sujeito, tanto os estados de alma (o sensível) quanto os estados de coisas (o inteligível) são mobilizados. O esquematismo tensivo (ZILBERBERG, [2006] 2011a), hipótese de trabalho fecunda para lidar com a coexistência dessas duas dimensões do sentido em semiótica, deve ser considerado. A tensividade, que é responsável pela aspectualização e intensificação nos textos, ao integrar a afetividade, nos estudos semióticos, parte da ideia de que o sensível rege o inteligível e que os valores são complexos, logo, não excludentes, e resultam do cruzamento das dimensões da intensidade – cujas subdimensões são o andamento (lento, rápido) e a tonicidade (fraco/átono, forte/tônico), e extensidade – cujas subdimensões são o espaço (aberto, fechado) e o tempo (breve, longo).

Conquanto seja uma hipótese, cuja validade ainda está sendo testada, atualmente, o esquematismo tensivo parece um modelo produtivo para o tratamento dos afetos, das paixões, das relações corpo e sentido, entre outras instâncias que trouxeram à tona o contínuo e a complexidade no processo de significação. Ademais, ao se considerar a indissociabilidade entre sensível e inteligível, amplia-se o escopo de análise semiótica, assim como seu ferramental para lidar com objetos das mais variadas formas de expressão. Nesse sentido, se há textos, cujos esquemas à Propp ([1928]1984) respondem satisfatoriamente, há outros que colocam desafios consideráveis para o analista.

Cuidamos da tensividade, no lexema *afirmar*, ao observamos, em níveis mais profundos a modalidade do querer. De fato, “o querer é essa vontade e essa emoção que dá partida ao movimento narrativo” (LOPES, 1989/1990, p. 156). E, ao passo que torna presente a intensidade dos afetos de um sujeito que necessita de afirmação, na mesma medida, tornam-se mais duradouros os efeitos da extensividade. Ocorre uma estrutura de correlação conversa do tipo implicativo (quanto mais ... mais). Quanto mais o sujeito quer se afirmar, mais forte é a tonicidade dos afetos sobre ele, mais longo é o tempo, tornando o andamento mais lento e o espaço mais concentrado, visando ao transporte do seu estágio de não conjugação (sujeito da insuficiência) para conjugação com a afirmação (sujeito da suficiência).

Digno de nota, ainda, é o seguinte trecho das definições do verbete em estudo: “declarar com firmeza; dizer (algo) assumindo o caráter de verdade do que é dito; sustentar; asseverar. Assegurar a veracidade ou existência de (algo)” (HOUAISS, [2001] 2008, p.104). Tal trecho traz à tona a noção de contrato veridictório.

A veridicção, ou dizer-verdadeiro, demanda que o sujeito da enunciação produza um discurso que instaure o efeito de verdade, e isso requer um fazer cognitivo para construção de tal efeito; assim, não basta que o enunciador assegure que o conteúdo que emite é verdadeiro, é preciso que o enunciatário interprete essa comunicação como verdadeira. Estabelece-se, pois, o jogo entre *ser* e *parecer* de onde se constrói um destes quatro simulacros: a verdade (*ser* e *parecer*), a falsidade (*não-parecer* e *não-ser*), o segredo (*ser* e *não-parecer*) ou a mentira (*parecer* e *não-ser*). Notável é o acionamento dessas modalidades para alcançar uma persuasão bem-sucedida pelo crer fiduciário, já que, consoante a Lopes e Beividas (2007, p. 35):

o discurso humano, qualquer que seja o ambiente expressivo como plano de sua manifestação (verbal ou não), acaba se revelando, como diz Greimas, como lugar “frágil” onde os valores de verdade, falsidade, segredo, mentira se apresentam em equilíbrio mais ou menos instável, como um acordo tácito ante um contrato de veridicção (que estatui sobre o parecer-verdadeiro) e um contrato fiduciário (que estatui sobre as diversas posições do crer).

A cifra da veridicção, marcada na definição de afirmar, é bastante significativa, uma vez que nos faz pensar na importância do fazer-crer e do crer-verdadeiro no caso dos discursos de afirmação do sujeito. Daí que, por hipótese, em discursos desse tipo, a persuasão que, como vimos, diz respeito ao acionamento de modalidades com vistas à eficácia comunicativa, pode ser um procedimento sintático relevante para a análise.

A crer na presença de tal procedimento, na atualização do afirmar no campo textual-discursivo, não poderemos perder de vista que há sempre um enunciador pressuposto, responsável pelos valores colocados em discurso, imbuído do querer levar o enunciatário a crer e a fazer (BARROS, 1988, [1990] 2008; FIORIN, [1989] 2009a). Relacionado à instância da enunciação, o fazer persuasivo é uma das formas do fazer cognitivo e tem como escopo “fazer aceitar, pelo enunciatário, o contrato enunciativo proposto” (GREIMAS e COURTÉS, [1979] 2008, p. 368).

Além disso, o enunciador é o destinador-manipulador implícito da comunicação destinada ao enunciatário (também pressuposto), que não recebe o ato comunicativo passivamente, mas produz discurso, pois sua leitura dos valores em jogo na enunciação pode aceitar ou não o contrato estabelecido. Dependendo da interpretação feita pelo enunciatário dos valores que circulam nos discursos, este pode considerá-los apreciáveis e convencer-se do estatuto veridictório que infundem aceitando o contrato ou, no caso de uma persuasão malsucedida, refutando o contrato inicial porque os valores deste não foram ao encontro do que ele crê como verdade.

Por fim, depois de discutirmos a direção da semiótica, no exame do processo de construção da identidade dos sujeitos que, marcada pelo viés fortemente metodológico, interessa-se pelo que se diz e como se faz para dizê-lo⁹ – no espaço do texto –, o que leva à busca dos efeitos de sentido produzidos discursivamente e os recursos utilizados para engendrar tais efeitos; passamos a considerar a questão de afirmar a identidade. Para tanto, realizamos rápido vislumbre ao lexema *afirmar*, de onde intuímos, como

⁹ Referimos à amplamente conhecida expressão cunhada por Diana Luz de que a semiótica se ocupa com a descrição e a explicação sobre “o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (BARROS, [1990] 2008, p.7 [grifos da autora]).

mecanismos a partir dos quais se produz o efeito de afirmação, a aspectualização, a tensividade e as modalidades veridictórias.

Nesse trajeto, começamos pela postulação de Ferdinand de Saussure de que as identidades e as diferenças presidem os sentidos na língua, em seguida, mostramos seu desdobramento na estrutura elementar da significação de Greimas e concluímos com a formulação de Eric Landowski de um sistema de relações do eu com o outro, extraído da observação de situações de convívio do europeu com o estrangeiro na contemporaneidade. Ao recensearmos essas definições e/ou modelos de análise concernentes à temática em estudo, é que nos posicionamos quanto ao entendimento de que a identidade, na Semiótica greimasiana, diz respeito à produção de efeitos de sentido e de simulacros construídos pelo sujeito da enunciação.

Tendo observado a pertinência de inquirir não apenas sobre a identidade do sujeito semiótico, mas, sobretudo, o que significa afirmar essa identidade, notamos o lugar central da repetição nesse processo, por conseguinte, para afirmar uma identidade, é preciso repeti-la, somente assim, ela permanece na memória e torna duradouro um discurso identitário.

No entanto, é preciso observar o processo de afirmação da identidade do sujeito semiótico, no nível do texto e, desse modo, ao avançar a ambiência lexemática, contribuir para entender práticas discursivas de sujeitos de nosso tempo, quais sejam, as dos quilombolas.

CAPÍTULO 2: SOBRE O SUJEITO QUILOMBOLA

Por que é que a gente não aparece como protagonista [...] da nossa história? Por que é que não aparece a história propriamente dita, contada por nós?
(Maria José, liderança do Quilombo Feijão – PE)¹⁰

Época houve, em que a narrativa de fatos cronológicos bem ordenados, cujos protagonistas eram figuras da elite econômica e/ou militar de uma nação, conformava o cerne do discurso da História. Aí eram narrados os grandes feitos de “heróis” dos povos com escrita. Apenas a partir de 1980, começou a ocupar a investigação dos historiadores a narrativa dos “povos sem escrita, esquecidos ou anulados pela ‘história das civilizações’, como é o caso das populações africanas e indígenas¹¹”(BITTENCOURT, 2011, p. 149).

Descendentes de etnias da África, os quilombolas têm na memória, na oralidade, nos seus mitos e nas suas lendas, as fontes de uma História ágrafa. Não seria mesmo desde o bojo de tais fontes que se poderia construir aquela “história propriamente dita”? Não estaria alojada nesse pertinente questionamento a reivindicação quanto à necessidade de explicitar o pensamento de grupos, historicamente marginalizados, que compõem nossa sociedade e, não somente aquele amplamente difundido do ideário das elites?

Nessa direção, muitas tentativas, por parte dos mais diferentes enfoques têm sido feitas. Traçar uma visão de conjunto do que foi escrito sobre o sujeito quilombola, no espaço universitário, ainda que bastante sumária, é mostra de apreço e respeito pelas elaborações teóricas distintas da nossa, mas é também, posicionar nossa crença quanto à

¹⁰ Informação verbal. Fonte: <http://vimeo.com/6688112>.

¹¹ Devemos esta indicação bibliográfica a Danielle da Silva Ferreira, mestranda em História na UFRPE (Universidade Federal de Pernambuco).

complementaridade de cada ângulo de análise na construção do saber acadêmico. Fazer isso, no quadro da Semiótica greimasiana¹², é explicitar os conteúdos histórico-sociais que constroem os sentidos dos textos e dos discursos, o que fazemos aqui com base em duas direções metodológicas: a da intertextualidade e a do exame temático-figurativo do discurso. Primeiramente, recortamos, no universo do discurso acadêmico, as ideias que confluem com as desta tese, as quais foram extraídas dos resultados obtidos por pesquisadores brasileiros, prioritariamente, os estudos de antropólogos, historiadores e sociólogos sobre as populações quilombolas. Em seguida, na *subseção* 2.2.1, utilizamos o percurso gerativo do sentido para examinar os temas e as figuras no nível da semântica discursiva, a qual, segundo Fiorin (2007, p. 19), é “o campo da determinação ideológica propriamente dita”. E, assim, num mesmo quadro teórico, conciliam-se os procedimentos de descrição dos mecanismos e regras que engendram o texto e as relações de sentido *entre* textos.

2.1 Relações intertextuais

No Brasil, o **discurso quilombola** foi difundido por textos diversos de diferentes áreas do conhecimento. Consequentemente, uma temática quilombola sedimentou-se e, em vista dos variados aspectos que a cercam, tornou-se um tema interdisciplinar que abrange questões conceituais, normativas e técnicas. Indissociáveis dos conteúdos de tal discurso, essas questões têm sido fomentadas pela definição legal atribuída aos quilombolas pela Constituição vigente, em seu Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades dos

¹² Destacamos, dentre os trabalhos semióticos que tratam das relações entre texto, discurso e sua inserção sócio-histórica, os que foram desenvolvidos por Barros (1988, 2009), Fiorin (1988, 2007), Barros e Fiorin (1994), Lopes (1999) e Discini (2001). Coerentes à epistemologia semiótica, esses trabalhos demonstram que essas relações não são consideradas como algo entre textos, discursos e um contexto externo a estes, mas como constitutivos destes (textos e discursos), cuja apreensão segue as seguintes direções metodológicas: “pela análise da organização linguístico-discursiva dos textos, em especial de seus percursos temáticos e figurativos; pelo exame das relações intertextuais e interdiscursivas que os textos e os discursos mantêm com aqueles com que dialogam; pela relação entre duas semióticas, a do mundo natural e a das línguas naturais, que deve ser observada não no nível das palavras e das coisas, mas no das unidades elementares de sua constituição” (BARROS, 2009, p. 351).

quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p. 189).

A figura remanescentes diz respeito ao “que remanesce, que sobeja, que resta” (HOUAISS, [2001] 2008, p. 2.423). Logo, buscar-se-á definir o que é isso que “remanesce”, que “sobeja”, que “resta”. A letra legal diz que são os indivíduos que ocupam as terras das comunidades dos quilombos. Contudo, na aparente simplicidade e clareza da frase, existem algumas lacunas. Até aí, não se sabe, por exemplo, quais são os critérios com os quais se possam identificar os “remanescentes” quilombolas e, muito menos, o universo ideológico que orientará as discussões nas diferentes entidades envolvidas (comunidades quilombolas, universidades e instituições das três esferas do poder governamental).

Apenas em 1995, e em virtude das festividades em memória de Zumbi dos Palmares, a problemática ensejada por essas lacunas conduziu reflexões científicas e políticas que se pautam na busca por regulamentar aquele dispositivo legal. Nisso, um complexo diálogo entre sujeitos quilombolas, intelectuais, políticos, administrativos, jurídicos, dentre outros, cujas posições, de fato, não eram consensuais¹³, estabeleceu a ideia comum de que “os ‘remanescentes’ não são sobras de antigos quilombos prontos para serem identificados como tais, presos aos fatos do passado por uma continuidade evidente e prontamente resgatada na ‘memória coletiva’ do grupo” (ARRUTI, 1997, p. 23).

¹³ A figura “remanescente de quilombos”, uma criação jurídica instituída pela Constituição vigente, não foi acompanhada de dispositivo legal algum que assegurasse benefícios como, por exemplo, o da efetiva posse do território. Consequentemente, isso originou discussões “fundamentalmente orientadas pela necessidade de responder às demandas de natureza jurídica e legislativa”, depondo como questão central “a da própria definição do que foram, historicamente, os quilombos, na expectativa de, a partir daí, poder discernir os critérios de identificação daquelas comunidades ‘remanescentes’ ”(ARRUTI, 1997, p. 7-8). Ademais, a interação entre sujeitos de domínios e de objetivos tão variados (comunidades quilombolas, universidade, entidades jurídicas etc.) não poderia ser imune a polêmicas, já que coloca “lado a lado, o interesse mais estritamente acadêmico, cujo engajamento com as causas populares é mediado por problemáticas que têm origem em tradições disciplinares e debates conceituais, e o interesse mais diretamente vinculado àquelas lutas, que surge muito frequentemente associado à causa de uma comunidade, ou de uma região. Neste último caso, com mais evidência que no primeiro, ressurgem o desafio de trabalhar simultaneamente com dois universos de referência muito distintos e, por vezes, incompatíveis: o da análise científica e o da intervenção e interpretação jurídica” (ARRUTI, 1997, p. 8).

Inquirir, na atualidade, sobre os sentidos tributáveis às “comunidades remanescentes de quilombos” incide, efetivamente, no campo discursivo. A opção por tal campo objetiva a que as perspectivas essencialistas – sejam biológicas ou culturais – que permearam estudos voltados para aspectos como raça e etnia, uma vez submetidas à necessária crítica, avancem para perspectivas que concebam a identidade quilombola como construção feita discursivamente. A visão discursiva, desfazendo as antigas perspectivas de um sujeito fixo e unitário, oferece meios de lidar com os processos dinâmicos que produzem as identidades atualmente.

Nesse sentido, ao centralizarmos os debates no tema quilombola, e recorrermos a estudos da História, da Sociologia e da Antropologia, vimos que estes apontam a amplitude polissêmica que se abre àqueles que procuram definir o termo *quilombo* (SILVA, 2000; SCHMITT, A. et al. 2002; LEITE, 2000, 2008). Além da ênfase na complexidade do fenômeno, cuja linhagem histórica remonta ao Quilombo dos Palmares, os autores citados parecem concordes em que, na atualidade, o conceito deva alargar-se de forma a incluir as diferentes maneiras com que foram configurados os diversos quilombos brasileiros, o que, longe de ser uma reminiscência histórica, um achado arqueológico, ou tampouco a sede de tipos humanos isolados em uma cultura homogênea, remete a uma organização política e a coletividades diversas nos modos e formas de resistência, para manutenção de um território compartilhado e de uma identidade étnica específica.

Igualmente, esses estudos consideram *quilombo* e *quilombola* como uma organização política que visa a sair da condição de segregação social para alçar-se à chancela de contingente pleno de direitos políticos e culturais, desafio sempre renovado, principalmente, diante dos enfrentamentos cotidianos que se configuram como “lutas para conquistar o próprio direito à cidadania e constituir-se como sujeito social” (CHAUI, 1986, p. 62), no seio de uma sociedade autoritária e intolerante¹⁴ ao diverso.

¹⁴ Os discursos intolerantes são marcados pelas paixões do ódio e do medo ao outro, ao diferente. Mas também, orientam-se pela racionalidade, quando reagem à diferença, com construções discursivas que pretendem justificar a intolerância. Produzem, assim, narrativas que sancionam negativamente os sujeitos que, para o enunciador desses discursos intolerantes, não cumpriram os contratos sociais de “*branqueamento social*, de *pureza da língua*, de *heterossexualidade*”. A sanção para esses atores sociais que são julgados como maus cidadãos podem variar desde insultos verbais até “a perda de direitos, de

O avanço na história dos quilombos mostrará que eles persistem e, hoje, têm grande importância e visibilidade para o entendimento da narrativa de luta do contingente negro no Brasil. Entretanto, semelhante “luta política [é] uma reflexão científica em processo de construção” (LEITE, 2000, p. 333). Por essa razão é que esta tese, visando a preencher algumas lacunas desse processo, tem como premissa a de que “as atividades humanas, tanto individuais como sociais, são apreendidas e tendem a ser formuladas em termos de ‘discurso’, como sequências organizadas de ações e de paixões, de finalidades e de resultados” (GREIMAS, 1995, p. 118); o que perfaz todo o trajeto de nosso texto e, neste capítulo, segue um percurso da produção discursiva de textos produzidos *sobre* os atores quilombolas até chegar a um texto *por* estes construído.

2.1.1 Quilombo: breve trajetória dos sentidos de um conceito

O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada (LEITE, 2000, p.349).

Seria importante, antes de qualquer análise, considerar o campo ideológico que hipotecou aos movimentos negros de hoje grande dificuldade de mobilização entre seus membros. A propagação do ideário de uma sociedade pretendida integralizadora e

emprego ou até mesmo com a morte” (BARROS, 2011, p. 256). Outro dispositivo de intolerância usado é o dos discursos da ciência. “Os discursos racistas, por exemplo, se apoiam nos discursos da biologia e da genética, sobretudo no século XIX” (BARROS, 2011, p. 268). Diana Barros (2011) acrescenta ainda que para viver numa sociedade democrática e plural, deve-se, então, investir na construção de discursos de tolerância, os quais demandam estratégias, valores e temas contrários aos que caracterizam a intolerância discursiva. E que assim, ao invés das narrativas de sanção, tenhamos as de contratos com a diversidade e a valorização da diferença.

assimilacionista, amplamente veiculado tanto na ciência quanto no senso comum é, consoante a Munanga ([2004] 2008), o próprio cerne dessa situação problemática. Para esse antropólogo, a principal consequência está na força e vigência da ideologia da *mestiçagem*.

A mestiçagem é um dispositivo de tolerância à mistura entre os brancos e os não-brancos (os asiáticos, os índios, mas sobretudo, os negros) visando a tornar branca a sociedade. Esse desejo do branqueamento/ocidentalização é marca histórica do Brasil. Mas, principalmente, entre o século XIX e a primeira metade do século XX, com a Independência e a Abolição, quando a ideia de nação e a de identidade nacional impõem-se como necessárias à reflexão dos pensadores brasileiros, a urgência da construção da identidade do Brasil mais o fim do sistema escravista e a resultante pluralidade racial, que se forma desde o período de Colonização, torna a questão dos negros um problema para uma elite que se queria branca. Ora, se até então, a condição de cativo impunha ao negro a negação histórica e humana, portanto, um estado do qual ninguém deveria se ocupar, a mudança para a categoria de liberto traz a dificuldade de como integrá-los “na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do povo e do Brasil como nação” (MUNANGA, [2004] 2008, p.55).

Com vistas à consecução do embranquecimento da sociedade brasileira, segundo Munanga ([2004] 2008), na formação da identidade nacional, usou-se do Eugenismo. Ao visar ao progresso, à ordem e ao nacionalismo, o ideário orientador dos métodos eugênicos propalava a superioridade da raça branca/europeia, em detrimento da africana e de seus descendentes, considerados inferiores. Investiu-se na miscigenação como estratégia para obter uma sociedade totalmente branca. No entanto, o almejado branqueamento físico falhou, haja vista a variada fisionomia da sociedade brasileira constituída de combinações de tipos étnicos diversos (mestiços, negros, índios, brancos, asiáticos).

Por outro lado, a inculcação coletiva da ideologia da democracia racial do Brasil obteve bastante êxito. Porém, tal ideologia é problemática, uma vez que difunde a crença de que, num país mestiço, não há preconceito, visto ser nossa sociedade

racionalmente democrática. Com isso, a face perversa do racismo à brasileira é escamoteada, isto é, a própria negação da existência do racismo. O que vai se propagar é a caracterização assimilacionista e integralizadora dessa nação.

Entretanto, subjacente à *assimilação* e à *integração* da suposta democracia racial brasileira, ao diluir as diferenças étnico-raciais, pela suspensão do aspecto distintivo que o termo *mestiço* oferece, está o edifício de uma sociedade nacional homogênea ao invés do pluralismo e das identidades múltiplas. Por consequência, emerge o mestiço brasileiro, cuja condição ambígua: a indefinição social, que o coloca entre “ser e não ser” negro pode, por hipótese, adiar sua opção pelo ideal “branco” seja pela miscigenação, seja pela ascensão social (MUNANGA, [2004] 2008). Isso faz “compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora” (MUNANGA, [2004] 2008, p. 48).

Não deixa de chamar atenção que ideias como essas de Munanga ([2004] 2008) sejam recuperáveis nos regimes de interação das identidades elaborados por Landowski ([1997] 2002), conforme a figura 5 do capítulo precedente, que apresenta as formas prototípicas das relações do “eu” com o “outro”:

Ao vincular esse esquema de Landowski com a situação do negro discutida por Munanga, notamos que o percurso que foi imposto ao sujeito negro, pelo destinador Brasil, e seu desejo de branquitude, segue da aparente assimilação, passa pela segregação e estabelece, de fato, a exclusão social na vivência desses sujeitos. É de se destacar que os movimentos sociais negros e, nesse bojo, os quilombolas, vêm contribuindo com uma produção discursiva que nos mostra, sob o véu da democracia racial da nação, o ser dessa exclusão social impingida a esse segmento. Afirmar uma identidade coletiva que, como processo, é móvel e, portanto, isenta de feição monolítica, radica-se como questão principal do discurso quilombola de nossos dias.

De fato, a questão dos quilombos ergueu-se sob o signo da renitência. Tendo início nos focos de resistência ao regime escravocrata da época Colonial, ressurgiu com a

Frente Negra Brasileira no período republicano, entre 1930 e 1940, e, a partir dos anos finais de 1970, é retomada pela discussão política oriunda da redemocratização do país (LEITE, 2000). Neste contexto, é de todo interesse pensar que, diferentemente dos índios – vistos como da “terra”, os espaços de vivência dos negros foram deslegitimados como de sua pertença e alvo de repressão, particularmente, do aparelho estatal. E assim, sendo os negros “desqualificados e os lugares em que habitam [...] ignorados pelo poder público ou mesmo questionados por outros grupos recém-chegados, com maior poder e legitimidade junto ao estado” (LEITE, 2000, p. 334), a assunção do ator quilombola será indissociável do seu espaço de pertencimento sócio-histórico-cultural – lugar de luta e de conquista, cuja manutenção demandará reconhecimento das autoridades constituídas.

Nessa direção do reconhecimento das terras dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, insere-se o Art. 68 do ADCT da Carta Magna em vigor, já citado. Entretanto, ao passo que esse artigo institui um dispositivo jurídico para o ingresso do quilombo na positividade do direito, também se constrói com conteúdos que se tornam obstáculos à consecução desse mesmo direito. Situação complexa, já que o direito dos quilombolas à posse de suas terras está previsto na letra legal – é uma virtualidade, porém, aí mesmo existem semantismos que dificultam sua realização, a saber: a problemática se ancora na própria figura “remanescentes”.

A qualificação de remanescentes instaura o sentido de resquício, uma espécie de essência que permanece. Essa marca residual traz às comunidades de quilombos conotações de um espaço que resta e, portanto, facilmente identificável com a ideia de vestígio arqueológico. Perfilando-se pelo feitio do que é genuíno, não demorará muito para que se associe quilombo a “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”¹⁵ (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 2). Instala-se uma redução ao espaço de quilombo, restringindo sua formação histórica ao vínculo com a fuga e a

¹⁵ Conceito de quilombo emitido pelo Conselho Ultramarino em 1740. Criado pela Coroa portuguesa em 1642, esse órgão tinha a responsabilidade de cuidar da administração ultramar abrangendo todos os negócios concernentes ao Brasil, Índia, Guiné, São Tomé, Cabo Verde e os territórios da África vinculados a Portugal.

resistência. Sobre a problemática da restrição que essa definição delinea, Almeida (1999) explica que a essa noção de fuga-resistência ao regime escravo, soma-se o perfil de espaço isolado da “civilização”, em que se fixa uma moradia (depreensível da palavra ranchos) e, pela figura de pilões, a ideia de autoconsumo. À contraprodução dessa visão restrita seguiram estudos antropológicos, que desfazem esse tipo de configuração espacial como invariante recuperável em todos os quilombos de hoje.

Almeida (1999), a partir do caso do quilombo de Frechal, no Maranhão, mostra como essas características fixadas pelo Conselho Ultramarino, facilmente, tornaram-se incompatíveis com os dados de campo do antropólogo. Constatou-se, por exemplo, que Frechal não é uma formação com base em um local de difícil acesso, já que se localizava a cem metros da casa grande. Alude ainda aos casos da constituição de quilombos na própria senzala, em que os escravos tinham de cuidar de sua subsistência, principalmente, em ocasiões de decadência de ciclos econômicos.

Ao assinalarmos essas reflexões, podemos antever a diversidade que permeou a formação dos quilombos. Contudo, a insistência numa mesma história para legitimar as terras dos “remanescentes” quilombolas, logo, tornou-se empecilho à efetivação da letra da lei, uma vez que fixa o quilombo como algo prestes a desaparecer: são resíduos, reminiscências. Para se tornar pleito por regularização fundiária, a noção de quilombos foi relativizada e a aplicabilidade do dispositivo jurídico recebeu instrumentalização adequada, o que, de acordo com Leite (2000, p. 348), concerne a estas etapas:

- 1) considerar a abrangência e a diversidade do fenômeno; 2) detalhar as fases do processo nas ações de reconhecimento e titulação; 3) definir as atribuições, competências e raio de ação de cada um dos órgãos envolvidos; 4) considerar as várias figuras jurídicas a serem aplicadas em caso de terras coletivas, individuais e modalidades mistas; e 5) enumerar os procedimentos necessários à resolução dos conflitos e respectivas formas de indenizações das partes envolvidas¹⁶.

¹⁶ Do percurso do pleito da terra à consecução efetiva de direitos, pode-se entrever a complexidade e diversidade de conflitos e interesses implicados no processo de regularização de um território quilombola. No entanto, tendo em vista os limites de uma tese e as peculiaridades próprias ao cotejo do objeto teórico sob o escopo em que se filia, remetemos à publicação de dossiê que, no ano de 2013, em celebração ao Dia da Consciência Negra, traz edição especial sobre as comunidades quilombolas: <http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-3-volume-54>.

A consideração do quilombo como um direito implica a interpretação dos juristas quanto aos sujeitos desse direito previsto constitucionalmente. A abrangência de tal direito, relativa não apenas à posse territorial, mas também, a toda esfera de direitos sociais (cultura, educação, saúde, alimentação, arte, lazer) desencadeará um conjunto de ações visando a desestabilizar o movimento político pela cominação dos direitos quilombolas (LEITE, 2008).

No enfrentamento cotidiano de inúmeros impasses e desafios, a figura do quilombo instala uma conjuntura bastante abrangente, cuja diversidade de atores e de suas práticas socioculturais é reativa à exclusão histórica perpetrada por um ideal homogêneo de Nação. Ao polemizar com essa homogeneidade excludente, o movimento quilombola investe no debate da mudança social por meio da almejada sociedade plural e efetivamente democrática – construção em processo que, frente aos estados de coisas do presente, parece projetada num eterno devir. Com efeito, “as transformações que o quilombo instaura são muito mais amplas e, portanto, de cunho eminentemente identitário” (LEITE, 2008, p. 975).

Advertem-nos Munanga e Gomes (2006) que, se da mobilização em torno do Art. 68 da Carta Magna emergiram os quilombos de Frechal (MA), Rio das Rãs (BA), Kalunga (GO), Furnas da Boa Sorte e Furnas de Dionísio (MA), Conceição das Crioulas (PE), entre outros, deve-se sempre cuidar para que esse dispositivo constitucional não alcance tamanha generalização que suprima o que é diverso e particular. É no tocante a relevância de trazer à baila narrativas que nos contem um pouco de um quilombo específico, que seguem mais algumas linhas.

2.1.2 Quilombo de Conceição das Crioulas: história e produção artesanal¹⁷

Situada no sertão central de Pernambuco, no município de Salgueiro, a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas localiza-se no sopé da Serra de Umãs, estando a 550 km de Recife. Limita-se ao norte com Salgueiro, ao sul com Carnaubeira e Belém de São Francisco, ao sudeste com Cabrobó, a oeste com Parnamerim e ao leste com Mirandiba. Conceição das Crioulas, que fica a 48 km de Salgueiro, é o segundo distrito do município, e seu acesso, nos primeiros dezessete quilômetros, é realizado por meio de estrada pavimentada, sendo o restante em chão de terra, o que dificulta consideravelmente o trânsito em períodos chuvosos. O trajeto de Salgueiro à Comunidade é realizado por meio de “paus-de-arara”, único meio de transporte disponível, no local, para a população. Residem na Comunidade cerca de 4.000 moradores, organizados em 20 núcleos habitacionais, onde vivem cerca de 750 famílias (SOUZA, 2006).

De acordo com Silva (2012), na parte central do território de Conceição das Crioulas, abrigam-se duas escolas, a Escola Professor José Mendes e a Escola Professora Rosa Doralina Mendes, a Biblioteca Afro-Indígena de Conceição das Crioulas, o Centro Comunitário onde funciona o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o posto de saúde, a sede da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), o Centro de artesanato Francisca Ferreira (CPA), uma igreja católica, o cemitério, o posto dos correios, uma quadra esportiva e um campo de futebol e alguns pontos comerciais de pequeno porte. A imagem seguinte oferece uma visão panorâmica do centro dessa comunidade:

¹⁷ As imagens utilizadas nesta subseção foram extraídas da dissertação *Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília em 2012. De autoria de Givânia Maria da Silva, importante liderança desse quilombo, tal dissertação também serviu de referência para delinear, brevemente, a história de Conceição das Crioulas. Ainda sobre as imagens de que fizemos uso, reproduzimos a legenda exatamente como foi escrita por Silva, que atribui a elas a autoria desconhecida e nas quais não consta o ano em que foi feito o registro.

Figura 7 Centro do território de Conceição das Crioulas. Fonte: Acervo da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC). Autoria desconhecida.

No século XVIII, seis crioulas chegaram à região, guiadas por um escravo fugitivo, Francisco José de Sá. Lá, fixaram moradia e passaram a conviver com os índios da ordem dos Atikum, que já viviam nos arredores. Arrendaram uma área de terra e, a partir do trabalho com o cultivo do algodão (plantio e fiação), conseguiram obter, ainda na época do Império, a escritura de posse da área, momento em que o local passou a ser conhecido como Conceição das Crioulas. A história da origem da Comunidade baseia-se numa narrativa mítica que se fundamenta na ação dessas seis “mulheres crioulas”. Tal narrativa enuncia o mito fundador de Conceição das Crioulas, atrelando à Comunidade uma forte estrutura matriarcal, que, por sua vez, fará parte de sua identidade local. Conforme Maria A. de O. Souza (2006, p. 60),

reconhecer que a comunidade de Conceição funda suas descendências na matrilinearidade, deve-se ao fato de que a maioria das pessoas [...] se identificam e se reconhecem pela tradição pautada por relações de parentesco consanguíneo. Assim, não é possível desprezar tais traços nas relações familiares.

A identidade dessa comunidade no seu vínculo com o feminino e a produção artesanal foi ratificada por Givânia Silva (2012). Utilizando-se, em sua pesquisa, da metodologia da história oral, buscou reconstituir as narrativas recorrentes que partilha esse grupo. Diz ela que seis mulheres negras compraram as terras, onde atualmente se situa

Conceição das Crioulas, a partir dos recursos obtidos pela atividade de artesanato. Silva menciona ainda que, com o passar do tempo, ao lado desse valor prático da produção artesanal consolidou-se um valor, que chamaríamos, utópico¹⁸, uma vez que é um dos modos de manter viva a herança das crioulas fundadoras, cuja difusão se faz não apenas em feiras e demais espaços de comercialização dos produtos derivados, mas também nas escolas. Aí os artesãos, os alunos, os professores e a equipe administrativa interagem e, ao passo que rememoram a história da comunidade, sua fundação, suas lutas e as conquistas do território, também discutem as pautas de interesse como as de defesa da educação de melhor qualidade e fomento à geração de renda na comunidade. Com isso, tanto são lembrados os traços que lhes oferecem unidade comunitária quanto se trabalha na formação política das futuras gerações. Enfim, o artesanato tanto busca espelhar a comunidade de Conceição das Crioulas, quanto se efetiva como meio de subsistência de seus habitantes (SILVA, 2012). Não à toa, essa autora diz que tudo começa pela via artesanal:

Figura 8 A artesã Maria de Lourdes, manuseando o barro matéria-prima do seu trabalho. Fonte: Acervo da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC). Autoria desconhecida.

¹⁸ Remetemos aqui ao regime analítico formulado por Floch (1986). São quatro concepções de valores que foram desenvolvidas para tratar da fotografia (1986), e que, em seguida, foram aplicados ao estudo sobre consumo (1993). No eixo dos contrários, temos os *valores práticos* (remetem à funcionalidade, à utilidade, ao “fazer”) e os *valores utópicos* (simbólicos e existenciais, remetem ao “ser”). Já no eixo dos subcontrários, os *valores lúdicos* (estéticos, de gratuidade, lazer, fruição, prazer: remetem ao “querer”) e os *valores críticos* (racionalidade, objetividade, reflexão do tipo causa-consequência relativa à deontologia, remetem ao “dever”).

Figura 9 Peças artesanais feitas com a fibra do caroá e com barro em exposição na Feira Nacional de Negócio do Artesanato (Feneart). Fonte: Acervo da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC). Autoria desconhecida.

Em suma, a identidade do grupo formado pelos integrantes da Comunidade de Conceição das Crioulas traz em seu bojo, além da questão de “luta” em relação ao latifúndio, à posse das terras e ao reconhecimento social de sua existência, a atuação pertinente da Comunidade altamente participativa e produtiva, ação geradora de emprego e renda para os envolvidos nos trabalhos realizados naquele local (CAVALCANTI et al, 2004). Ainda na discretização de elementos formadores da identidade local, destaca-se a importância que a mulher exerce nesta comunidade e que se faz ver, atualmente, através de um elemento de forte representatividade: as bonecas pretas de Conceição das Crioulas, que fomenta a geração de renda da Comunidade por meio da valorização do artesanato e por meio da qual se preserva o respeito a uma estrutura hierárquica que valoriza, ao mesmo tempo, o feminino, a ancestralidade e a liderança grupal. A produção de bonecas tem como fonte de matéria-prima o material retirado de uma planta típica da caatinga sertaneja, a fibra de caroá, bromélia da espécie *Neoglaziozia variegata*, que fornece fio para a tecelagem. Apesar de a produção artesanal da Comunidade ser bastante ampla e diversificada (utensílios de barro, bolsas, cestas etc.), as bonecas pretas assentam-se num patamar privilegiado, pois de grande visibilidade, por terem se tornado um símbolo deste Quilombo: cada uma das peças produzidas leva o nome de uma mulher da Comunidade, seja pela influência histórica, seja pelo papel que exerce nos dias atuais.

2.2 As bonecas pretas como projeção de “dias melhores”

Até aqui, vimos, principalmente, contribuições da Antropologia, História e Sociologia para a investigação sobre os quilombos, no entanto, consideramos que também os estudos discursivos, e particularmente a Semiótica greimasiana, podem oferecer um ponto de vista eficaz para descrever e explicar o discurso quilombola e, assim, conhecer um pouco mais sobre fenômenos sociais que lancem novas luzes sobre os brasis, que formam este vasto Brasil. Sabendo que o texto é o objeto privilegiado para a análise semiótica, escolhemos como *corpus* “**as bonecas pretas do Quilombo Conceição das Crioulas**”.

Trata-se de uma totalidade sincrética, cuja semiótica aciona diferentes linguagens de manifestação, a saber: verbal, visual e tátil. Cada uma das bonecas remete a uma mulher que, para a comunidade, tem grande importância no processo histórico de reconstrução político-identitário desse contingente¹⁹:

Figura 10 As bonecas pretas do Quilombo de Conceição das Crioulas.

Cada uma das bonecas vem dentro de um *folder*, em cujo anverso observa-se, primeiramente, por sobre um fundo preto, uma faixa central, em que está impressa a logomarca da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC. Em seguida, vem o nome e uma pequena narrativa da boneca inserida no *folder*:

¹⁹ As fotografias são de autoria de Daniela Nery Bracchi, salvo indicação em contrário. Todas as bonecas estão disponíveis na sede da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro (PE).

Josefa
Artesã da palha do catolé, produz principalmente esteira, produto muito utilizado pelos antepassados como cama. Também é conhecida na comunidade por ser uma grande incentivadora da luta pelos direitos dos negros e negras do seu povo.

Figura 11 Anverso do *folder*.

Figura 12 Verso do folder.

Acima, no verso do *folder*, considerando a mesma ordem com que se observou o anverso, há um texto geral, que apresenta todas as bonecas, dividido em dois blocos por especificações técnicas da boneca, seguido da logomarca e do endereço da AQCC e, por fim, logomarcas de parceiros do projeto artesanal.

Afixada ao *folder* vem uma etiqueta. Na parte externa, em sentido horário, há especificações técnicas da boneca; em seguida, informações sobre o projeto artesanal, logomarcas dos parceiros e, por fim, a logomarca da AQCC:

Figura 13 Parte externa da etiqueta.

Na parte interna da etiqueta, também em sentido horário, há especificações técnicas da boneca; em seguida, informações sobre o projeto artesanal e sobre o local onde as bonecas podem ser adquiridas; por fim, a assinatura do artesão e o preço da boneca:

Figura 14 Parte interna da etiqueta.

Tendo apresentado o *corpus*, a análise sob ângulo semiótico segue as intuições que nos foram sugeridas, no *Capítulo 1*. Nele, vimos que para produzir o efeito de sentido de afirmação da identidade, é preciso uma aspectualização durativa. Ora, se um sujeito precisa tornar-se ou se fazer firme e seguro, é porque ele se encontra disjuncto da firmeza e da segurança, sendo, pois, marcado pela insuficiência, o que desencadeará um percurso de busca do objeto-valor afirmação.

Todavia, o sujeito que age para mudança de seu estado de insuficiência, apenas parte para a ação pelo impacto sofrido em virtude da falta do sentido de completude, o que torna presente a intensidade dos afetos de um sujeito que necessita de afirmação para integralidade de seu ser. Emergem, então, as oscilações tensivas, as quais elucidam que quanto mais o sujeito quer se afirmar, a tonicidade dos afetos é mais forte. No entanto, é preciso que se alongue o tempo, para a transformação do estágio de insuficiência no de suficiência.

Ao lado da aspectualidade e das modulações tensivas, a veridicção e a fidejacia têm grande relevo. No momento em que o discurso atualiza o efeito de afirmação, já se pressupõe um enunciador engajado em fazer o enunciatário crer nos valores de tal discurso. Ao enunciatário, cabe, na relação com o crer, avaliar o contrato que lhe é proposto e, por conseguinte, aceitar ou refutar esse contrato. São essas direções de análise que aplicamos agora ao *corpus*.

2.2.1 Afirmação da identidade do sujeito quilombola: o caso das bonecas pretas do quilombo de Conceição das Crioulas

As bonecas pretas são uma sinédoque de espaços, tempos e atores de Conceição das Crioulas. Segundo Fiorin (2014), a sinédoque é um tropo em que se transferem sentidos simultâneos que equivalem a um todo de sentido. Noutros termos, trata-se de uma relação de sentido em que a parte inclui o todo. Para entendermos melhor isso, vejamos o texto de apresentação das bonecas, o qual se encontra no verso do *folder*:

“Esta boneca negra é o símbolo da luta e resistência do povo de Conceição das Crioulas. Cada modelo foi desenvolvido a partir de desenhos das mulheres da comunidade, elaborados pelos jovens. Cada uma representa uma personagem marcante da história desse povo que soube a partir da união vencer grandes desafios e que continua forte e atuante na luta das comunidades quilombolas.

A 42 km de Salgueiro – município do sertão pernambucano, encontra-se Conceição das Crioulas, uma comunidade remanescente de quilombo que redescobriu as suas raízes através da atividade artesanal, uma forma de geração de renda e recuperação da auto-estima.

Hoje seus cerca de 4.000 quilombolas, voltam os seus olhos para materiais como o caroá, o barro e o catulé e enxergam a possibilidade de dias melhores.

Mas o povo de Conceição quer mais. Quer ter a liberdade para expandir seus domínios, levando com orgulho a sua arte para além da caatinga cercada de xique-xiques”.

Ao descrever as “bonecas pretas”, o enunciador estabelece um tipo de relação em que a parte (as bonecas) comporta o todo (Conceição das Crioulas). Consequentemente, a figura /bonecas/ inclui toda a narrativa do conjunto de mulheres e homens desse quilombo. Estes, figurativizados como artesãos de bonecas, têm a competência para o fazer artesanal, uma atividade pragmática executada pelo sujeito artesão que pressupõe saber e querer fiar, mas também o poder, já que esse sujeito tem a matéria-prima para tal fazer. São, portanto, o saber, o querer e o poder as modalidades que competencializam o sujeito artesão para realizar a performance de fazer bonecas.

Notório também, nesse discurso, é que as dimensões básicas que estruturam, semioticamente, as narrativas humanas, a ação (fazer), a cognição (saber) e a paixão (querer), atualizam-se, pois por meio do percurso narrativo do sujeito artesã(o) que, ante as disforias impostas pelo anti-destinador constituído pela herança de condições desfavoráveis na sociedade – as quais se concretizam como “grandes desafios” e tematizam-se como latifúndio, passado escravista, miséria econômica, discriminação racial, entre outros – ao acionar os papéis actanciais saber-fazer artesanato e querer-estar conjunto com “dias melhores”, viabiliza um programa de uso (fazer artesanal) como auxílio para a realização do programa principal da narrativa (“dias melhores”). Esse esquema actancial, tendo sido investido de modo temático e figurativo (tema da resistência negra, figurativizado por boneca negra, povo de Conceição etc.) e de ator-tempo-espço (quilombolas, hoje, comunidade remanescente de quilombo), ganha em especificidade, ou seja, delimita uma identidade.

Ao particularizar o discurso quilombola com figuras e temas que se reportam ao Quilombo de Conceição das Crioulas, o sujeito da enunciação infunde no texto “bonecas pretas” traços identitários dessa comunidade. As isotopias – cuja função é a de garantir a coerência semântica e a homogeneidade sintagmática ao longo de um discurso pela recorrência de unidades temáticas, figurativas, entre outras – são o recurso propício à identificação de tais traços.

Sabemos, conforme Fiorin (2009a), que a noção de isotopia é bastante relevante uma vez que “permite determinar o(s) plano(s) de leitura dos textos, controlar a interpretação dos textos plurissignificativos e definir os mecanismos de construção de certos tipos de discurso” (p. 117). O semioticista ainda nos explica que, para depreensão das diferentes isotopias superpostas, é preciso observar os elementos encadeadores e desencadeadores de isotopias, sendo que as metáforas e as metonímias “podem ser tomadas como conectores de isotopia, que permitem passar de uma isotopia a outra num texto pluri-isotópico” (FIORIN, 2009a, p. 119).

No caso do *corpus* em estudo, a sinédoque, que é um tipo de metonímia, que em muitos casos, tem a função de conectar isotopias, no *texto de apresentação das bonecas*, exposto acima, apreendem-se as principais linhas isotópicas dele.

O mais rápido lance de olhos, nesse texto, certamente, há de se concentrar na figura resistência, uma vez que as “bonecas pretas” são caracterizadas, textualmente, da seguinte maneira: “Esta boneca negra é um símbolo da luta e resistência do povo de Conceição das Crioulas”. Começaremos, então, pela definição desse vocábulo:

Resistência s.f. ato ou efeito de resistir **1** qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo **2** o que se opõe ao movimento de outro corpo, forçando-o à imobilidade **3** capacidade de suportar a fadiga, a fome, o esforço **4** recusa de submissão à vontade de outrem; oposição, reação **5** luta que se mantém como ação de defender-se; defesa contra um ataque **6** *fig.* reação a uma força opressora **7** qualidade de quem demonstra firmeza, persistência [...] (HOUAISS, [2001] 2008, p. 2.438).

Cobrando campos da eletrônica, imunologia, psicanálise, militar, jurídico, patologia, a resistência pode ser limitada à sua acepção etimológica: “ato ou efeito de resistir, de não ceder” (CUNHA, 1991, p. 679). Seja homem, patógeno ou um corpo qualquer temos, sempre, quer uma ação de um sujeito contra um antissujeito, quer a consequência desse agir (movimento, reação, força em sentido oposto). Definindo o núcleo sêmico de *resistência*, podemos considerar que ele comporta traços relacionados à “ação” e à “reação”. Traduzidos em termos tensivos, aquele, por meio de um antiprograma, desencadeia uma /parada/; este, por consequência, impõe seu programa emissivo, ou seja, faz cessar a parada e estabelece a /continuação/ (ZILBERBERG, [1988] 2006, p. 133). Vemos aí um papel importante desempenhado pela aspectualização. De fato, o aspecto durativo está presente; há uma progressiva continuidade de parar (estar parado) e recomeçar.

Na figura da “iteração”, concernente a “processo de resolução de uma equação mediante operações em que sucessivamente o objeto de cada uma é o resultado da que a precede” (HOUAISS, [2001] 2008, p. 1.660), observamos a lógica da implicação, já acusada na relação causa-efeito a que aludíamos anteriormente. Esta, no sentido

gramatical, diz respeito a um tipo de vínculo que trata das “porções da informação [que] vêm enredadas” (NEVES, 2000, p. 814).

Como já salientamos, as “bonecas pretas” são uma sinédoque do povo de Conceição e, por conseguinte, de suas aspirações, para cuja realização impõe-se, marcadamente, a resistência. Esta, observada sob a relação implicativa entre ação e reação, estende-se ao longo da estrutura descritiva presente no *texto de apresentação das bonecas*. Assim, se se impõe a força dos “grandes desafios”, a comunidade reage e elabora bonecas que guardem traços da história dessa comunidade. Ações com vistas à auto-estima e à geração de renda são deflagradas; a comunidade contrapõe-se aos problemas vividos, por meio da prática de artesanato. Se ocorrem eventos que tornam os dias disfóricos, os cerca de 4.000 mil quilombolas enxergam nas raízes de seu ecossistema e em seu trabalho “a possibilidade de dias melhores”. Tendo um espaço fechado como consequência da opressão, o povo de Conceição busca na arte os meios de “ter a liberdade para expandir seus domínios”.

Antes de passarmos à próxima isotopia, é preciso dizer que o traço figurativo da resistência é preservado nos seguintes elementos: *luta, vencer grandes desafios, forte, atuante, recuperação*.

A isotopia da sustentação é outra linha de leitura que se conecta à figura “boneca”, a qual está em acordo às seguintes entradas da definição de Houaiss ([2001] 2008, p. 2.649):

Sustentação. *s.f.* ato ou efeito de sustentar(-se). **1** abastecimento renovado do conjunto de substâncias necessárias à conservação da vida; nutrição, alimentação, sustento **4** ato ou efeito de conservar; conservação, manutenção.

Entre o excesso e a insuficiência, a sustentação, em profundidade, corresponde à suficiência, o que associa a direção do sentido à continuidade, ou seja, ao aumento ou à diminuição dos afetos nos textos. Para mostrar o funcionamento disso no *corpus* em exame, é preciso lançar mão da semiótica tensiva que, conforme vimos no capítulo

anterior, diz respeito à análise da intensidade (os estados de alma ou o contínuo) e da extensidade (os estados de coisas ou o descontínuo) presentes em todo discurso.

No *texto de apresentação das bonecas*, o sujeito quilombola não esconde a euforia relativa à força de sua comunidade para empreender a mudança social necessária (“povo que soube a partir da união vencer grandes desafios e continua forte e atuante na luta das comunidades quilombolas”). Com efeito, diante do quadro de insuficiência dos atores (“o povo de Conceição quer mais [...] quer ter a liberdade”), do espaço (“liberdade para expandir seus domínios, levando com orgulho a sua arte para além da caatinga cercada de xique-xiques”) e do tempo (“possibilidade de dias melhores”), instala-se também a disforia, em razão da timia negativa que se aloja em figuras como “caatinga cercada de xique-xiques”, por meio das quais se torna implícita a falta ou insuficiência.

Essa falta, no nível narrativo, desencadeará o percurso de busca por parte do sujeito quilombola. O valor eufórico que vinha dominando o texto verbal de que nos ocupamos confronta-se com a disforia causada por ser o sujeito coletivo²⁰ quilombola circunscrito a um espaço fechado, o qual, impondo limites, e nesse aspecto a figura “cercado” é bastante elucidativa, solicita uma resolução. É preciso, pois, para que a narrativa se desenvolva, que uma competência mínima seja instaurada. Ora, o próprio texto, a partir das figuras “quer mais” e “quer ter”, a todas as luzes, mostra-nos que o querer é o móvel desse percurso. Se “o querer é essa vontade e essa emoção que dá partida ao movimento narrativo” (LOPES, 1989/1990, p. 156), entra em cena não apenas uma competência necessária ao sujeito quilombola, na *performance* pelo objeto-valor sustentação, a qual, em termos tensivos corresponde à suficiência espacial, actorial e temporal, mas se instaura o próprio tônus da paixão (retomaremos isso adiante). Faz-

20

Na acepção greimasiana, referente aos actantes coletivos paradigmáticos: “uma classe do último ano num colégio, um grupo social reconhecido em determinada sociedade, não se caracterizam pela possibilidade de integração dos atores-indivíduos que os constituem num processo programado de conjunto; eles dependem a) de uma divisão classificatória de uma coletividade mais ampla e hierarquicamente superior (colégio, comunidade nacional), b) operada à base de critérios-determinações que os atores possuem em comum (seu campo funcional ou suas qualificações específicas)” (GREIMAS, [1976] 1981, p. 85).

se necessário, portanto, buscar meios para prover a comunidade da sustentação. O sujeito quilombola aposta na redescoberta “de suas raízes através da atividade artesanal, uma forma de geração de renda e recuperação da auto-estima”. É, em razão disso, que textualmente podemos ler que “hoje seus cerca de 4.000 quilombolas, voltam os seus olhos para materias como o caroá, o barro e o catulé e enxergam a possibilidade de dias melhores”.

O vínculo indissociável entre resistência e sustentação é algo notável. Convém conceber o intervalo que mostre a medida dos afetos oriunda do vínculo entre esses sememas. Primeiramente, destacamos o definidor da resistência, que é a força, cuja descrição em graus é tônica, forte, acentuada. Já a sustentação segue o curso do contrário, uma vez que, cifrada pela suficiência, tem direção atenuante, logo, ao que sobrevém com grau tênue.

Com isso, colocamo-nos diante das formas elementares da variabilidade tensiva, em que são admitidos o *mais* e o *menos* “como unidades extremas da progressividade e da degressividade” (ZILBERBERG, [2006] 2011a, p. 55). Dessa maneira, essas unidades permitem aferir a qualidade e a quantidade dos afetos na tessitura textual, que é o mesmo que responder à interrogação sobre como e o quanto do sensível se faz presente nos textos. As unidades *mais* e *menos* sofrem combinações em que, caso haja o extremo da tonicidade (o ponto máximo de ascendência), apenas haveria a realização do *mais*, o que causa a exaustão. No entanto, se for retirado o *mais*, ocorre a atenuação, porque teremos *menos mais*. Seguindo esse curso da descendência, chegaremos a cada vez *menos mais*, de onde decorre a minimização. Caso se atinja o ponto extremo da descendência, em que só há menos, chega-se à extenuação. Para que haja continuidade discursiva, é preciso *menos menos*, o que permite o restabelecimento. O investimento nessa progressividade do discursivo gera o *mais mais*, instaurador do recrudescimento da tonicidade. Visualizemos isso a partir deste quadro:

N1 descendência	N2 atenuação [cada vez menos <i>mais</i>] ↓		N2 minimização [cada vez mais <i>menos</i>] ↓	
	N3 moderação ↓ ≈ retirada de pelo menos um <i>mais</i>	N3 diminuição ↓ ≈ retirada de pelo menos mais de um <i>mais</i>	N3 redução ↓ ≈ acréscimo de pelo menos um <i>menos</i>	N3 extenuação ↓ ≈ acréscimo de mais um <i>menos</i>
N1 ascendência	N2 restabelecimento [cada vez menos <i>menos</i>] ↓		N2 recrudescimento [cada vez mais <i>mais</i>] ↓	
	N3 retomada ↓ ≈ retirada de pelo menos um <i>menos</i>	N3 progressão ↓ ≈ retirada de pelo menos mais de um <i>menos</i>	N3 ampliação ↓ ≈ acréscimo de pelo menos um <i>mais</i>	N3 exaustão ↓ ≈ acréscimo de mais um <i>mais</i>

Figura 15 Quadro com os tipos de arranjos das formas elementares da variabilidade tensiva (ZILBERBERG, [2006] 2011a, p.60).

Aplicado ao *texto de apresentação das bonecas*, esse raciocínio tensivo inflêta a intensidade cifrada na resistência. De fato, é mister que o sujeito quilombola esteja munido de uma resistência obstinada para sair da condição de insuficiência e chegar à de sustentação comunitária. Por conseguinte, ao se encontrar no rumo da extenuação dos recursos necessários à manutenção, sejam os de valores práticos (“geração de renda”) sejam os utópicos (“recuperação da auto-estima”), o sujeito quilombola orienta seu discurso para o restabelecimento. Para tanto, é necessário, no mínimo, um *mais* para que ocorra a variação nesse discurso – essa orientação para a progressividade explicita-se claramente: “Mas o povo de Conceição quer **mais**. Quer ter a liberdade para expandir seus domínios, levando com orgulho a sua arte para além da caatinga cercada de xique-xiques” (grifo nosso).

Sabemos que o curso da progressividade depende da tonicidade afetiva, e embora tenhamos acentuado acima o querer como propulsor da instauração das emoções nos discursos, devemos também salientar a relevância do semema resistência. Conforme Bertrand ([2000] 2003), a própria razão de ser da resistência é alimentar a vontade de um obstinado. Sendo assim, inscrita e codificada no tecido do texto, a resistência implica a paixão obstinação.

Ocorre que a disposição em jogo, na constituição das modalizações do ser característico da paixão obstinação, é a de um “sujeito **capaz de continuar a fazer**”, é a de um “fazer apesar de X”. Instala-se um paradoxo, pois se tem “um querer-fazer que sobrevive a um não poder-fazer, que lhe serve até de reforço; um fazer que não cessa” (GREIMAS; FONTANILLE, [1991] 1993, p. 63, grifo nosso).

No nível discursivo, por conseguinte, essa estrutura de um fazer recorrente, iterativo, concretiza-se, por meio da prática da produção da boneca, em um fazer para “vencer grandes desafios” impostos, historicamente, ao contingente negro em sua luta pela sobrevivência; mas também no próprio percurso de reconstrução identitária, a partir do saber tradicional da atividade de artesanato; assim como no crer na “possibilidade de dias melhores”, cuja geração se funda nos recursos que da natureza adversa do sertão puderam transformar-se em matéria-prima do ousado projeto de ultrapassar suas próprias fronteiras territoriais (cf. VILELA, 2012).

Em suma, a obstinação dirige-se ao restabelecimento, correlacionando-se à sustentação, que figuralmente instaura a suficiência. Morfologicamente, isso diz respeito ao *menos menos*. Se, no entanto, a paixão em jogo fosse a da docilidade, teríamos a extenuação discursiva pela insuficiência, ou seja, só *menos*. Outra possibilidade passional seria a de um sujeito quilombola obcecado que, em termos tensivos, é dado a excessos, ou, figurativamente falando, à ostentação. Nesse caso, o morfema em jogo é só *mais*. O gráfico seguinte permite uma melhor visualização:

Figura 16 Esquematismo tensivo do sujeito quilombola obstinado.

É importante destacar, antes de passarmos à última das isotopias traçadas, o elenco dos elementos que reiteram, no *texto de apresentação das bonecas*, a linha isotópica da sustentação: *história, redescobriu as suas raízes, atividade artesanal, geração de renda, caroá, barro, catulé, expandir seus domínios*.

A última isotopia que traçamos é a da feminilidade, no sentido de “qualidade ou caráter de mulher, atitude feminina” (HOUAISS, [2001] 2008, p.1.324).

Relevante enfatizar que, embora, ao traçar essas isotopias tenhamos nos concentrado no *texto de apresentação das bonecas*, observamos, no entanto, que elas são reiteradas nos diversos enunciados que compõem a totalidade de sentido “bonecas pretas”. Usando como exemplo apenas a isotopia da feminilidade, notamos esses traços nos textos de apresentação de cada boneca: Lurdinha, professora e artesã; Mãe Magá (Margarida), parteira; Madrinha Lurdes, ceramista; Josefa, artesã da palha do catolé; Liosa (Emília), contadora das histórias dos antepassados; Antônia e Ana Belo, fiadeiras de algodão; Generosa, a líder política; Júlia, artesã do caroá; Francisca Ferreira, a fundadora. Há também na figura visual da logomarca da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC, imagem de mulher sorrindo:

Figura 17 Anverso do folder. Em destaque o texto de apresentação de boneca específica apontado pela seta.

Figura 18 Em destaque a logomarca da AQCC englobada pelo círculo vermelho.²¹

Restringindo-nos ao *texto de apresentação das bonecas*, destacamos as figuras *boneca, negra, mulheres, uma personagem*, cuja presença atualiza a isotopia da feminilidade, a qual, por ora, discutimos brevemente, uma vez que será retomada mais adiante.

Após apresentarmos as principais isotopias (resistência, sustentação, feminilidade) selecionadas pelo sujeito da enunciação e conectadas pela figura “boneca”, é importante enfatizar o seu uso na criação do efeito de afirmação da identidade. Conforme vimos no *Capítulo 1*, a repetição ocupa uma posição privilegiada na construção desse efeito, afinal, apenas se tornará firme uma identidade caso seja repetida; consequentemente, só assim se pode aventar a preservação de um discurso identitário. A respeito da afirmação da identidade quilombola não seria diferente. De fato, a noção semiótica da isotopia, cuja operatividade está a cargo da recorrência de semas, é de grande relevância na arquitetura do tipo de significação antes aludido.

²¹ Fonte: <http://www.caatingacerrado.com.br/aqcc-associacao-quilombola-de-conceicao-das-crioulas-pe>.

Tendo nos acostumado a partilhar da noção de isotopia ligada à restrição das possibilidades de leitura do texto, ou melhor, da produtividade de tal noção no tocante à coerência semântica depreendida pela identificação de elementos semânticos no fluxo discursivo, conforme ensinam Greimas e Courtés ([1979] 2008), chama a atenção, no Tomo II do *Dictionnaire* (1986), sua vinculação à ideia de força.

Após definirem a isotopia (GREIMAS, COURTÉS, 1986) como recção semântica entre elementos sintáticos, os autores explicam que seu papel é o de ajustar as relações de força entre os lexemas, cujo mais forte atualiza seus classemas. Em contraposição, os menos fortes apenas atualizam seus semas nucleares. Temos aí uma clara direção tensiva para o enriquecimento desse conceito semiótico. Consequentemente, podemos considerar que a isotopia permite que o enunciatário depreenda um crivo de leitura, por meio das marcas e pistas que a enunciação deixa no enunciado, cuja exploração se faz em termos de densidade de presença semântica.

Esse enriquecimento da noção de isotopia com a inclusão de parâmetros tensivos mostrou-se eficaz para a análise do *corpus* em análise. Ao testarmos a produtividade da triagem e da mistura na abordagem do discurso quilombola (cf. VILELA, 2014), apontamos o operador da triagem na criação do efeito de identidade em tal discurso, como também o uso da mistura, o que evitou uma construção discursiva intolerante. Explicaremos isso agora com mais vagar.

Tendo em conta a mobilização dos valores nos discursos, Fontanille e Zilberberg ([1998] 2001) estabeleceram a triagem e a mistura como operadores que regem esse processo, e o fundamento que dá partida a esse movimento são os princípios de exclusão e de participação. O primeiro é operacionalizado pela triagem que, posta em uso, coloca em cena valores de exclusividade. No caso do segundo, a participação, tem-se a mistura, a qual opera por meio da interação e da assimilação de valores distintos.

Aplicados à reflexão sobre a identidade nacional por Fiorin (2009b), esses princípios serviram à descrição de culturas de exclusão (triagem) e de participação (mistura). Diz ele que, nas culturas de triagem, a aspectualização é descontínua e

desacelerada porque estão presentes valores de exclusividade, os quais dão forma a trocas culturais pequenas ou nulas. Já as culturas de mistura, contínuas quanto ao aspecto e de andamento rápido, são marcadas pela integração entre culturas diferentes.

Quanto à tonicidade, a triagem e a mistura podem variar do tônico ao átono, conforme este esquema padrão estabelecido por Fontanille; Zilberberg ([1998] 2001, p. 33):

	Triagem	Mistura
Tônica	<i>unidade/nulidade</i>	<i>Universalidade</i>
Átona	<i>Totalidade</i>	<i>Diversidade</i>

Figura 19 Relações entre triagem e mistura quanto ao aspecto da tonicidade.

Os valores postos em circulação por essas culturas, com efeito, serão diferentes. Operando com a intensidade, as culturas de triagem são regidas pelos valores de absoluto, de fechamento, de exclusão; as de mistura, de outra forma, lidam com a extensidade e veiculam os valores de universo, de expansão, de abertura (FONTANILLE; ZILBERBERG, [1998] 2001).

No caso da cultura do nosso país, segundo Fiorin (2009b), houve tamanha euforização da mistura que se construiu um discurso por meio do qual se passou “a considerar inexistentes as camadas reais da semiose onde opera o princípio da exclusão: por exemplo, nas relações raciais, de gênero, de orientação sexual etc” (FIORIN, 2009b, p. 124). Assim: “a identidade autodescrita do brasileiro é sempre a que é criada pelo princípio da participação, da mistura” (FIORIN, 2009b, p. 124). Consequentemente, o brasileiro será considerado “aberto, acolhedor, cordial [...]. Ocultam-se o preconceito, a violência que perpassa as relações cotidianas etc. Enfim, esconde-se o que opera sob o princípio da triagem (FIORIN, 2009b, p. 124).

Essa ocultação, todavia, ao maximizar o excesso, terá sua antítese, afinal, “a experiência subjetiva no interior de uma comunidade nos leva a presumir que esses estágios excessivos são sucedidos por abrandamentos que distendem esse ponto máximo para que o próprio discurso possa ter continuidade” (TATIT, 2007, p. 63). Daí, como foi mencionado no capítulo anterior, o surgimento, a partir da articulação do movimento feminista, de discursos de afirmação da identidade como maneira de se posicionar politicamente. Por conseguinte, o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais se constrói pelas identidades de gênero, os movimentos negros pelas identidades étnico-raciais, entre outros.

No caso do discurso quilombola e, mais de perto, do texto “bonecas pretas”, a triagem foi o operador privilegiado para a afirmação da diferença étnico-racial. Seu uso se faz notar, na singularização dos atores ao papel temático de artesãos, na produção de um espaço fechado em Conceição das Crioulas, na opção por estruturas descritivas – que reduzem o tempo a uma concomitância – e oferece condensação discursiva. Além disso, investe-se na construção de um passado comum, cujas origens estão no mito de fundação da comunidade por seis mulheres negras, na descrição de elementos típicos da paisagem sertaneja (caroá, catolé, xique-xiques etc.), na elaboração de uma narrativa específica para cada boneca e, nessa direção para os valores de absoluto, domina um fluxo tímico-fórico de forte euforização. Observemos estes trechos:

“Francisca Ferreira

Contam os mais velhos que Francisca Ferreira foi uma das seis mulheres negras que deram origem ao povo de Conceição. Segundo a história oral, foi através do cultivo do algodão que ela e as demais arrendaram e adquiriram a posse da terra que hoje é conhecida como Conceição das Crioulas”.

“Ana Belo

Uma das artesãs que mantêm viva a atividade mais antiga de Conceição: a arte de fiar o algodão. Contam os mais velhos que o território tradicionalmente ocupado pelo povo de Crioulas foi comprado por seis negras que ali chegaram e começaram a fiar o algodão para vender na cidade de Flores. Assim, deu-se início a formação e ao nome deste povo que até hoje resiste na luta pelo território”.

“Lurdinha

Professora e artesã, conhecida na comunidade por valorizar a beleza da mulher negra. Como professora, contribui para o fortalecimento de seus alunos, enfatizando o saber dos mais velhos e a história de luta de seu povo. Como artesã, contribui para a manutenção da cultura tradicional expressa no trabalho com a fibra de caroá”.

Na retomada do *texto de apresentação das bonecas*, bem como dos trechos que descrevem bonecas específicas, registrados acima, notamos que as figuras do discurso, sob a égide da operação da triagem, fornecem adensamento sêmico aos temas abstratos, a partir de traços sensoriais manifestantes de diferentes cores e formas. Assim, vejamos algumas das possibilidades atualizadas no texto em estudo, a título de exemplo, na relação tema/revestimento figurativo sensório-corporal.

O cromatismo que incide no simulacro de corpo de mulher baseia-se na oposição preto vs. colorido. O preto remete à pele negra, pois apenas é utilizado nos pontos que simulam a face e os membros superiores e inferiores. As cores quentes utilizadas no

busto e na saia criam o efeito de individualidade para cada uma das dez personagens femininas. Verificamos isso observando a figura 19.

A textura concerne a elementos como o áspero, o liso, o visual e o tátil, que dão corporalidade ao papel temático de trabalhadoras manuais.

Figura 20 Oposição de formas da expressão.

As formas rotundas acima vs. formas emaciadas abaixo, cujo conteúdo é concentrado vs. difuso, são categorias que guardam traços da transposição do gesto artesanal nessas figuras com traços de feminilidade:

Figura 21 Da direita para a esquerda, Josefa, Lurdinha e Liosa (Emília).

A triagem é, pois, o operador que leva a esse processo de concentração em poucos elementos, os quais se concretizam por figuras relacionadas aos valores de exclusividade de certo quilombo brasileiro (Conceição das Crioulas; natureza específica da comunidade; o artesanato de bonecas; a narrativa particular de cada mulher a que remetem as bonecas, entre outros aspectos já salientados). Favorecendo o efeito sentido de identidade, a triagem é, portanto, o mecanismo que torna viável os discursos de afirmação da diferença²², em cuja estruturação está uma rede sintático-semântica que arquiteta a especificidade atualizada por qual seja esse discurso.

Entretanto, considerando que “só se fazem distinções de um lado, à custa de misturas do outro!” (ZILBERBERG, 2003, p.74), podemos também notar a operação pressuposta à que vínhamos comentando. Iniciemos pela observação desta passagem: “Mas o povo de Conceição quer mais. Quer ter a liberdade para expandir seus domínios, levando com orgulho a sua arte para além da caatinga cercada de xique-xiques”. Nela, por meio das figuras “expandir” e “para além”, estabelece-se o valor da abertura, cujo operador é o da mistura.

²² Interessante notar, nesse tipo de discurso, que é a própria diferença que constitui a identidade.

Porém, o valor de abertura no percurso do sujeito quilombola é observado, também, pela aquisição de competências por meio do programa narrativo de aquisição transitiva ou por doação, em que se opera “uma conjunção e o sujeito do fazer é diferente do sujeito de estado” (BARROS, 1988, p.33). Consideramos que estes parceiros enunciados no *folder* cumprem um papel importante no *organizar-se* e *preparar-se* para a conjunção com a autonomia comunitária visada:

Figura 22 Logomarcas localizadas no verso do *folder*.

As figuras acima dizem respeito a instituições de diferentes esferas da sociedade: a) setor público estatal: o poder municipal e a universidade (educação superior oficial do poder executivo); b) terceiro setor: organizações não-governamentais e sindicato²³. Não descreveremos o papel de cada um desses atores discursivos, todavia, explicitaremos o funcionamento do programa de doação por meio da comunicação intersubjetiva entre os atores coletivos figurativizados como Associação Quilombola de Conceição das Crioulas e Universidade Federal de Pernambuco.

Interessa aqui destacar o papel do *Imaginário Pernambucano* (IP) na produção artesanal de Conceição das Crioulas. Conforme Santos (2004), o IP é um projeto de Extensão vinculado ao Departamento de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco – DC/UFPE, proposto pelo Departamento de *Design* dessa mesma

²³ A divisão apontada entre setores apoia-se na perspectiva de que as sociedades podem ser organizadas em três setores ou bloco de atividades: setor público – envolve todas as instituições das esferas do poder executivo, legislativo e judiciário; setor de mercado ou privado – concerne aos segmentos voltados a atividades com fins lucrativos; e o terceiro setor é a sociedade civil organizada (AMARAL; COSAC, 2009).

instituição, que buscou integrar o conhecimento acadêmico aos saberes tradicionais, de modo a intervir junto às tradições comunitárias visando a gerar-lhes trabalho e renda, para, dessa maneira, possibilitar uma melhor qualidade de vida à população envolvida no projeto. Estabelecida a parceria entre a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) e a UFPE, para realizar esse projeto, a partir de março de 2001, o IP investiu em um trabalho interdisciplinar que enfatizasse a dimensão cultural, social e demais aspectos inerentes à perspectiva do desenvolvimento sustentável. Em outras palavras:

a estratégia adotada para trazer o desenvolvimento com bases sustentáveis, que garantiria a continuidade deste processo, fez uso da cultura enquanto ferramenta para a inclusão social. A ação deveria ser construída juntamente com a comunidade, respeitando seus valores, sua forma de organização, sua história, suas tradições e reconhecendo, sobretudo, a autonomia da comunidade (SANTOS, 2004, p. 28).

Essas informações são bastante relevantes, haja vista que apontam uma ação interativa entre práticas e conhecimentos institucionais distintos, mas que buscam um ajuste das diferenças por meio de um objetivo comum: ampliar o potencial produtivo do quilombo Conceição. Essa relação constrói-se, pois, por meio das categorias fundamentais inovação vs. tradição. Aquela concerne à agregação de valores do âmbito da técnica e da tecnologia – grafismos, *design* visual não só da logomarca, mas na concepção geral do produto de modo a torná-lo atrativo e diferenciado; esta subsume os valores de manufatura – contrários aos industriais.

Tudo ocorre, porém, como uma relação contratual, pois interagem valores diversos visando à realização do programa de base da narrativa. O programa de doação da competência do saber inovar tem como actante coletivo “Imaginário Pernambucano” que, por meio desse fazer, opera o transporte de uma competência para o sujeito coletivo “Associação Quilombola de Conceição das Crioulas”. Dessa maneira temos a abertura a diferentes espaços comunicativos: feiras de artesanato, ambientes comerciais e o próprio espaço de exposição permanente:

Figura 23 Logomarca e endereço da AQCC localizados no verso do *folder*.

Com isso, observamos que é a partir do operador de triagem que tal discurso consegue criar o efeito de sentido de identidade, necessário a textos que se inserem num conjunto de práticas discursivas voltadas à afirmação da identidade, quais sejam, aquelas que tematizam as relações étnico-raciais, de gênero etc. No entanto, notamos ainda que, para atenuar o que se fazia excessivo, o discurso quilombola se utilizou também da operação da mistura, de modo a evitar a construção de um universo semântico carregado de semantismos da pureza e exclusão típicos de discursos totalitários e intolerantes como os xenofóbicos e os neonazistas. Assim, vai ganhando forma uma identidade, que, como tal, é uma diferença e uma permanência, construída nos eixos do sistema e do processo, cujo conteúdo traz a aspiração de um grupo e seu projeto de vida.

Contudo, para que se atualize o ato epistêmico (o crer) do sujeito da enunciação, é preciso que o produto boneca assimile as propriedades que fortaleçam a crença de que não só parece, mas é um verdadeiro discurso fidelizado ao projeto de vida de Conceição das Crioulas. Porém, se o que põe em cena são bonecas produzidas artesanalmente na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, em que medida esse discurso concretiza uma história de “homens”²⁴? – ou seja, a narrativa de sujeitos quilombolas produtores de artesanato.

²⁴ As aspas servem para assinalar que não se trata dos homens de carne e osso, mas sim, de seres languageiros, produzidos na e pela linguagem. Além disso, é fundamental destacar que para esta reflexão sobre as possibilidades de crer no discurso das bonecas como uma história de homens, inspiramo-nos no texto *Metáfora e metonímia: dois processos de construção do discurso* (FIORIN, 2008, p.71-91).

A acepção de boneca tomada em sua forma dicionarizada traz a seguinte definição: “representação tridimensional, de tamanhos diversos, de um corpo feminino, infantil ou adulto, feito de diferentes materiais” (HOUAISS, [2001] 2008, p. 486-487). Nessa descrição lexemática, faz-se presente o traço /humanidade/, subjacente a “corpo feminino”. Relacionando esse uso cultural, que um lexema cristaliza, à diversidade de cores, formas, texturas e traços que entram na composição das bonecas, pode-se remeter a um suporte (cor, luminosidade, a fibra, o modo de produção etc.) resultante de uma prática artesanal. Nesse sentido, o que se pode predicar é a experiência do sujeito quilombola na produção das bonecas – um fazer pragmático, que se processa na fabricação do produto por meio de atividades rotineiras e repetitivas, ou seja, programadas, e também um fazer cognitivo, porque se relaciona à agregação de valores subentendidos em seu projeto enunciativo. Por conseguinte, o traço /inanimado/ que poderia inseri-las numa isotopia da /não humanidade/ seria impertinente.

Três são os mecanismos responsáveis pelo plano de leitura das bonecas como sendo o de uma história de homens: a metáfora, a metonímia e a prosopopeia.

Conforme Jakobson ([1963] 2010), a metáfora e a metonímia organizam todas as realizações simbólicas humanas, tanto as do âmbito individual como as do social. Portanto, esses procedimentos, além de serem os principais responsáveis pela instauração do sentido conotativo, não estão restritos a uma palavra isolada, pois são constitutivos de todas as linguagens. Ora, uma primeira impertinência semântica já pode ser apontada, pois um objeto utilitário, que serve ao brincar de crianças, ganha estatuto de símbolo. Isso só é possível porque se tem aí uma metáfora funcionando na intersecção semântica entre boneca e corpo feminino, elementos mínimos que concretizam o sentido conotado de que a cada boneca corresponde uma mulher da Comunidade. Nisso, a relação metonímica, por sua vez, também se faz presente, pois a parte, a boneca, guarda o sentido do todo, Conceição das Crioulas, e vice-versa.

Há ainda o uso do mecanismo de sentido chamado prosopopeia ou personificação, que, de acordo com Fiorin, é um modo de o “enunciador [...] combinar

figuras ou temas do discurso de tal maneira que chame a atenção do enunciatário para determinados aspectos da realidade que descreve ou explica” (2009a, p. 120). É o que ocorre no *corpus* em estudo, pois foram atribuídas qualificações e funções humanas a objetos, portanto, elementos não humanos, cuja finalidade foi justamente a de humanização.

Esse acionamento do dispositivo veridictório, no discurso quilombola, abre caminho à busca pela persuasão que, como sabemos, é o meio principal que leva um indivíduo a agir de maneira determinada, ou seja, é o próprio cerne da manipulação. Reservamos, então, ao próximo capítulo, de cunho eminentemente teórico, a reflexão sobre o sentido, a estrutura e os recursos que podem ser utilizados para manipular, ou seja, influenciar nas atitudes, nos pensamentos, na afetividade e nas ações de outrem. Em seguida, no último capítulo, com a análise prática, esperamos demonstrar a relevância da estratégia de manipulação para a construção do discurso quilombola.

CAPÍTULO 3: EM TORNO DA MANIPULAÇÃO

A palavra manipulação tem um sentido bastante negativo correntemente. De fato, a atitude manipuladora por parte de alguém não é nada apreciada em nossa cultura. Se resolvermos fazer um teste rápido, a partir de ferramenta de busca na *internet*, encontraremos qualificações como esta:

É tratar uma pessoa ou grupo de pessoas como se fosse objetos (sic!), a fim de dominá-los facilmente. Essa forma de tratamento significa um rebaixamento, um aviltamento. Essa redução ilegítima das pessoas a objetos é a meta do sadismo²⁵.

Na qualificação antes destacada, é legível um julgamento moral da conduta discursiva de quem use da manipulação. Também com esse sentido pejorativo, em circulação no dia a dia, alinham-se as seguintes acepções do Houaiss ([2001] 2008, p. 1.838):

4 *pej* manobra oculta ou suspeita que visa à falsificação da realidade. 5 *pej* manobra pela qual se influenciam um indivíduo, uma coletividade, contra a vontade destes (de modo geral, recorrendo a meios de pressão, tais como a mídia).

Considerando, pois, essas acepções que se reportam à manipulação como um tipo de conduta humana disfórica e repreensível, é que se faz necessário distingui-la da maneira empregada na semiótica. Nesta sua realização é a de termo científico, primando, portanto, pelo cuidado em não emitir juízos de valor ante os objetos sobre os quais incidem as análises. Consequentemente, seu uso técnico possui funções e características distintas.

Sabemos que a ciência é um tipo de atividade que nos ensina a sistematizar e ampliar o conhecimento, noutros termos, “aprender a pôr ordem nas próprias ideias e ordenar os dados”, o que permite “uma experiência de trabalho metódico; quer dizer,

²⁵ Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/manipula%C3%A7%C3%A3o/>.

construir um ‘objeto’ que, como princípio, possa também servir aos outros” (ECO, [1977] 2010, p. 5). Embora essas características do discurso científico visem à culminação num trabalho rigoroso e sério, a pretensa neutralidade e objetividade acadêmicas convivem com as crenças, preconceitos e demais aspectos contraproducentes a levar à pesquisa a bom termo. É preciso equilíbrio de modo a não cair nem na pura abstração desvinculada da prática social nem num indulgente pragmatismo superficial que afrouxe o rigor crítico-reflexivo.

É considerando esses aspectos que propomos o cotejo entre a manipulação e o senso comum, tirando proveito da análise crítica empreendida por Shimoda (2013). A partir disso, discutiremos os desdobramentos desse termo (manipulação) na semiótica de Greimas.

3.1 Manipulação e senso comum

Segundo Lucas Takeo Shimoda (2013), sob a expressão “senso comum” abriga-se uma dupla direção de leituras, a saber: a do sensível, em que a sensorialidade é o foco, e a do inteligível, em que a orientação é estabelecida pela significação. Edificada na filosofia aristotélica, a dimensão que se vincula à percepção pelos estímulos físicos dos nossos sentidos é meio de acesso ao real. Por outro lado, no que concerne ao inteligível, que se lastreia nas reflexões do estoicismo, e vai da geometria euclidiana até Kant, ele (o inteligível) institui o polo categorial e da moralização em contraposição às relações entre sensível e percepção. Torna-se notável “que o *sens commun* ocupa a posição intermediária entre o excesso e a falta nos mundos da razão” (SHIMODA, 2013, p.70). Importa, pois, explorar a questão do que haja de ponto em comum entre esses sentidos. No entanto, as diferenças do senso comum, que ocorrem no âmbito do sensível e no do inteligível, são suspensas pelo aspecto da comunicação (SHIMODA, 2013).

Ocorre que o senso comum, seja em sua vertente sensível – em que o reconhecimento do mundo é creditado à sensorialidade –, seja em sua vertente

inteligível – que remete à capacidade de o indivíduo julgar com ponderação e sem excessos passionais, isto é, com bom senso – tem como traço permanente a partilha/comunicação de um sentido comum pela coletividade (SHIMODA, 2013).

O estudo de Shimoda (2013) argumenta em torno da indissociabilidade entre o senso comum e a conotação. Ele explica que a leitura de Greimas²⁶ autoriza dizer que cabe à conotação transformar os signos naturais em signos culturais. Sua função é a de ser a estrutura de organização das taxionomias das culturas, por conseguinte, ao passo que está aberta à historicidade discursiva é por esta fechada, em virtude das restrições próprias a cada cultura. Associada ao contrato veridicitório, presta-se à discussão sobre a “atitude das culturas face aos seus signos”, (LOTMAN, GREIMAS, [1970] 1975a). Esse estudo avança porque deslinda a envergadura da noção de conotação para a economia geral da semiótica, em outras palavras:

O conceito de conotação permite extrair todas as consequências da análise em níveis hierarquizados, pois possibilita dar tratamento formal a dados que são tidos como substanciais até determinado patamar de investigação. Sob nosso ponto de vista, esse refinamento heurístico representa uma grande vantagem da semiótica francesa sobre outras abordagens que tratam indistintamente fenômenos de ordens distintas. Portanto, não se trata simplesmente de resgatar um metatermo e colocá-lo em circulação, mas sim reavaliar o lugar desse conceito na arquitetura geral da teoria (SHIMODA, 2013, p.85).

A partir da discussão mais detalhada do percurso de análise de Lucas Shimoda (2013), encontraremos meios de distinguir, claramente, a manipulação em semiótica daquela como figura no senso comum. Começamos, então, a observar, com Shimoda que, no campo da filosofia, é mais conhecida a associação do senso comum à sensorialidade, em que pelas intuições dos nossos sentidos percebemos o “mundo real” e o partilhamos com as outras pessoas. No entanto, embora menos explorada, o seu vínculo com as

²⁶ O *corpus* de reflexão utilizado por Shimoda (2013) para debater a relação entre senso comum e conotação na obra de Greimas elegeu os seguintes títulos: *Sémantique structurale* ([1966] 2002), *Sobre o sentido* ([1970] 1975a), *Ensaio de semiótica poética* (1975b), *Semiótica narrativa e textual* (1977), *Semiótica e ciências sociais* ([1976]1981), *Dicionário de Semiótica* ([1979] 2008), “A enunciação: uma postura epistemológica” (1974), *Análise do discurso em ciências sociais* (1986 [1979]), *Sobre o Sentido II* ([1983] 2014), *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage vol. II* (1986), “Conversation” (1986), *Da imperfeição* ([1987] 2002) e *Semiótica das paixões* ([1991]1993).

faculdades cognitivas caracteriza o senso comum com a propriedade de regulação das atitudes epistêmicas mais próximas ou mais distantes dos arroubos afetivos, de modo a dotar o indivíduo, respectivamente, com julgamentos imprudentes ou sensatos. Nas duas vertentes, evidencia-se, portanto, que são as impressões e as opiniões que um grupo compartilha as orientadoras da percepção de qualquer elemento.

No campo propriamente semiótico, o senso comum se articula com os construtos científicos – produtos oriundos de processos de estudos criteriosos baseados em protocolos explícitos, que são observados, analisados detalhadamente, mas, porque são processos, são sempre parciais e modificáveis. É conhecido de todos que, historicamente, a relação entre ciência e senso comum apresentou-os como entidades distintas e inconciliáveis. Contrariamente ao entendimento de que o senso comum é oriundo das crenças consideradas verdadeiras porque o indivíduo aprendeu com o grupo social de pertencimento que assim o são; o raciocínio científico, primando pelo método, sistematicidade e análise crítica do objeto teórico com o qual trabalha, prima pela consecução das atividades planejadas mediante um projeto de pesquisa. De fato, embora a ciência parta dos fenômenos do senso comum, elide-se deste porque os transforma, pelos seus métodos e sua linguagem de especificidade, num artefato científico. Todavia, conforme Boaventura Santos ([1995] 2001), na contemporaneidade, alguns cientistas debatem a necessidade de reabilitação da relevância do senso comum: mais que isso, são contrários à ruptura entre essas duas maneiras de construção do saber. Acredita-se que, na polaridade superficialidade vs. profundidade desses saberes, subjaz a dicotomia que qualifica o conhecimento popular como inferior e o universitário como superior – um tipo de hierarquia afinada a uma sociedade classista e ao sistema econômico em vigor. É também Santos ([1988] 2002, p.56) que defende o senso comum pela sua “dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico”, embora seja um “conhecimento mistificado e mistificador” tanto quanto conservador.

Tudo indica que essa discussão situa o discurso acadêmico e o do senso comum na relação entre o ser e o parecer, o que traz de volta o artigo de Lucas Shimoda (2013).

Segundo este, o senso comum é concebido por Greimas como o universo das sensações e das experiências vividas, sendo, pois, a própria substância da forma semiótica, cuja combinatória dos traços distintivos mínimos gera a substância da forma científica. Por essa razão é que o linguista lituano propõe “tratar as culturas como uma sociologia de sentidos comuns, na medida em que elas atribuem, cada uma a seu modo, formas semióticas distintas aos dados fornecidos pela forma científica” (SHIMODA, 2013, p. 74). Isto é, a transformação do objeto empírico pelo tratamento científico em objeto teórico, o que insere o nível de pertinência de análise semiótica como questão, sem que com isso se implique a exclusão das dimensões sensíveis das práticas discursivas, mas tão somente a descrição do nível em que se situam os elementos analisados.

Ao considerarmos esses aspectos, rapidamente pinçados das reflexões de Shimoda, tais aspectos lembram-nos, em todo caso, que a semiótica é “uma disciplina da observação do sentido e não da prescrição de condutas discursivas” (BERTRAND, 2013, p. 11). Por conseguinte, interessa-lhe, apenas, ocupar-se de questões como estas: “Como a significação funciona por meio de sua materialidade e de seus signos? Como ela é compartilhada? Quais são seus mecanismos? Podemos objetivamente descrevê-la?” (BERTRAND, 2013, p. 11). Destacamos que qualquer que seja a estrutura semiótica, ela é concebida de modo geral o suficiente para se aplicar a todo discurso manifestado. A respeito da manipulação não seria diferente.

A semiótica da manipulação é uma estrutura presente de modo realizado ou virtualizado nos discursos humanos, mas que, no entanto, de *per si*, não apresenta quaisquer investimentos tímicos, sejam eles eufóricos ou disfóricos. Como fazer-fazer que é, relaciona-se ao aspecto persuasivo presente na comunicação entre as pessoas. Logo, não é característico desta ou daquela pessoa, mas de todo ato enunciativo voltado à busca de adesão ao discurso comunicado. Apenas na análise dos textos, é que teremos ocasião de observar como o recurso manipulatório, um dos componentes da narratividade que alicerça nossas produções discursivas, denota uma relação de desigualdade entre o destinador e o destinatário, em que um sujeito possui uma competência superior à do outro. Vejamos agora sua definição e desdobramentos alcançados no curso do desenvolvimento do projeto semiótico.

3.2 A proposta de distinção entre formas e figuras da manipulação por Filinich

De acordo com Greimas e Courtés ([1979] 2008, p. 300-303), a manipulação é um tipo de atividade em que um homem visa a agir sobre outro homem para que este faça o que deseja que ele faça (comprar algo, concordar com os seus argumentos, entre outros). Inserido na dimensão cognitiva, esse fazer-fazer estrutura-se factitivamente e, projetado no quadrado semiótico, pode oferecer essas possibilidades de manipulação:

Figura 24 Esquema da manipulação proposto por Greimas e Courtés ([1979] 2008, p. 301).

A configuração discursiva da manipulação tem uma estrutura contratual e uma modal. É, portanto, uma comunicação, isto é, um fazer saber a partir do qual o destinador-manipulador leva o destinatário-manipulado a um estado de falta de liberdade, modalmente, a um não-poder-não-fazer, de modo que não tenha outra posição, senão a de aceitar o contrato. A questão é a de transformar a competência modal do destinatário-sujeito (GREIMAS; COURTÉS [1979] 2008).

Sintagmaticamente, a manipulação se situa entre o querer do destinador e a realização efetiva pelo destinatário-sujeito do programa narrativo proposto e assim articula o fazer-persuasivo do destinador ao fazer-interpretativo do destinatário (GREIMAS; COURTÉS [1979] 2008).

Alguns tipos de manipulação estão previstos de acordo com a estrutura modal e sua relação com o destinatário. Tendo por base a modalidade do poder, por meio dessa dimensão pragmática, o destinador poderá manipular objetos positivos (valores culturais) ou negativos (ameaças). Neste caso, tem-se a intimidação (Ex. Se você não estudar o conceito de manipulação, não poderá relacioná-la à persuasão) e naquele a tentação (Ex. Se você estudar o conceito de manipulação, fica mais fácil entender a persuasão). Quando se modaliza pelo saber, por meio dessa dimensão cognitiva, o destinador manipulará o destinatário em função de que este saiba o que aquele pensa sobre sua competência modal concernente a juízos positivos ou negativos. A persuasão por meio de um saber sobre um juízo negativo é provocação (Ex. Duvido que você saiba sobre o conceito de manipulação), se for positivo, é sedução (Ex. Sei que você é inteligente, fale sobre o conceito de manipulação) (GREIMAS; COURTÉS [1979] 2008).

Essa concepção de manipulação como ação do homem sobre outros homens que, em termos modais, concerne ao fazer-fazer, foi complementada em verbete, sob a rubrica de Jean-Claude Tietcheu, do Tomo II do *Dictionnaire* (GREIMAS; COURTÉS, 1986). É proposto, então, que tal concepção seja reconsiderada em termos de uma macroestrutura discursiva. Para tanto, à manipulação subjaz um fazer persuasivo do destinador e um fazer interpretativo do destinatário. Esses dois fazeres implicam a oposição decisão vs. execução (não-execução), cujas funções decorrentes do fazer interpretativo são a aceitação ou a refutação do fazer persuasivo. Esquemáticamente:

Figura 25 Esquema relacional da estrutura da manipulação segundo Greimas e Courtés (1986).

Consoante a Greimas e Courtés (1986), a *decisão* corresponde à auto-destinação pelo destinador de um programa narrativo de manipulação. “O destinador ‘se decide’ a manipular, a persuadir e, por consequência, elabora a estratégia que lhe parece conveniente à realização da manipulação e à presença do manipulado²⁷” (GREIMAS; COURTÉS, 1986, p. 136). A *execução* (ou a não-execução), por conseguinte, é a próxima etapa à realização ou não do programa narrativo posto inicialmente. Que o destinatário sincretiza os papéis actancias de decisão e de exucação é bastante claro.

Modalmente, o papel de decisão constitui-se como um querer-manipular, portanto, o destinador incorpora uma manipulação virtual. Já a execução faz do manipulador um sujeito realizado, consequentemente, o destinador tem competência manipulatória – a qual se realiza pelo fazer persuasivo e depende do fazer interpretativo do manipulado incidente sobre a performance cognitiva do manipulador (GREIMAS; COURTÉS, 1986).

²⁷ «Le Destinateur 'se décide' à manipuler, à persuader et, par conséquent, élabore la stratégie qui lui semble convenir à la manipulation à réaliser et au manipulé en présence.»

Da parte do manipulado, este opera uma atividade complexa que envolve a fidedignidade e a verificação relativas aos conteúdos comunicados pelo destinador, o que resulta em aceitação ou refutação de tais conteúdos e, por consequência, execução ou não do programa de manipulação implementado. Destaca-se daí a competência interpretativa do destinatário manipulado, a sua astúcia para lidar com as assimetrias entre dominador e dominado implícitas ao discurso (GREIMAS; COURTÉS, 1986).

Ainda em Greimas e Courtés (1986), é discutida a necessária associação entre manipulação e paixão. Dizem eles que a existência modal dos sujeitos implica não apenas o seu fazer, mas também o seu ser, donde se concebem os actantes da manipulação tanto pela sua ação no mundo como pelo sofrer diante dos acontecimentos vividos, “cuja própria história é feita de venturas e desventuras, marcada de esperanças e decepções²⁸” (GREIMAS; COURTÉS, 1986, p. 136). Projeta-se, com isso, que os semioticistas cujas investigações recaiam sobre a semiótica da manipulação devam complementá-la com a problemática das paixões.

María Isabel Filinich (2005) considera essas orientações explicitadas nos dois tomos do *Dicionário* e, ao passo que reflete sobre a progressão do conhecimento semiótico sobre a manipulação, também argumenta em torno de limites e alcance desse conceito. Primeiramente, traz à baila a dimensão cognitiva da atividade manipulativa, conforme as indicações de Greimas e Courtés ([1979] 2008); em seguida, discute as diferentes formas assumidas pela manipulação como estratégia discursiva, o que amplia a inserção desta dos limites da narratividade para o do nível de superfície do plano do conteúdo e, por fim, destaca a relevância do aspecto passional em sua relação com o fazer manipulatório, preocupação salientada por Greimas e Courtés (1986).

Como vimos, a tradição de pesquisas semióticas vinculou a manipulação à dimensão cognitiva do discurso, cujo cerne é a competência modal que o sujeito possui para que outro sujeito realize determinado programa, a partir da atuação sobre as modalidades do querer, dever, saber e/ou poder. Trata-se de um trabalho com a dimensão cognitiva porque não ocorre uma ação direta sobre o fazer de um sujeito, mas

²⁸ “ayant chacun sa propre histoire faite de heurs et de malheurs, jalonnée d’espoirs et de déboires”.

sim, sobre a competência deste para desempenhar o programa proposto pelo sujeito manipulador (FILINICH, 2005, p. 70-71).

Considerando que a principal finalidade da manipulação é a de obter a adesão do sujeito manipulado, o fazer-crer é de grande relevância. Isso implica, no nível da enunciação, a instauração do contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário, de modo que o enunciatário creia no conteúdo de “verdade” do enunciado. Entretanto, consoante a Filinich, o que está em jogo não é “uma visão ingênua que desconhece todas as formas do engano ou da ocultação da parte do enunciador, nem da suspeita ou da incredulidade da parte do enunciatário”, de fato, o que ocorre na relação entre a manipulação e a fidência é a “pressuposição daquilo que, no fim das contas, torna possível e rege tanto as relações apoiadas na confiança como aquelas baseadas na desconfiança” (FILINICH, 2005, 70-71).

Que esse contrato fiduciário não se realiza de uma vez só e de maneira indissolúvel é, tendo vista o aspecto de transformabilidade²⁹ das estruturas, bastante claro. Entretanto, outro aspecto para o qual o artigo de Filinich (2005) chama atenção é o do papel da dimensão passional no processo manipulatório. Sabemos que, tendo em conta apenas a dimensão cognitiva da linguagem, a semiótica da manipulação corresponde, no nível narrativo, à fase de aquisição de competência semântica e modal para a ação. Contudo, a semiótica contemporânea, junto à análise da inteligibilidade dos discursos, investe na da sensibilidade. Nessa direção, ao fazer-fazer integram-se estados de coisas e estados de alma. Ademais, Filinich (2005) adverte sobre a necessidade de distinguir as formas das figuras da manipulação nos seguintes termos:

O conceito de manipulação, livre de toda conotação pejorativa, remete à forma geral do fazer-fazer, com uma única restrição: a manipulação opera na dimensão cognitiva (afeta, portanto, a competência modal do outro), ficando assim de fora todo fazer-fazer de ordem pragmática: “a ‘prisão por dívidas’ – afirma Greimas –, ainda que seja uma ação do homem sobre o homem, não provém, à primeira vista, da manipulação: entretanto, parece com ela” (Greimas [1983] 1989: 242-3). Quer dizer, então, que nem todo fazer-fazer é uma manipulação. Para se formular uma definição do conceito de manipulação não basta, nem mesmo neste nível de abstração, recorrer a tal traço: trata-se de um fazer-fazer cognitivo e, como vimos acima, inclusive de um fazer-fazer que pode implicar a dimensão passional (FILINICH, 2005, p. 73).

²⁹

Para relembrar a noção de transformabilidade estrutural, remetemos ao *Capítulo 1*.

Propõe que nos situemos no nível do discurso para assim distinguir configurações discursivas que manifestam figuras típicas da manipulação daquelas que, embora, situadas no nível narrativo e estruturadas como um fazer-fazer, não configuram, de fato, uma estrutura manipulativa. Segundo Filinich (2005), uma figura modelar da manipulação tem um caráter implícito. Contrariamente, o fazer-fazer explícito não pode ser considerado uma figura da manipulação. “Por exemplo, a pergunta, o pedido, o rogo, o conselho, a ordem, a negociação, a promessa” etc, “implicam a modalidade factiva (o fazer-fazer)”, em consequência, “na dimensão cognitiva a manipulação se torna explícita”. Isso porque “pelo fato mesmo de que ‘se diz’, se confessa: tanto se peço como se prometo ou ameaço, necessito explicitar o caráter de meu ato para que seja eficaz e, ao fazê-lo, outras estratégias entram em jogo” e, dessa maneira, “a manipulação [fica] num segundo plano” (FILINICH, 2005, 73).

Já o caso da sedução, da tentação, da provocação e da intimidação (bastante conhecidas por terem sido estabelecidas como uma tipologia da manipulação por Greimas e Courtés, [1979] 2008), conforme os argumentos de Filinich, por seu caráter implícito, são de fato figuras da manipulação.

A semioticista argentina aventa ainda a possibilidade de lidar com os regimes da interação formulados por Landowski ([2005] 2009), que estipula, além da *manipulação* – que, como vimos, diz respeito à capacidade do sujeito de influenciar no julgamento do outro incidindo sobre sua cognição e sensibilidade, outras duas formas prototípicas das interações humanas, quais sejam: a *programação* – atividades ritualísticas, habituais ou estereotipadas que sejam fundadas na repetição dos mesmos cálculos e regras e o *ajustamento* – que considera a afetividade e o contato entre as pessoas regulado pelos ajustes recíprocos de seus afetos e sentimentos, o que não permite uma direção previsível do curso desse tipo de interação.

É a partir desse conjunto de elementos semióticos que Filinich (2005) esboça o alcance e as restrições do conceito de manipulação conforme os seguintes pontos: (1)

Na narratividade, aloca-se o fazer-fazer constitutivo da competência modal; (2) Considerando que nem todo fazer-fazer configura uma manipulação, instaura-se ela na dimensão cognitiva, e se exclui, portanto, o fazer-fazer de inserção pragmática; (3) No momento atual, em que as pesquisas semióticas se voltam à dimensão das paixões nos discursos, é necessário observar a relação entre manipulação e afetividade, o que permite explorar as modalidades e as modulações; (4) Ao se diferenciar as formas da manipulação, que são do âmbito da organização modal, das figuras da manipulação, situadas na superfície discursiva, é possível classificar o fazer-fazer que é próprio à atividade manipulativa, porque é implícito, daquele que não o é, em virtude de sua característica explícita e (5) com isso, ter em conta que as interações humanas não são apenas regidas pela manipulação, mas também, de acordo com Landowski ([2005] 2009), pela programação e pelo ajustamento.

Essa proposta de distinção entre formas e figuras da manipulação por Filinich (2005) demonstra um interesse relativo ao desdobramento dos debates em torno dessa estrutura semiótica, preocupação já sinalizada no *Dicionário de Semiótica* ([1979] 2008, p. 302-303) com estas palavras:

Mesmo que [...] a análise da manipulação esteja apenas se iniciando, pode-se prever ainda assim, transportando-a do plano das narrativas ao das práticas semióticas, a elaboração de uma verdadeira semiótica da manipulação (correlativa a uma semiótica da sanção e a uma semiótica da ação), da qual se conhece pelo menos o lugar importante que ocupa nas relações humanas.

Na citação acima, observamos a orientação fornecida pelos autores do *Dicionário* para a ampliação do alcance da semiótica da manipulação do plano da narratividade para o da enunciação para que, dessa maneira, aumente-se a eficácia heurística dos modelos semióticos para a análise e a descrição das interações humanas. O desenvolvimento de tal orientação tem sido executado por vários semioticistas, entre os quais destacaremos agora Landowski, em virtude de sua proposta de regimes de interação que apreendam a produção do sentido feita pelo homem no cotidiano de suas relações sociais.

3.3 A proposta da manipulação como um dos tipos de interação humana por Landowski

No *Capítulo 1*, apresentamos, em linhas gerais, a sociossemiótica. Em razão disso, cabe aqui, a título de retomada, restringir-nos, *a priori*, em considerá-la pela sua característica de inscrição do social como problema no quadro da Semiótica Geral. De fato, Eric Landowski, ao redigir verbete homônimo no Tomo II do *Dictionnaire*, é veemente em afiançar “a irredutibilidade dos fatos sociais a puros fatos semióticos³⁰” (GREIMAS; COURTÉS, 1986, p. 207). Nessa linha de raciocínio, considera que a realidade, seja ela social, econômica ou política, pelo motivo mesmo de que possui regras de especificidade, demanda disciplinas próprias à compreensão de tais regras, quais sejam, a Sociologia, a Economia, a Ciência Política. O que resta, então, à Semiótica é tratar do fenômeno do social como efeito de sentido, lançando mão, portanto, do escopo teórico-metodológico disponível e, em conformidade aos desenvolvimentos necessários ao entendimento de tal fenômeno, propor adequações e rearranjos aos fundamentos semióticos. Com efeito, não é outro projeto senão este que, ao longo de anos, tem sido implementado pela sociossemiótica de Landowski.

Em artigo publicado recentemente (LANDOWSKI, 2014), é feita uma súmula dos princípios do estágio contemporâneo desse projeto sociossemiótico, em termos de uma dupla determinação: a de campo de especificidade e a de teoria geral.

De acordo com a primeira das determinações, a sociossemiótica se caracteriza pelo estudo das práticas cotidianas – configuração atual que se desdobrou das análises empreendidas por semioticistas diversos (GREIMAS, [1976] 1981; FLOCH, 1995; LANDOWSKI, [1997] 2002; MARRONE, 2001 *apud* LANDOWSKI, 2014; MARSCIANI, 2007) no exame crítico das mídias; do discurso e das práticas da esfera

³⁰ “l’irréductibilité des faits sociaux à de purs faits sémiotiques”.

da política e do direito; da comunicação dos atores sociais em diferentes espaços e situações e das relações entre os objetos e seus usuários (LANDOWSKI, 2014).

Já no que concerne à segunda, a sociossemiótica amplia seu raio de atuação, haja vista não mais se restringir a uma semiótica aplicada ao problema social, porque se constitui, na verdade, como uma teoria geral do sentido. Ademais, estabelece-se “do mesmo modo que a sua concorrente (e cúmplice), a ‘semiótica tensiva’³¹ – como uma das formas atuais da semiótica geral” (LANDOWSKI, 2014, p.11). Assume, pois, como premissa de especificidade, a da relação necessária entre sentido e interação.

Importa para Landowski que, seja como terreno específico de análise seja como teoria geral, “pensar sociossemioticamente a questão geral do sentido, ou analisar sociossemioticamente objetos de ordens diversas, é, em todos os casos, colocar a noção de interação no coração da problemática da significação” (2014, p. 11), o que demanda alguns **princípios orientadores da Sociossemiótica**, quais sejam: o de união, o de competência e o de papel.

A união é um complemento à semiótica *standard*, que previu apenas a junção como forma de relação dos sujeitos no mundo ao modo da conjunção ou da disjunção com os objetos pleiteados, e se funda pela “co-presença sensível dos actantes” (LANDOWSKI, 2014, p. 13). De um lado, a junção se constitui pela leitura, isto é, pela apreensão da “significação” por intermédio da observação da figuratividade, de outro, a união é instituída pela apreensão do “sentido” imanente às propriedades sensíveis dos objetos. Consequência disso é a ampliação dos **regimes de interação** consolidados como de *programação* e de *manipulação* por Greimas, pela integração do *ajustamento* e do *assentimento* por Landowski. Tendo, neste capítulo, explicado detalhadamente o segundo desses regimes, cuidaremos da conceituação dos demais.

³¹ É de todo interesse registrar esta citação porque, salvo algum engano, é a primeira vez que Landowski refere-se diretamente à semiótica tensiva e de maneira bastante instigante: como uma polêmica, pois a sociossemiótica compete com ela, mas também, como um contrato, pela relação de cumplicidade entre sociossemiótica e tensividade – ou, seria mais claro dizer, pontos de semelhança? Para uma adequada resposta, é preciso um projeto de investigação que ponha em cotejo a tensividade e a sociossemiótica, direção produtiva que, presença em nossa mente, foi assinalada pela Profª. Diana Barros em alguns eventos acadêmicos de que fizemos parte.

A *programação* é uma operação ou ação programada que se norteia pelo princípio da regularidade, o que remete à constância entre os efeitos e suas causas, como também, pelas coerções sociais das regras, rituais e hábitos estabilizadores de papéis temáticos fixos, de que decorrem a previsibilidade, a rotina e o mínimo de riscos. Um caso extremo de programação pode acarretar o fechamento do campo de sentido e, até mesmo, o efeito de não-sentido.

O *ajustamento* é fundado pela sensibilidade. Não se trata, porém, de um tipo de adaptação, uma vez que essa ideia se aproxima da de programação – quando considerada pela atuação de um actante sobre outro com respeito às regularidades próprias ao comportamento de cada um, ou da de manipulação – em que ações são desencadeadas com vistas a fazer o outro fazer. De fato, o que se põe em cena é a relação simétrica entre os actantes, cujas dinâmicas próprias são coordenadas pela sensibilidade ao modo do contágio, que implica consistência estética e competência estética.

O contágio é uma relação entre sensibilidades, conformando-o ao plano da estesia. Isso difere, portanto, quer da “imitação” intencional quer da “empatia”, as quais se situam no plano cognitivo. De acordo com as palavras de Landowski (2014, p.18), a presença contagiosa remete a uma experiência em que:

Sentir o sentir do outro é, em muitos casos, já prová-lo por sua própria conta, como se, por uma espécie de performatividade da co-presença sensível, a percepção das manifestações somáticas de certos estados vividos por outros tenha o poder de nos fazer experimentá-los.

O contágio, que é posto em jogo pelo ajustamento, vincula-se à estesia, termo trazido à semiótica pela obra *Da imperfeição* (GREIMAS, [1987] 2002) e que concerne à captura sofrida pelo sujeito no encontro com as qualidades estéticas dos discursos (elementos plásticos e rítmicos). O que instaura uma competência estética, uma disposição para capturar tais qualidades pelos participantes da interação, permitindo “o desenvolvimento do processo de *ajustamento* recíproco, até o «accomplissement» (desabrochamento) mútuo dos participantes”. E, desse modo, “expandindo-se à maneira de uma finalidade sem fim – sem alvo preestabelecido –, a competência estética se constitui na medida mesma em que ela se exerce” (LANDOWSKI, 2014, p. 17).

O último dos regimes de interação é o do *assentimento*, que, sob o princípio do aleatório equivale ao acidente ou assentimento ao sensível. Escolhe-se entre um desses sentidos pela sua dependência a um ponto de vista “objetivante” – nesse caso, destaca-se a imprevisibilidade e o caráter aleatório do que advém de uma maneira “acidental”, ou do ponto de vista “do sujeito que aceita a incerteza da sorte, a possibilidade do acidente, o risco do *nonsense*” (LANDOWSKI, 2014, p. 16). Subjacente a esse regime está um auto-destinador paradoxal, haja vista sua independência de uma instância que lhe seja exterior. Apenas quando de sua manifestação é que, em ato, ele se auto-institui e se rege, como, por exemplo, “numa sequência de números tirados ao azar” (LANDOWSKI, 2014, p. 16).

Assim propostos, esses regimes podem ser resumidos neste esquema:

Figura 26 Regimes de interação propostos por Landowski (2014).

Esses regimes são articuláveis e combináveis entre si, com vistas a tanto poder lidar com qualquer tipo de prática interacional quanto integrar, num mesmo modelo de análise da produção do sentido, as regularidades e os acidentes imanentes aos discursos.

Ainda são previstos, nesses regimes, modos diferentes de interação entre os actantes. Pelo *modo da manipulação*, são postas em contato as intencionalidades, já quanto ao *modo do ajustamento*, são as sensibilidades que se encontram. Geridas pelas competências modais e estéticas dos interactantes, esses dois modos de interação, de acordo com Landowski (2014), é que respondem pela interação propriamente dita.

Um tipo de encontro que pode acontecer é o chamado de *coincidência*. Nele há o simples cruzamento de dois percursos autônomos, cuja colocação em relação está a cargo de uma terceira instância: o “operador”, quando se trata de um regime de programação, e o “azar”, no caso de um regime de assentimento, de que resulta uma coincidência prevista pelos papéis temáticos próprios a cada um dos atores postos em conjunção, se houve uma programação, ou em colisão, por efeito do azar.

Outro aspecto importante, em virtude da propriedade de articulação entre os regimes, como já mencionamos, é o da variedade de direções de sentido possibilitada por tal articulação. É o caso da transformação do regime de assentimento em regime de manipulação, quando a aleatoriedade, alçada à condição de destinador por parte de um sujeito, faz com que este tente “‘conjurar a sorte’ e orientar o azar a seu favor” (LANDOWSKI, 2014, p. 16). Também o assentimento pode se modificar em programação pelo sujeito que busca, na aparente aleatoriedade “do curso das coisas, as regularidades estatísticas que permitem cálculos de probabilidade” (LANDOWSKI, 2014, p. 16).

Tendo discutido o princípio de união e, no interior deste, em linhas gerais, mostrado que, na sociossemiótica, o termo competência amplia-se, porque diz respeito não apenas às modalidades, mas também, à estesia, o que instaura um sujeito capaz de superar a lógica juntiva, cujo funcionamento é ao modo de uma leitura segmentadora, pela lógica da união, fundada na captura dos efeitos de sentido presentes de imediato

nas qualidades sensíveis dos objetos, passaremos ao último dos princípios que alicerçam a proposta landowskiana, qual seja: o de papel.

O papel é também um termo extraído da gramática narrativa, mas que, igualmente à noção de competência, é ampliado por Landowski (2014), visando à integração entre a dimensão cognitiva, priorizada nos percursos consolidados pela Semiótica greimasiana (isotopia, narratividade, etc.), à dimensão sensível. Nesse sentido, são previstas diferentes configurações estruturais desse termo, a saber: (a) *papel temático*, marcado pela regularidade e fixedez, o de artesão, por exemplo; (b) *papel actancial*, cuja mutabilidade relaciona-o à competência modal; (c) *papéis existenciais*, caracterizados pela competência estésica e (d) no caso do “azar”, que em virtude da ausência das competências modal e estésica na sua instauração, tem um *papel estocástico*, não regularidade e imprevisibilidade e, por fim, o “acaso” que abrange dois papéis, um *papel crítico*, ele pode decidir, independente do regime, e um *papel catalítico*, isenta-se de qualquer repercussão ligada aos efeitos por ele produzidos. Tais papéis correspondem, respectivamente, aos regimes de programação, manipulação, ajustamento e assentimento.

Landowski, ao passo que alicerça a sociossemiótica com elementos do nível narrativo, também os redimensiona, e assim contribui na construção de modelos semióticos que busquem dar conta da complexidade dos discursos humanos, os quais abrangem tanto os conteúdos inteligíveis quanto os sensíveis. A manipulação, seguindo essa ótica, ultrapassa a sua tradicional alocação em uma das fases do percurso canônico da narratividade, e se torna um dos tipos de interação por nós desempenhada no cotidiano de nossas relações. Vejamos agora como podemos inserir a manipulação no esquematismo tensivo.

3.4 A contribuição do fazer missivo de Zilberberg no desenvolvimento da semiótica da manipulação: o caso do antissujeito

3.4.1 Tudo começa pela gramática do afeto

A gramática do afeto estipulada por Claude Zilberberg ([2006] 2011a), atenta a dois movimentos comuns de nossa existência, o dos acontecimentos que nos surpreendem e o dos estados, cuja permanência confere-nos identidade. Ela dispõe de um modelo analítico que mede a afetividade e enumera esses estados. Para tanto, foi preciso considerar a “afetividade na sincronia, como um conjunto de funcionamentos descritíveis, analisáveis e sobretudo ‘gramaticalizáveis’ ” (ZILBERBERG, [2006] 2011a, p.27), o que apenas se tornou exequível pelo respaldo da Linguística.

Um Estruturalismo linguístico de difusão bastante restrita (não se trata, naturalmente, do binarismo praguense) legou a Zilberberg fundamentos para a operacionalidade do esquematismo tensivo – como ele prefere chamar seu modelo. Referimos à forma, fundada por Saussure e ordenada por Hjelmslev, e à dialética dos sistemas de Brøndal, já assinalados no paradigma semiótico à Greimas (ZILBERBERG, [1988] 2006).

É amplamente difundida a afirmação saussuriana de que “a língua é uma forma e não uma substância” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 141), a partir da qual podemos reconhecer a propriedade de construto abstrato de que goza esse conceito de língua. Conjunto de relações dedutível das realizações concretas, a língua é o sistema imanente e regular de uma coletividade, portanto, um fato social.

Esse edifício abstrato que estrutura a variedade do uso concreto por uma comunidade linguística ocupou o pensamento hjelmsleviano. Submetida ao rigoroso raciocínio do linguista dinamarquês, a noção de forma passa a ser considerada em sua relação com a de substância. Para tanto, é formulada uma função semiótica, a qual prevê

a existência de dois planos da linguagem: o da expressão e o do conteúdo – cada qual tem uma forma e uma substância. A forma do conteúdo concerne às diferenças e às regras de combinação dos conteúdos – a distinção entre carnívoros e herbívoros ou carniceiros e vegetarianos, e a regra combinatória de que artigos precedem os substantivos, por exemplo. A substância do conteúdo diz respeito aos conceitos (tigre é um animal carnívoro). A forma da expressão concerne às diferenças e às regras de combinação da expressão – a diferença entre consoantes vozeadas e não-vozeadas e a regra combinatória de que vogais pretônicas antecedem o acento tônico, por exemplo. Finalmente, a substância da expressão pode ser sonora, visual, mimética etc. Ao precisar-se a continuidade entre forma e substância, é resolvido o problema da separação, feita no *Cours*, desses *strata*, uma vez que “a substância depende exclusivamente da forma e que não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe uma existência independente” (HJELMSLEV, [1943] 2009, p. 55). Apenas ao se desconsiderar a função semiótica é que se torna possível especular a precedência da língua ao pensamento e vice-versa. A proposta hjelmsleviana é justamente a da irrelevância de tal precedência e que, ao invés disso, tome-se como parâmetro a estrutura expressão e conteúdo.

Além de Hjelmslev, outro importante linguista dinamarquês do Círculo de Copenhague foi Viggo Brøndal, o qual concebeu descrever as várias possibilidades de organização e de possíveis devires de um sistema, nos seguintes termos: (A) neutro; (B) negativo e positivo; (C) complexo e (D) complexo negativo e complexo positivo. No caso do tipo de relações que acontecem em B, tem-se uma contrariedade, já no de D, uma dominância. O princípio de solidariedade, isto é, a dependência entre o negativo e o positivo é que forma a contrariedade, a conjunção de opostos. De outra parte, é a polaridade que constitui a disjunção. O neutro tem sua autonomia assegurada uma vez que se opõe tanto ao negativo quanto ao positivo, tornando-se isolado. Isolado também é o complexo, no entanto, é conjuntivo, porque “os caracteres opostos ou contrários, nitidamente separados pelos termos polares e excluídos pelo termo neutro, são intimamente reunidos pelo termo complexo” (BRØNDAL, 1943, p. 16 apud ZILBERBERG, [1988] 2006, p. 66). Ocorre, então, uma relação de solidariedade entre

as dominâncias, as oposições, e uma conjunção entre os termos complexos (ZILBERBERG, [1988] 2006).

Essas ideias constitutivas do contínuo Saussure-Hjelmslev-Brøndal confluem no desenvolvimento da semiótica de Greimas e seus pares. Como principal resultado, absorve-se que é a relação que ilumina os termos e não o contrário, o que fundamenta o quadrado semiótico – o qual foi exposto no *Capítulo 1*.

A título de retomada, sabemos que o quadrado semiótico ou estrutura elementar da significação, na primeira geração, inspirou-se no *binarismo* praguense e orienta sua lógica pelas relações de oposição exclusivas, morfologicamente, *ou*. Para a realização de A, é preciso da virtualização de B, e vice-versa, conseqüentemente, A *ou* B. Na segunda geração, inspirada na *participação* dinamarquesa, as relações são complexas, morfologicamente, *e*. Trata-se de um tipo de relação de coexistência, em que A e B são realizados. Todavia, embora a complexidade estivesse prevista no quadrado, seu desdobramento sintagmático, nos diferentes níveis de geração do sentido, apenas passou a integrar os modelos recentemente. Sobre esse assunto, assim se coloca Zilberberg ([1988] 2006, p. 69):

o quadrado, semiótico exclui, em sua versão transformacional, o neutro e o complexo. Esses termos aparecem, por certo, no sistema, porém não no processo. A dinâmica do quadrado semiótico se fundamenta na gradualização dos contraditórios e não prevê qualquer algoritmo especial para os termos neutro e complexo.

O esquematismo tensivo, ao colocar a complexidade no centro de suas reflexões, é fecundo quanto ao modo de reintegrá-la à Semiótica geral. A solução encontrada pela teoria tensiva foi a da continuidade e da complementação – não se trata de uma nova teoria, isto é, de outra semiótica, mas da incorporação de elementos a partir dos quais se possam ampliar dimensões de análise, o que impõe adequações ao ferramental teórico-metodológico. Assim, pondo-se ao lado da diferença saussuriana e da dependência hjelmsleviana, realçam-se as grandezas afetivas, com vistas a tratar da medida e do

valor dos intervalos. Para tal empreendimento, três princípios são nucleares (ZILBERBERG, [2006] 2011):

- (1) A *estrutura*, pensada conforme conceituação de Hjelmslev, “entidade autônoma de dependências internas” ([1948] 1991, p. 29);
- (2) A direção da *foria*, mas sem exclusão da descontinuidade, uma vez que tanto o contínuo quanto o descontínuo só fazem sentido em solidariedade;
- (3) O *afeto* como valor.

Uma das premissas do esquematismo tensivo é a da complexidade, a qual se subdivide em quatro tipos. A *complexidade discursiva*, o entrelaçamento entre o todo e as partes. A *complexidade de composição*, uma justaposição dos pontos de interseção entre feixes de relacionamentos, cuja existência está a cargo das dependências. A *complexidade de constituição*, preocupando-se com a geração dos termos neutro e complexo do quadrado semiótico, focaliza o problema da coexistência dos contrários. A *complexidade de desenvolvimento*, preferida pela gramática tensiva, trabalha com a interpenetração, a interação das grandezas em contato (ZILBERBERG, [2006] 2011a).

De fato, o que se busca é tornar operacional a noção de complexidade (conceito tão em voga, atualmente, que parece uma prerrogativa do fazer científico³² dos nossos dias, mas que, não raro, limita-se, no entanto, à mistura de pontos de vista distintos sem implicar, necessariamente, clareza quanto à coerência epistemológica da disciplina que se abre a tal mistura³³). A partir da relação como dependência, investe-se na qualificação heurística de semelhante noção. No entanto, ao incorporar a lógica da participação, não

³² A esse respeito, e considerando apenas as ciências da linguagem, referimo-nos ao interesse delas, na fase atual, em estudos sobre a instância da enunciação que, por sua vez, avançam as reflexões da fase anterior, que se consolidaram em torno do enunciado. Compreendemos essa fase anterior como fortemente ancorada numa “*episteme* da estabilidade” (FIORIN, 1996, p.17). “São estáveis a sincronia, o paradigma, a isotopia, a coerência, a norma, o sentido primeiro, a denotação etc.” (p.17). Aquela (a fase atual), de outra parte, que se vem fazendo com base nos esforços de diferentes linhas teóricas e disciplinares, incide sobre aspectos como paixão, corpo, vivido, experienciado, os quais são indissociáveis da enunciação e vão trazer, por seu turno, o interesse pela reflexão sobre instabilidades e a tensão entre os elementos observados.

significa que Zilberberg ([2006] 2011a) elimine a da exclusão. Ora, apenas se reconhece uma distinção semiótica quando se parte de uma dualidade [a/b], contudo, não basta isso, deve-se avançar para a apreensão da sequência de graus que se processa entre [a/b]. É por esse motivo que para Zilberberg ([2006] 2011a, p.22) “dizer que [a] se opõe a [b] equivale a dizer que [a] se afasta em maior ou menor medida de [b], e esse afastamento tem de ser avaliado pela razão mesma de que ele corresponde à sua própria definição”. Com a tensividade, reconciliam-se, pois, a qualidade e a quantidade.

Precisamos então lembrar que a tensividade é o lugar imaginário em que a intensidade (os estados de alma, a afetividade, a continuidade) se une à extensidade (os estados de coisas, a inteligibilidade, a descontinuidade). É essa junção que define um espaço tensivo, o qual recebe e qualifica as grandezas que entram no campo de presença. Porque entra nesse espaço, toda grandeza discursiva qualifica-se, primeiramente, como intensidade e extensidade e, depois, pelas subdimensões que as controlam. Tem-se uma desigualdade criadora que liga a extensidade à intensidade; por conseguinte, há uma dependência dos estados de coisas aos estados de alma (ZILBERBERG [2006] 2011a). Vejamos a célula tensiva:

Figura 27 Célula estrutural da tensividade.

³³ No texto *Interdisciplinaridade: triagem e mistura na identidade da Semiótica*, Lopes e Beividas (2012) refletem sobre a importância da triagem para a homogeneidade, coerência e identidade da disciplina, mas também, do necessário diálogo com a “alteridade” para que haja a difusão do saber semiótico no universo acadêmico mais amplo e, antes de mais nada, para que a semiótica não se converta em um saber autárquico, isolada da epistemologia de seu tempo.

O valor é a associação entre uma valência intensiva e uma valência extensiva. A tensividade (o global) e o valor (o local) são partes integrantes da complexidade de desenvolvimento. Já que uma análise é uma divisão, cada uma de suas dimensões tem um funtivo: a intensidade (impactante vs. fraco) e a extensidade (concentrado vs. difuso). São esses pares que controlam o acesso ao campo de grandeza, cuja medida se faz pela proporção do impacto que sua irrupção traz em si, enumerável em termos de mais e de menos. A extensidade é avaliada por triagens (princípio da participação) e misturas (princípio da exclusividade). O intervalo da intensidade se dá nos graus entre o par impactante vs. tênue. Já o da extensidade, atua entre os graus do intervalo marcado pelos termos concentrado vs. difuso (ZILBERBERG [2006] 2011a). A intensidade tem por subdimensões o andamento e a tonicidade; a extensidade, a temporalidade e a espacialidade.

A intensidade é uma força, cujo ser é um fazer, já que faz sentir os seus efeitos como uma “precipitação”, uma “subitaneidade”. A extensidade é a extensão do campo controlado pela intensidade, o qual é, primeiramente, temporal. As valências da intensidade e da extensidade assumem a posição de dimensões suas subdimensões são, respectivamente, o andamento e a tonicidade e a temporalidade e a espacialidade (ZILBERBERG [2006] 2011a).

As dimensões são divididas em foremas, que reconhecem a direção, o intervalo e o elã. Os dois primeiros são os pressupONENTES que mantêm a dependência em relação ao último. O cruzamento de três valências com quatro subdimensões produz, de acordo com Zilberberg ([2006] 2011a, p. 74):

<i>Dimensões</i>	Intensidade Regente		Extensidade Regida	
Subdimensões foremas	Andamento	Tonicidade	Temporalidade	Espacialidade
Direção	aceleração vs. desaceleração	Tonificação vs. atonização	foco vs. apreensão	abertura vs. fechamento
posição	adiantamento vs. retardamento	Superioridade vs. inferioridade	anterioridade vs. posterioridade	exterioridade vs. interioridade
elã	rapidez vs. lentidão	tonicidade vs. atonia	brevidade vs. longevidade	deslocamento vs. repouso

Figura 28 Rede dos foremas de direção, posição e elã.

Enquanto a gramática intensiva concerne aos aumentos e diminuições, a extensiva atenta-se às triagens e às misturas. São as categorias aspectuais (*mais* e *menos* e combinações) que garantem o funcionamento do sistema, tanto pela orientação ascendente ou descendente quanto pela “analísibilidade” – a conversão em foremas locais, atribuindo a cada subvalência uma direção tensiva e uma identidade precisa (ZILBERBERG [2006] 2011a).

O enfoque sintagmático estuda as progressões como ascendência e descendência. Paradigmaticamente, a distinção operada é entre subcontrários e sobrecontrários. Zilberberg ([2006] 2011a) presume que há os sobrecontrários tônicos e distantes e, por outro lado, os subcontrários átonos e próximos, em que a tonicidade vale como manifestada e a distância, como manifestante. Estabelece-se, então, um intervalo que comporta um gradiente que vai de [s1] até [s4], com uma pausa, primeiro, em [s2] e, depois, em [s3]. Os termos [s1] e [s4] são sobrecontrários, e [s2] e [s3] são subcontrários. Visualizemos isso por meio desta rede desenvolvida por Zilberberg ([2006] 2011a, p. 79):

S1	S2	S3	S4
Sobrecontrário	Subcontrário	Subcontrário	Sobrecontrário

Figura 29 Rede de relações entre sobrecontrários e subcontrários.

É de se registrar a oposição de [S1] e [S4] em relação à [S2] e [S3], mas também a própria oposição no interior dos dois intervalos: o maior [S1 ↔ S4] e o menor [S2 ↔ S3]. A sequência [S1 – S2 – S3 – S4] é manifestante e a alternância [S1 ↔ S4] vs. [S2 ↔ S3], manifestada. Isso não elimina a complexidade, uma vez que se uma análise selecionar n termos, o número de termos complexos realizáveis terá uma unidade a menos [$n - 1$], o que fornece os seguintes possíveis: [S1 + S2], [S2 + S3] e [S3 + S4] (ZILBERBERG [2006] 2011a).

Notadamente, há uma desigualdade entre os dois intervalos, isto é, o intervalo dos subcontrários está contido no dos sobrecontrários. Dessa desigualdade elementar, Zilberberg ([2006] 2011a, p.79) deduz duas formas-afeto:

- a falta, a projeção do [S1 ↔ S4] sobre o [S2 ↔ S3] e
- o excesso, a projeção do intervalo [S2 ↔ S3] sobre [S1 ↔ S4].

Dessa maneira, a continuidade não opera sem a descontinuidade, mas há um rearranjo e, assim, a falta (a descontinuidade) recebe seu correlato paradigmático, o excesso (a continuidade). Com efeito, o enfoque da inteligibilidade dos discursos, desde os idos de 1960, consolidou modelos fartamente verificados em textos concretos dos mais variados planos da expressão, fecundos foram os avanços para a análise do enunciado. Mas com os estudos da enunciação, em que dimensões como a das paixões, a partir dos anos 1990, concentraram os interesses e esforços dos semiotistas, ganharam bastante

projeção os debates sobre a afetividade. No entanto, não se trata da mudança do inteligível para o sensível, mas da integração deles. O trabalho de Zilberberg, conforme vimos acompanhando até aqui, é exemplar no que tange a esse sentido de participação, tão salutar aos rumos da semiótica.

O explícito interesse de integrar o sensível ao inteligível, acompanhado do aparelho conceitual e analítico que torne isso exequível, é basilar nos textos zilberberguianos. Contudo, consideramos que podemos também extrair dos estudos do semioticista francês uma contribuição relevante para o avanço da semiótica da manipulação; ao afirmá-lo, o que temos em mente é a questão do fazer missivo.

Antes de iniciarmos a discussão sobre o fazer missivo, compete-nos lembrar que, no *Dicionário de Semiótica I*, recomenda-se que, para o avanço dos estudos sobre a manipulação, seria necessário ultrapassar o espaço da narratividade e seguir para o das práticas semióticas. Desde então, essa construção tem sido empreendida por vários semioticistas. Greimas e Courtés ([1979] 2008, p.303) instruem ainda que a “elaboração de uma verdadeira **semiótica da manipulação** [...] deveria poder constituir-se a partir do percurso narrativo do Destinador inicial, e levar em consideração, não somente a manipulação do sujeito” [...], mas também “a do antissujeito (com a estratégia da astúcia que permite, por exemplo, operações de ‘recuperação’, de ‘subversão’ etc.)”. Nesse aspecto, acreditamos que a missividade pode desempenhar aí um papel destacado.

3.4.2 Sobre o fazer missivo

Em *Razão e poética do sentido* (ZILBERBERG [1988] 2006), introduz-se o termo *missividade*, designando uma atividade própria da sintaxe, que se encarregaria pela direção do sentido. É consabida a função da sintaxe como mobilizadora da semântica, entretanto, nesse texto zilberberguiano, a proposta é a de mostrar o fazer missivo como algo cuja especificidade é sintática. Para tanto, parte do fundamento de que a foria, ao

conotar os conteúdos, contrastar as dêixis e indicar os valores, pode ser desenvolvida no nível sintático.

A foria designa, segundo o Houaiss [2001] 2008, p. 1.371, o “que leva adiante, que impele, que produz”. Sua função é, pois, a de dar direção à timia – do grego *thymós*, “disposição afetiva fundamental”, que articula “o semantismo diretamente ligado à percepção que o homem tem de seu próprio corpo” em termos de euforia vs. disforia, cuja função é a de transformar os conteúdos da base semântica fundamental axiologicamente, conotando como “eufórica uma dêixis do quadrado semiótico e como disfórica a dêixis oposta”, o que “provoca a valorização positiva e/ou negativa de cada um dos termos da estrutura elementar da significação” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p.505). Essa coextensividade da foria aos conteúdos, seu papel de transporte, é o que a perfila ao domínio da sintaxe.

Disso se conclui que a foria é diretora, posição que será combinada por Zilberberg ([1988] 2006) à categoria que se articula em tensão vs. relaxamento, a qual será aspectualizada pela segmentação em intenso vs. extenso. Neste, o tempo é originante, repara uma perda, e o espaço difunde-se, ocupa o campo dêitico. Naquele, o tempo é expectante, de espera do processo que a elimine, e o espaço é concentrado. Temos aí a configuração do dispositivo tensivo; veremos, agora, a do missivo.

Considerando que “todo momento da cadeia é um lugar de mobilização emocional e, eventualmente, de resolução de um contraste entre um programa e um antiprograma” (ZILBERBERG [1988] 2006, p.133), a foria é focalizada como remissão vs. emissão, categoria articuladora do fazer missivo, cuja célula estrutural é:

Figura 30 Célula estrutural do fazer missivo.

O valor remissivo refere-se à parada, o que acontece em razão de um antiprograma. O emissivo, de outra parte, diz respeito à parada da parada, isto é, voltar à continuação, o que demanda um programa de continuidade (ZILBERBERG [1988] 2006).

Analiticamente, contrastam-se os subvalores emissivos de ardor e arroubo aos remissivos de inibição e de parada, resultando na dominância figural de um sobre o outro (ZILBERBERG [1988] 2006).

A partir do papel discretizador do tempo, o fazer missivo distingue uma temporalidade remissiva, quando o domínio é da continuação da parada e, no momento em que esta é interrompida, uma temporalidade emissiva que passa a ser dominante. Com razão inversa à do tempo, a espacialidade, pela remissão, configura uma cronopoiese, ou seja, “implosão” do tempo e fechamento do espaço; e, pela emissão, uma cronotrofia, isto é, “explosão” do tempo e abertura do espaço. Observemos esquematicamente (ZILBERBERG [1988] 2006, p.137):

FUNÇÕES	Eu	Agora	Aqui
	Fazer remissivo	Cronopoiese	Fechamento
	↓	↓	↓
FUNTIVOS	Fazer emissivo	Cronotrofia	Abertura

Figura 31 Relação funções-funtivos da missividade.

Notadamente, a instância da enunciação cria tempo, se a remissão sobrevém e, dessa maneira, “concentra”, “nominaliza” e “modaliza”. É criadora de espaço, por sua vez, pelo advir da emissão, que “difunde”, “verbaliza” e “narrativiza”. De fato, no nível figural, o “eu” é o campo de “intersecção e arbitragem entre tempo e espaço: o tempo

seria apenas a contenção do espaço assim como o espaço seria apenas o desdobramento do tempo” (ZILBERBERG [1988] 2006, p.137).

A principal incumbência da missividade é, com efeito, a de acolhida dos valores tensivos e sua conversão, no nível narrativo, no ajuste com os valores modais, em valores emissivos e remissivos. Para Zilberberg ([1988] 2006), isso é possível porque o percurso gerativo do sentido, ao operar pela transvaloração, permite esse tipo de mediação. Além disso, esclarece-se o modo como se convertem os valores dos níveis postos como fundamental, narrativo e discursivo pelo pressuposto nível missivo que, ao vincular a tensividade à narratividade, reabilita o tempo e o espaço no processo completo de produção do sentido e, não apenas, reservando-os à discursivização.

Seguindo o raciocínio zilberberguiano, notamos que a modalidade pressupõe a missividade, já que esta age com a predicação, a categorização e o controle do fazer modal. Tal controle, exercido em primeiro grau, distingue um de segundo grau que, pela relação com as modalidades de fazer ou factivas e as modalidades de estado ou páticas, estabelece os registros cognitivo e pragmático (ZILBERBERG [1988] 2006, p. 139):

	Fazer remissivo (cessar)	Fazer emissivo (cessar de cessar)
Modalidades factivas	Cognitiva: ignorar Pragmática: dever	Cognitiva: prever Pragmática: querer
Modalidades páticas	Cognitiva: espantar-se Pragmática: interromper-se	Cognitiva: crer Pragmática: esperar

Figura 32 Quadro das modalidades factivas e páticas.

A tensão de base geradora dessas relações entre o fazer modal e o fazer missivo é a parada vs. parada da parada, cuja contraparte é a descontinuidade, “o que pára ou se

interrompe, a *stase*, e modaliza o ser como *ek-stase*, descontração, como aquilo que continua”, e a continuidade, “o que não cessa, a foria, e modaliza o ser como repouso, forma, figura, equilíbrio” (ZILBERBERG [1988] 2006, p. 140).

A tensividade e a missividade fornecem aos actantes sujeito e objeto as funções de direção e recção, (ZILBERBERG [1988] 2006, p. 140):

	Direção	Recção
Fazer emissivo	Transujeito/sujeito	Sujeito/subobjeto
Fazer remissivo	Sujeito/antissujeito	Sujeito/abjeto

Figura 33 Quadro das funções direção e recção pelos actantes sujeito e objeto.

Ocorre uma relação entre transujeito e sujeito (equivalentes parafrásticos, respectivamente, de destinador e destinatário) responsável pela emissividade. De outra parte, a relação entre sujeito e antissujeito responde pela remissão, a qual pode sofrer um deslocamento de que resulta a categoria antissujeito vs. anti(antissujeito). O cotidiano é prenhe de situações que ilustram tal deslocamento. Zilberberg ([1988] 2006), atento a isso, oferece um exemplo digno de registro: o caso do agressor que, ao se comportar como vítima, culpa o agredido de tê-lo provocado.

A relação entre sujeito e subobjeto denuncia certa identidade entre sujeito e objeto. Temos uma coexistência que dota o objeto de uma dimensão subjetal. Instaurada a remissividade, surge o abjeto que, narrativamente, explica-se pela não-conjunção com o objeto e, aspectualmente, pela “transgressão, ou não, de um *limite*” (ZILBERBERG [1988] 2006, p. 142).

Ao focalizar o objeto com as modalidades do saber e do crer, Zilberberg afirma que se pode falar de perobjeto que, privilegia o crer, cujos valores são emissivos, de

conservação do objeto. Mas também da criação do an-objeto que modalizado pelo saber, orienta-se pela remissão, cujo efeito é o da extenuação do objeto. Donde se depreende que “os conceitos de *sujeito* e de *objeto* tomam, nessa óptica, um caráter especial decorrente de sua flexibilidade e de sua capacidade de deformação” (ZILBERBERG [1988] 2006, p. 143), o que possibilita ao semioticista francês pensar sobre a estetização dos objetos.

A dimensão estética dos objetos segue o prisma subjetal e, a partir da categoria ativação vs. passivação, prevê a ativação do objeto e a passivação do sujeito, de que decorre o efeito de sentido da “emoção estética”, cujo resultado é a estetização. Por outro lado, a etização, isto é, a moralização, impõe a existência, lado a lado, de um sujeito ativo e de um sujeito passivo, pático, que obedece às regras morais. Em suma:

A estética é esse comércio, esse encontro, esse lugar de troca entre um objeto ativo, factivo, e um sujeito passivo, pático, enquanto a ética põe em confronto um sujeito ativo e um sujeito passivo. A assunção do objeto no caso da estetização e a participação do sujeito no caso da etização – que faz do sujeito ético um sujeito “responsável” – são criadoras de tensões, de tempo e, evidentemente, de valores (ZILBERBERG [1988] 2006, p. 145).

É preciso notificar mais duas considerações quanto aos vínculos entre o fazer missivo e a narratividade. Primeiramente, que o destinador assegura a eficácia missiva, já que é à sua ação que responde o destinatário com um agir ou um sofrer. Em segundo lugar, que ao antiactante cabem os valores de remissão, cuja persistência, causa, no texto, o efeito de progressão.

Por fim, o fazer missivo, ao aspectualizar os graus e os limites, propõe-se a resolver o problema da conversão do percurso gerativo do sentido e integra espaço e tempo pela sua interface com a parada, que “é limite para a foria e forma para a topia” (ZILBERBERG [1988] 2006, p. 143).

3.4.3 Missividade e manipulação

As paradas e as continuidades, tão marcantes na vivência dos sujeitos, caracterizam o fazer missivo. A estrutura da manipulação, ao prever o percurso da ação de um homem sobre outro homem, é enriquecida com a incorporação da missividade: as formas desdobradas da polemização narrativa (destinador vs. antidestinador, sujeito vs. antissujeito, programa vs. antiprograma) complementam-se pela direção fórica – o que permite demonstrar não apenas a manipulação do sujeito, mas também a do antissujeito, conforme recomendação de Greimas e Courtés ([1979] 2008).

Recorrendo a Luiz Tatit, além da notável clareza com que integra estruturas actanciais às tensivas, encontramos orientação segura para o entendimento do papel da missividade nos textos. No seu estudo sobre as relações e o papel das formas e dos afetos semióticos subjacentes à figuratividade de contos de Guimarães Rosa, principalmente, no capítulo *O destinador transcendente – Nada e a nossa condição*, demonstra o lugar do conceito de presença na “ativação e desativação das funções de destinador e antissujeito” (2010, p.16).

O capítulo mencionado visa a demonstrar que o actante destinador tem, sintaxicamente, valor transitivo e, modalmente, o poder de determinar o curso da narratividade. Porém, conquanto Greimas e Courtés ([1979] 2008) atribuam ao destinador apenas a aspectualização incoativa, manifestada pela manipulação, e a terminativa, que ocorre no momento da sanção do fazer do sujeito, Tatit (2010) avança com a definição do coeficiente tensivo do destinador transcendente, o que inclui a duratividade e, com isso, completa as fases de todo processo. Diz ele que a característica essencial desse tipo de destinador é o compromisso com a continuidade, donde provém sua configuração sob a égide do valor emissivo, a partir do qual, desencadeia a ação, observa-a e, caso haja risco à sua continuidade, intervém. Assim, se os autores do *Dicionário* previam que era necessário, para levar adiante o conceito de manipulação, ter em conta o lugar do destinador na ação também do antissujeito – “com a estratégia da astúcia que permite, por exemplo, operações de ‘recuperação’, de

‘subversão’ etc.” (GREIMAS; COURTÉS [1979] 2008, p.303) – já que até então o destinador vinculava-se, unicamente, às atuações do sujeito; com o fazer missivo tem-se o mecanismo gerenciador desses movimentos narrativos.

No caso do destinador transcendente, que, cifrado pela abertura, incumbe-se de cessar o que cessa, quer dizer, tornar sem efeito as estratégias do antissujeito, a emissividade é o valor por excelência, o único recurso ao domínio da remissão,

na medida em que os valores remissivos, deflagradores dos antiprogramas narrativos, respondem pelas saliências, pelos pontos de conflito que precisam ser ultrapassados. A superação dos embates, por sua vez, retraduz a noção de continuidade em termos de negação dos obstáculos ou, como já dissemos, de *parada da parada*. Cabe ao destinador, portanto, administrar essa constante retomada de percurso que assegura nossa impressão de progresso narrativo (TATIT, 2010, p. 25).

O estatuto propriamente sintático da missividade, de que nos fala Zilberberg ([1988] 2006), decorre da focalização da narrativa pelo puro fazer, salientando-se, assim, seu caráter de transformabilidade ou de transição, o qual tem autonomia diante das intencionalidades ou concretizações discursivas. Seu funcionamento, como já tivemos ocasião de destacar acima, está a cargo dos valores missivos, que garantem a plena complementaridade das funções actanciais (a persuasão do destinatário pelo destinador e a atração do sujeito pelo objeto) e são indissociáveis das forças antagonistas, potencializadas, quando não estão em atividade, mas cuja existência, junto às forças protagonistas, estabelece a tensão no âmbito da narratividade (TATIT, 2010).

Nesse bojo, é digno de atenção o papel da missividade no relevo alcançado pelo destinador transcendente: a inflexão da parada da parada. Imbuído da função transitiva, a razão de ser desse destinador é assegurar ao sujeito a permanência de sua busca pela junção – que se obtém com a articulação entre disjunção e conjunção, as quais representam fases do mesmo intervalo de continuação do sujeito. Com isso, sua perspectiva é a de ligar funções opostas, e não, separá-las. Isso é possível porque se situa num patamar de geração de sentido de maior profundidade que o das sequências

inicial e final da narratividade, respectivamente, a manipulação e a sanção (conquanto, a depender da situação, manifeste-se como uma dessas sequências), podendo, dessa maneira, sobranceiramente, instalar-se acima de todos os percursos de ações e de paixões de um sujeito. “Ele acolhe as interrupções como elementos indispensáveis à continuidade. É por seu intermédio, pela força transitiva de sua atuação, que as narrativas não param” (TATIT, 2010, p. 20).

O termo complexo, ao incorporar elementos opostos, revela a tensão no lugar da incompatibilidade entre contrários, sendo-lhe própria a lógica das passagens e dos intervalos, pouco afeita à fixação duradoura em extremos, é sua característica a de ser o esteio da função destinador transcendente. “Sua presença, aliás, significa passagem, eterna passagem, em cujo interior os termos polares não são mais que memória e antevisão” (TATIT, 2010, p. 22). Como a complexidade inibe a divisão interna e as exclusões, sua propriedade é a do trânsito “de um termo simples a outro, de tal modo que o primeiro continua participando da instância do segundo e vice-versa” (TATIT, 2010, p. 22). Instala, portanto, o sentido de participação (HJELMSLEV, [1948] 1991) no processo narrativo.

É ao termo complexo junção que cabe direcionar os termos simples à conjunção ou à disjunção com os valores pleiteados, o que imprime a intencionalidade narrativa, cujo promotor precípua é o destinador, o qual investindo no domínio da emissão, ainda que o sujeito abra “mão dos bens e dos valores”, tem em tela exibir “sua conjunção com o valor maior: *poder* sustentar a continuidade narrativa em qualquer de suas orientações” (TATIT, 2010, p. 26). Apenas essa complexidade torna operacional a função de destinador transcendente já que, ao instalar a abertura, numa sequência de oclusão, estabelece o ritmo e a direção da continuidade na dependência do fechamento, cuja abertura só se faz pela falta que atrai a plenitude. De todo modo:

não havendo uma segurança conjuntiva, há pelo menos uma segurança juntiva que alterna disjunção e conjunção. Nesse sentido, estar em disjunção corresponde precisamente a estar a caminho da conjunção, visto que ambos os termos são necessários para saturar a junção, valor maior – e complexo – que permanece intacto (TATIT, 2010, p. 30).

Desde o nível tensivo-fórico, em que não se afiguram ainda os valores modais, o principal interesse do destinador transcendente é o de levar o destinatário-sujeito a fazer. Para a garantia do andamento do percurso, a sua progressão na expectativa da manifestação desses valores, os actantes vinculam-se aos valores emissivos, “aqueles que, em nível profundo, denegam os limites e, na superfície, instruem as noções processuais” (TATIT, 2010, p. 31-32) – o que quer dizer construir uma estrutura, de fato, sintática que, de tão abstrata, é pura continuidade. Por conseguinte, o destinador transcendente “não arbitra sobre valores ideológicos; sua função é revelar o dispositivo sintático que faz a vida progredir” (TATIT, 2010, p. 32). Com efeito:

O que está em jogo, no fundo, é a missão dinâmica e ao mesmo tempo trágica, do destinador transcendente: fazer o sujeito prosseguir em sua busca de valores, a despeito da inexorabilidade de seu estado final de disjunção com toda e qualquer conquista (TATIT, 2010, p.35).

A reflexão de Luiz Tatit demonstra que “o antissujeito representa uma força de contenção da trajetória do sujeito, produzindo o que chamamos de segmentos narrativos” e, conseqüentemente, “o destinador deve atuar incessantemente em sentido contrário, fazendo com que o sujeito, a cada passo, ultrapasse as barreiras que lhe são impostas” (TATIT, 2010, p.34). Notadamente, o actante destinador transcendente perfaz todo o processo e, não somente, como na visão de Greimas e Courtés ([1979] 2008), nas etapas inicial e final do percurso narrativo, em que o destinador, por não intervir no entremeio, deixava a cargo do sujeito segmentar os intervalos menores, denominados, no nível narrativo, como programas de uso. Concordando com Tatit, interessa, para os propósitos desta tese, focalizar a manifestação do destinador como sujeito da manipulação, possibilidade comentada acima. Presença, em nossa mente, daquelas narrativas que não explicitam todas as fases do percurso narrativo canônico.

Sabemos, com Fiorin, que as quatro fases da narrativa canônica (manipulação, competência, *performance* e sanção), nem sempre têm seu encadeamento estabelecido

de maneira bem arranjada, que “muitas narrativas não se realizam completamente” e que “as narrativas realizadas podem relatar, preferentemente, uma das fases” ([1989] 2009a). Tendo isso em vista, consideraremos apenas o fazer manipulador. Nessa fase incoativa, o sujeito visa a persuadir outro sujeito, o que demanda o crer deste actante, ainda não realizado nesse estágio da narrativa, em razão de termos apenas o início de um percurso, projetando-se, então, uma presença semiótica da ordem da potencialização. Referimos aos modos de presença do sujeito nas narrativas, cujo esquema encontra-se abaixo:

Figura 34 Quadro com os modos de existência do sujeito nas narrativas.

Para o entendimento desse esquema, é necessário pensá-lo no âmbito das interações intersubjetivas ou daquelas que se dão entre sujeito e objeto, as quais acontecem num domínio do discurso chamado campo de presença. A realização, a virtualização, a atualização e a potencialização correspondem, respectivamente, à conjunção, disjunção, não-disjunção e não-conjunção (ZILBERBERG; FONTANILLE, [1998] 2001) no percurso do sujeito semiótico. A introdução de um sujeito potencial é marco da edificação de bases para lidar com a continuidade. No entanto, o interesse se orientou, não mais para os estados conjuntivos ou disjuntivos, mas para a densidade da presença,

isto é, para os diferentes graus de intensidade nos textos, em que quanto mais intensos forem os afetos para o sujeito (concentrados, fortes), mais densa é a presença. Dito isso, é importante observarmos o funcionamento desses modos de existência no caso da manipulação, antes, porém, deve-se frisar que essa configuração teórica dos “grandes” modos semióticos só se consolida recentemente, em especial, no livro *Des formes de vie aux valeurs* (ZILBERBERG, 2011b).

Sabemos que o sujeito manipulador realiza um discurso tendo em vista um sujeito que creia no conteúdo veridictório de tal discurso. O sujeito manipulado, cujo fazer interpretativo implica competência modal (saber e crer), com o que aceitará ou não o contrato de manipulação proposto, potencializa esses estágios da narrativa. De fato, o que está em jogo, enquanto não se completa o percurso, é o estado de latência da modalidade que será manifestada pelo sujeito manipulado. Durante esse tempo, a aspectualização incoativa do manipulador é sentida como falta relativa a uma conjunção plena. É a situação do doutorando, cuja tese foi depositada, e que aguarda a adesão ao discurso apresentado à Banca Examinadora no dia da defesa.

A inatividade desse tipo de sujeito, pois vive um tempo expectante, em que espera o processo que a elimine (a própria espera), faz sobrevir a remissão, isto é, a inibição e a parada. Mais que sofrer a espera, no convívio com a cronopoiese – que implode o tempo e fecha o espaço – sofre, cognitivamente, com a modalidade factiva do ignorar o que lhe reserva o devir e com a modalidade pática do interromper-se, já que é necessário esperar. Tudo leva a crer que o grande antissujeito dessa pequena cena é o tempo, que não passa, parado, interrompido e, desdobrando-se deste, um diminuto espaço, concentrado numa “geografia” do tamanho do “eu”.

Contudo, é preciso que a vida volte à progressão. Isso apenas será possível, quando o destinador criar o tempo da continuação e o espaço da abertura, ou seja, no momento em que os valores emissivos cessem o que cessa. Dessa maneira, garanta-se a plena complementaridade da função actancial entre destinador e destinatário com a realização mal-sucedida ou bem-sucedida da persuasão.

Imaginar essa pequena cena importa porque serve ao debate sobre o vínculo entre missividade e manipulação. O fazer missivo, ao infletir o tônus do afeto, amplia a manipulação que, focalizada na perspectiva do sujeito do fazer, não tinha em conta a presença sensível que comove e afeta o mesmo sujeito, não apenas, mas, notadamente, quando tem sua possibilidade de agir interrompida e sofre o impacto da espera da continuação do seu percurso.

A segmentação das fases do percurso, inter-relacionáveis pelas pressuposições lógicas, deixava a lacuna concernente ao que se passa no intervalo da duração de um processo. É o caso do ato manipulatório que, concebido sob o enfoque do fazer-fazer, elidiu os conteúdos sensíveis recuperáveis pelo simulacro do sujeito da enunciação que sente e percebe a parada.

O fazer missivo, e seu entremeio entre tensividade e modalização, repercute as oscilações tensivas entre excesso e falta como remissão (parada) e emissão (parada da parada). Por ser pressuposto do fazer modal, controla e categoriza as modalidades: realiza a distinção entre as modalidades factivas e as páticas, cujas articulações são movimentadas pelos valores missivos. Dessa regulação, que ressoa e inflete a variedade de valores nos diferentes níveis da geração do sentido, podemos aferir seus efeitos seja na globalidade do processo completo seja em sua incidência local, em que num estágio, como o da manipulação, são deprensíveis o modo como numa porção de tempo e de espaço circulam estados de coisas e estados de alma de um sujeito que sente e age.

3.5 Balanço e rumos da manipulação

A faculdade da linguagem de que foi dotado o indivíduo favorece toda sorte de julgamentos éticos e estéticos relativos aos fenômenos languageiros pelas pessoas em sociedade. A manipulação, no dia a dia, é desses fenômenos, cujos agentes promotores sofrem críticas e avaliações pejorativas. Livre desse sentido corrente, a estrutura

manipulatória, na acepção semiótica, é inerente aos discursos humanos e sua síntese conceitual é o *fazer-fazer*.

O conceito de manipulação, inicialmente, liga-se somente a duas dimensões discursivas: a cognitiva e a pragmática. O querer influenciar na decisão do manipulado, de maneira a fazê-lo fazer, atualiza, no percurso do manipulador, uma performance cognitiva. O manipulado, por sua vez, também mobiliza esse tipo de estrutura, uma vez que o seu fazer interpretativo envolve os simulacros de fidúcia e de veridicção, a partir dos quais, estabelece a atividade pragmática de aceitação ou refutação do contrato manipulatório proposto e, por conseguinte, execução ou não do programa de manipulação posto em uso.

Contudo, era preciso associar a manipulação com a paixão. Tal associação foi recomendada por Greimas e Courtés (1986) sob o argumento de que a existência modal dos sujeitos concerne tanto ao seu fazer quanto ao seu ser, haja vista que, diante dos eventos com que se defrontam, não apenas agem, mas também sofrem o impacto afetivo de tais eventos.

A recomendação de Greimas e Courtés (1986) orienta para os desdobramentos pelos quais a semiótica da manipulação deveria passar. Seguindo essa linha de raciocínio, Isabel Filinich (2005) desenvolve um artigo em que discorre sobre o alcance e os limites do conceito de manipulação. Considerando que nem todo fazer-fazer configura uma manipulação, Filinich propõe que sejam diferenciadas as formas da manipulação – correspondem à organização modal e estão inscritas na narratividade, das figuras da manipulação – situadas no nível discursivo. Classifica o fazer-fazer próprio da atividade manipulativa pelo caráter implícito, como é o caso das conhecidas figuras da manipulação: intimidação, provocação, sedução e tentação. Já o fazer-fazer explícito, não configura uma manipulação. Discute ainda que, no bojo dos debates semióticos atuais voltados à dimensão passional dos discursos, é impreterível cuidar da relação entre manipulação e afetividade e, nessa direção, salienta os regimes de interação propostos por Landowski.

A semiótica da manipulação, concebida originalmente como a primeira etapa do percurso narrativo canônico, na perspectiva landowskiana, é ampliada e passa a integrar as formas de interação das atividades humanas de comunicação.

A proposta dos regimes de interação (LANDOWSKI, [2005] 2009) foi criteriosamente estudada por Fiorin (2013) que, após afirmar seu rigor quanto ao cumprimento da metodologia dedutiva da semiótica, argumenta sobre o avanço dos modelos narrativos alcançado por essa proposta. Diz ele que a programação, o acaso, a manipulação e o ajustamento fixam quatro modelos narrativos regidos, respectivamente, pela regularidade, pela eventualidade, pela intencionalidade e pela sensibilidade. Mas não se trata somente de um sistema de regimes de interação. Ao mostrar “que uma série de passagens graduais liga um regime a outro: da manipulação à programação, do ajustamento ao acidente e assim por diante” contribui também para a análise desses regimes, no processo, pelo estudo das suas superposições e das “transições entre eles, as fronteiras fluidas que os delimitam, a recursividade em sua aplicação” (FIORIN, 2013, p. 441). E, com isso, aumenta-se o valor heurístico da narratividade. De fato, para Fiorin, “depois que Greimas constituiu o chamado esquema narrativo canônico”, os regimes de interação são “sem dúvida nenhuma, a maior contribuição à construção teórica do nível narrativo proposto pela semiótica discursiva” (2013, p. 451).

Diferentemente de Landowski, o qual prevê, no quadro das interações humanas, a manipulação como uma de suas formas de manifestação, Zilberberg não desenvolveu estudo específico desse tipo de estrutura. Entretanto, as relações sintáticas missivas e tensivas contribuem para o cotejo da semiótica da manipulação. Como o estabelecimento dos níveis tensivo e missivo é inextricável da construção de qualquer semiótica, no caso do fazer-fazer, não poderia ser diferente. Tornando analisáveis as relações entre as formas e os afetos, a tensividade agrega às dimensões cognitiva e pragmática do pensamento semiótico à da afetividade. No intermédio entre as formas-afeto e as modalizações, a missividade atua na correlação entre tempo e espaço tanto pela continuidade e abertura quanto pela parada e fechamento, cujos efeitos afetam a direção tomada pelos sujeitos.

Ao construir as “bonecas pretas”, como projeto de afirmação da identidade, o sujeito quilombola fez escolhas que, mediante o exame semiótico das estratégias, dos procedimentos discursivos e dos diálogos intertextuais, são trazidas à tona pelos sentidos produzidos textualmente. Não deixa de ser interessante que, após um percurso marcado pela exclusão, inclusive da “História Oficial” (por muito tempo entendida como aquela documentada, registrada em papel), e na vivência atual do peso das consequências disso, esse mesmo sujeito quilombola invista na produção de um discurso que repita para lembrar e que o faça para afetar, para influenciar, enfim, para levar o outro a fazer. Se nos capítulos 1 e 2, tivemos ocasião de cuidar dos recursos empregados para a criação do efeito de afirmação da identidade, em que a repetição teve bastante destaque, importa também demonstrar, que igualmente relevante, é a estratégia da manipulação. Para isso, completaremos este capítulo, de reflexão teórica sobre esse conceito, com a análise prática do *corpus*. O rumo pleiteado é aquele que tem sido mantido na Semiótica greimasiana: “o de contribuir para o conhecimento da linguagem, por meio da língua e de seus discursos e, pela linguagem, do homem, ou seja, para o conhecimento discursivo do homem como ser social e cultural” (BARROS, 2012, p.166).

CAPÍTULO 4: AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA PELA VIA DA MANIPULAÇÃO

O sujeito quilombola é explícito quanto aos propósitos da prática artesanal:

“A produção e venda do artesanato de Conceição das Crioulas têm promovido geração de trabalho e renda”.

“Adquirir este produto contribui para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a consolidação de um comércio solidário”.

Explícita também é a função atribuída ao programa de uso do fazer artesanato:

“Cada peça artesanal produzida na comunidade conta a história e reafirma a identidade étnica do povo quilombola”.

Considerando, todavia, que “o explícito só tem sentido por oposição ao implícito” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 197), o que cobra interesse é desvelar o que foi ocultado. Nesse sentido, o exame semiótico consiste, justamente, em tornar o implícito explicitável. Para tanto, ao procedimento de elipse, cuja função é a da implicitação, aplica-se o procedimento da catálise que, contrariamente e em paralelo àquele procedimento, serve à explicitação dos elementos não manifestados. “Evidentemente é mais delicado aplicar essas observações à dimensão semântica da linguagem. Contudo, o próprio princípio – isto é, a definição do implícito como pressuposto lógico explicitável – pode ser mantido em todos os níveis da análise” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 258). É a partir desse princípio que são feitas as práticas analíticas desta tese; na continuidade dessa direção, vejamos o que mais foi ocultado no discurso quilombola.

Notadamente, a função de destinador foi desativada. Tal função, que se representa pela comunicação da competência modal compatível à continuidade do percurso do sujeito na busca pela junção, no quadro de uma vida cotidiana sem trabalho e sem renda, traz a incompatibilidade entre sujeito quilombola e sociedade do consumo: o limiar do não-poder sobreviver gera sua exclusão desse tipo de sociedade, o que impõe a parada.

Com semelhante situação, quem passa a atuar é o antissujeito. A partir do estabelecimento do antiprograma “não-qualidade de vida”, revela-se o seu fazer. Ao sujeito quilombola resta uma solução concessiva: o “comércio solidário”.

A expressão “comércio solidário” insere-se nos discursos da sustentabilidade os quais, a partir da década de 1970, no Brasil, trouxeram à tona as questões ambientalistas, seja pela asseveração da necessidade de o crescimento populacional ser estagnado a partir daquele momento, seja pela defesa do estabelecimento de recursos de proteção ambiental que pudessem corrigir os problemas causados pelo crescente desenvolvimento econômico das diversas sociedades. Passado o tempo, os discursos sobre a sustentabilidade difundiram-se por diversos “fóruns”, nacionais e internacionais, e, muitas vezes, foram assumidos pela humanidade como “ideal”. Nesse percurso diacrônico, ampliaram-se as acepções do termo, que se expandiu para diversas áreas do conhecimento científico e da vida cotidiana dos atores sociais, ultrapassando as fronteiras de sentidos “ambientais” – de onde se difundiram termos e expressões como: “consumidores verdes”, “ecologicamente correto”, “auto-sustentabilidade”, entre outros, cujos sentidos ainda são balizados pela lógica do mercado consumista. Para Andri Werner Stahel (1994, p.104), por exemplo,

[nos dias atuais, se pensa] ao menos implicitamente, [...] em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado. No entanto *não se colocando a questão básica quanto à própria possibilidade de tal sustentabilidade*, o conceito corre o risco de tornar-se um conceito vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo.

Com efeito, a *sustentabilidade* está alicerçada na tríade que compõe a noção de *desenvolvimento sustentável*: fatores econômicos, fatores sociais e fatores ambientais – com a predominância do primeiro sobre os demais, afinal de contas se assistiu nos últimos anos ao crescimento e à aceleração sem precedentes da tecnologia, nos quais ressoa a ideologia da sociedade pós-industrial que se baseia na dominação e na dependência e tem no consumo e no desperdício a concretização do próprio desenvolvimento econômico. Os fatores econômicos dizem respeito aos *modos de produção* de riquezas e de sua distribuição entre os atores econômicos e devem atrelar-se à reposição ou à manutenção dos índices de produtividade dos estoques naturais. Por outro lado, os fatores sociais abarcam o sistema de produção, gerando recursos para o sistema social, de modo a angariar subsídios para educação, saúde, transporte, empregabilidade etc. E, por fim, os fatores ambientais englobam o *processo produtivo e de consumo* que compreendem o meio ambiente como fonte “inesgotável” de recursos e depositário final dos dejetos gerados por eles.

A predominância de um fator sobre o outro não é coerente com o discurso da *sustentabilidade*: se são deixados de lado os fatores sociais e ambientais, há a predominância dos fatores econômicos, que se amparam na simples lógica do consumo, e (re)produzem as ideias de que “tudo” pode ser consumido, como já afirmava, há tempos, Hannah Arendt (1997, p. 147) “A era moderna, fascinada pela produtividade com base na força humana, assiste ao aumento considerável do consumo, já que todas as coisas se tornam objetos a serem consumidos”.

Superar a predominância dos fatores econômicos sobre os fatores sociais e ambientais (ou igualá-los na ordem das prioridades) significa responder “à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, [e] também de valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade em harmonia com a natureza” (LEFF, 2007, p. 57). Nas sociedades ocidentais, nas sociedades capitalistas, os fatores econômicos são os que ditam as regras da existência e da convivência entre os sujeitos e geram o grande mercado do consumo. A questão da *sustentabilidade*, nessas sociedades, passa a girar em torno, pois, de discussões sobre a maneira de o consumo ser

responsável, respaldado por critérios éticos, tanto quanto a própria produção tende a ser, levando em conta os demais elementos que compõem a tríade do *desenvolvimento sustentável*, isto é, os fatores sociais, econômicos e ambientais.

No âmbito de tais discussões, a tentativa de suspensão do paradoxo comércio (equivale a consumo, esgotamento de recursos, etc.) solidário (justo) deflagra a operação da lógica concessiva: embora o comércio se baseie no excessivo consumo e esgotamento dos recursos, ele pode ser justo, solidário. A instauração de uma prática alternativa àquelas da economia global, sobejamente conhecidas como injustas e marginalizadoras dos segmentos sem poder de consumo, é a tônica desses debates. Nesse bojo, o sujeito quilombola alça-se sob o signo da concessividade. O destinador social, “chamado a exercer a justiça” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 133), passivamente, acolhe o saber sobre o fazer concessivo com que o destinatário-sujeito precisa operar e sanciona-o com uma escolha fundamentada na polaridade do dever vs. não-dever agir. Suspendendo seu reconhecimento epistêmico sobre o ser do sujeito quilombola, o destinador alheia-se à contrapartida de justiça social e deixa a cargo do destinatário, diante da instauração da falta, a opção pela resistência ou pelo conformismo.

Ao atribuírmos a característica de suspensão ao destinador, assegura-se sua principal qualidade de sobranceio ao percurso do sujeito: seu comportamento de estar suspenso, permanentemente sobre. No entanto, subjaz também a ideia de incompletude, de inacabamento do processo. Espera-se do destinador social a conclusão do seu percurso com a sanção da recompensa (justiça) ou punição (castigo) do sujeito – o que, em se tratando da sua relação com o sujeito quilombola, efetivamente, não ocorre. Desviando-se do seu percurso canônico, o destinador social adia sua sanção imanente. Na aparência, o destinatário, diante da constrição deontológica (dever ou não dever agir), é, para todos os efeitos, um auto-destinador dotado de escolha. Na imanência, todavia, atua a camuflagem³⁴. O destinador parece ser justo, pois, oferece ao sujeito uma

³⁴ “A camuflagem é uma figura discursiva, situada na dimensão cognitiva, que corresponde a uma operação lógica de negação no eixo dos contraditórios *parecer/não parecer* do quadrado semiótico das modalidades veridictórias” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 52-53).

escolha, contudo, ele nem é justo nem injusto, porque, ao delegar³⁵ a esse mesmo sujeito a função de auto-destinador, posterga o exercício epistêmico de que resulta o término da narrativa com a retribuição negativa ou positiva do sujeito quilombola. Ao aplicar a suspensão, o destinador ganha tempo. De fato, tem-se aí um procedimento relevante para alguns espaços discursivos. É de se registrar, por exemplo, o quanto útil e comum é o uso desse procedimento nos discursos que propalam chavões como o de que todo pobre que trabalha e tem talento pode ascender socialmente – suspendendo-se as assimetrias e os desequilíbrios na distribuição dos bens capitais, o poder de mudança social é atribuído, exclusivamente, à vontade individual e, cada vez mais em tempos de neoliberalismo, ao “mérito” individual.

Tudo indica que no caso do sujeito quilombola que opta pelo “comércio solidário” atualiza-se o dever agir pela inserção nos discursos da sustentabilidade.

Tais discursos vêm se consolidando como reeducadores do homem na condução para um novo paradigma da contemporaneidade neste emergente, necessário e “outro” modo de ser e estar do homem no mundo. Nesse sentido, as mentalidades devem estar ideologicamente sintonizadas com relação, por exemplo, à origem e à reposição da matéria-prima e ao descarte (se houver) do produto pelo consumidor. Além disso, elas devem considerar o alcance do resultado da produção como resposta a demandas específicas do meio social em que se insere.

Assim, essa nova ordem paradigmática faz o sujeito querer e dever estar mais engajado social e ambientalmente, tornando-se competente porque sabe e pode agir dessa maneira, pois lhe é despertada uma nova consciência, voltada para questões ambientais e para questões sociais. O homem contemporâneo, mais informado, reflexivo e engajado, vivencia uma fase de consumo bastante diferente da do consumidor “cego” diante das vitrines, que comprava os produtos sem refletir (BAUDRILLARD, 1991), pois ele busca nos produtos valores subjetivos ligados à figuratividade e à temática ambiental ou social, que, por sua vez, o manipulam por lhe

³⁵ A delegação diz respeito à transferência de competência. Assim, se o destinador transfere sua competência de julgamento para o sujeito que, sincretizado com o papel de auto-destinador, pode, autonomamente, julgar-se apto à ação.

portarem objetos e valores eufóricos e por o sancionarem com a possibilidade de reconhecimento ou de sua inserção em grupos “ecologicamente corretos”, “eticamente responsáveis”, “política e socialmente conscientes” etc.

4.1 Produção artesanal: traços de *sustentabilidade* em Conceição das Crioulas

É de larga escala a produção artesanal nas terras brasileiras, sendo que o espaço em que ela acontece não é dotado apenas de recursos naturais, mas também de recursos humanos inseridos na cultura local, na história da comunidade, na memória do(s) grupos(s) etc. Por meio de relações intersemióticas, esses elementos de *pertença* são traduzidos no produto final, afirmando, inclusive, a existência e sobrevivência da comunidade produtora – tanto do ponto de vista de sua identidade, como de sua cultura “popular”. Ao mesmo tempo em que a produção se utiliza das potencialidades do espaço circundante para a confecção do produto, os sujeitos envolvidos nela, antes de objetivarem apenas o lucro, deleitam-se com as histórias dos antepassados que também produziram os mesmos produtos, de modo a reconhecer e perpetuar suas origens e firmarem-se como identidades sociais. As categorias de pessoa, de tempo e de espaço mesclam-se e abstraem-se no fazer artesanal, cujo produto, aproveitando um nicho mercadológico, é vendido a turistas que visitam o local – quando não, exportado. Respondem a essa estrutura de venda e compra do produto, os três fatores envolvidos no desenvolvimento sustentável: o econômico, o ambiental e o social. Os dois primeiros se retroalimentam, tendo em vista que a retirada de produtos da natureza não agride o meio ambiente. A produção, assim, deve cuidar da manutenção dos cuidados para que não ocorra a degradação do espaço por meio da ação humana. Por outro lado, do ponto de vista do fator social, este tipo de desenvolvimento sustentável traz em seu bojo ganhos notáveis com relação aos sujeitos, sendo os principais relacionados à geração de emprego e à convivência harmoniosa entre os integrantes do grupo, que se reconhecem por meio das histórias de sua comunidade.

Esta digressão sobre os discursos da sustentabilidade pode servir de abertura para uma infinidade de casos relacionados à produção artesanal, e não é diferente do que acontece com *Conceição das Crioulas*. A produção das bonecas pretas dessa Comunidade concretiza, como já mencionado, um processo de reconstrução da identidade do território e da cultura e aporta aos sujeitos nela viventes uma melhor qualidade de vida, tendo em vista as relações estabelecidas entre os fatores do desenvolvimento local descritas acima, que, por sua vez, fazem manifestar aos sujeitos o direito pleno à cidadania. A produção e o produto desenvolvidos valorizam e preservam uma estrutura de hierarquia da Comunidade que tem no feminino, bem como na ancestralidade e na liderança grupal, a sua força.

Dependendo do tempo e do espaço, o produto artesanal é mais ou menos valorizado, embora não se questione o fato de que esse tipo de produção sobreviveu à modernização da produção industrial que tem como aliada a constante reatualização dos meios tecnológicos empregados a seu favor. Produto de fazeres diversos, o artesanato manifesta relações com o grupo social de onde se origina e sincretiza um duplo papel: o *de objeto de valor* pragmático (criado com materiais abundantes e característicos de uma região, por meio de ensinamentos baseados na transmissão oral e aperfeiçoado na prática da própria produção; ele tem valores subjetivos e é passível de julgamento estético) e o *de texto* (a manifestação de discursos diversos, entre os quais se destacam o da identidade social dos sujeitos produtores, o da tradição e o da memória revisitadas que perpetuam um patrimônio cultural). O artesanato, como *objeto* e como *texto*, constrói-se concomitantemente como produto *identitário* e como produto da *diferenciação*, estabelecendo relações de sentido entre o artesão e o consumidor.

Na ação programática que o sujeito artesão executa (extração de uma raiz da terra; retirada da fibra da raiz extraída da terra; trabalho sobre a fibra para que ela chegue às propriedades com que se poderá trabalhar artesanalmente sobre ela, e cuja matéria será a fibra de caroá; que vai se tornar a matéria-prima de base para o produto artesanal boneca do quilombo Conceição das Crioulas), numa prática automática que parece dessemantizar, no percurso, os valores subjetivos, existem, com efeito,

motivações de ordem passional que promovem o querer a um estatuto de protagonista dessas ações rotineiras.

Há, na narrativa artesanal, um sujeito do estado que de virtual passará a atualizado, no discurso, por meio do papel temático *comprador*. Estabelece-se, então, o simulacro do sujeito de um fazer pragmático: o artesã(o), que sofrerá a paixão da espera fiduciária ou espera da crença, da satisfação e da confiança no fazer do outro; espera que, por sua vez, pode causar angústia em razão da eventualidade de que o contrato não seja cumprido. Mas esses sujeitos em estado de falta não se conformam ou resignam, pois, porque querem fazer, esses sujeitos produtores de artesanato marcam-se pela obstinação, paixão já discutida em capítulo anterior.

Importa que o sujeito artesão insiste na continuidade de seu percurso, e visando à sanção pragmática positiva do comprador, buscará estratégias que levem à adesão não apenas como resultado de um fazer programático e calculado, mas também, porque constrói uma manipulação que visa ir ao encontro das crenças e afetos do destinatário.

O poder-ser, de outra forma, é a modalidade necessária para que o consumidor possa assumir o papel temático de comprador. Sua relação transitiva com o sujeito artesã(o) é mediada pelo produto-boneca, objeto-valor em que são investidos valores compartilhados pelo sujeito do fazer e pelo sujeito do ser com o fito de dar continuidade ao projeto de vida do sujeito quilombola. De fato, visando à continuidade, em contraposição ao anti-programa “não-qualidade de vida”, o sujeito quilombola prepara o programa prático do artesanato, ao qual subjazem os programas de uso:

PN1: Extrair a raiz de caroá da terra;

PN2: Retirar a fibra da raiz extraída da terra;

PN3:Trabalhar sobre a fibra para torná-la matéria adequada ao artesanato;

PN 4: Produzir a boneca.

Dentro desse PN4, vêm imbricar-se outros programas narrativos de uso referentes a etapas de elaboração de cada peça, tais como:

- Fiar a boneca;
- Elaborar a etiqueta;
- Confeccionar o *folder*.

E também os programas descritivos, “de transformação de competência e de alteração de estados passionais” (BARROS, 1988, p. 32), saber, poder e querer vencer, podem ser observados nestas passagens do texto escrito no *folder*:

“Cada uma representa uma personagem marcante da história desse povo que soube a partir da união vencer grandes desafios e que continua forte e atuante na luta das comunidades quilombolas”.

“Mas o povo de Conceição quer mais. Quer ter a liberdade para expandir seus domínios, levando com orgulho a sua arte para além da caatinga cercada de xique-xiques”.

Da leitura dessas passagens, destacamos três programas narrativos de descrição ou competência modal:

PN1: saber fazer artesanato;

PN2: poder vencer os grandes desafios pela força e atuação na luta das comunidades quilombolas;

PN3: querer a liberdade.

O saber, o poder e o querer vencer os obstáculos, por meio do projeto das bonecas, realizam-se com base na atualização dos valores que articulam as figuras vegetal-terra-homem, e não vegetal vs. terra vs. homem. E, dessa maneira, o estrato abstrato /humanidade/ e /vegetalidade/, implicado no conteúdo de base ctônica, gera a transformação semionarrativa, desencadeada pelos programas descritivos, cujas figuras de superfície são: quilombola, caroá, bonecas. Acrescentaríamos ainda, parafraseando Floch (1995, p. 61), que o caroá é, portanto, a matéria e o símbolo por excelência. Articulando relações na categoria complexa natureza e cultura, aquela figura discursiva comanda tensões semionarrativas mais profundas: a transformação da semiótica do mundo natural em semiótica da prática artesanal pelo investimento semântico na categoria elementar natureza e cultura. Mais do que um objeto de atualização dos valores da ludicidade, as bonecas de Conceição fornecem elementos que, articulados, servem de acesso ao mundo da significação de uma dada cultura.

A crer no julgamento de Michel Manson, de fato, a ideia que concebia toda boneca como algo frívolo deve ser refutada, uma vez que: “não é só um brinquedo antropomórfico, e seu poder, ligado às projeções múltiplas que ela permite e suscita, é como que diluído pela abundância dos objetos que lhe emprestam parcelas dos seus charmes mágicos”³⁶ (1983, p.1). Por tais qualidades, podemos prever o interesse de pesquisadores em submetê-la ao cotejo de sua teoria de filiação.

O mais superficial e breve estudo decorrente de levantamento bibliográfico com base na chave de pesquisa “*boneca*” apresenta-nos uma variada ambientação acadêmica. História, Antropologia, Educação, *Design*, Semiótica etc. são apenas algumas, entre as várias áreas do conhecimento que detiveram o olhar analítico nas “projeções múltiplas” que de tão curioso artefato desponta e reelabora-se em metalinguagem própria aos distintos pontos de vista (LEBEUF, 1941; DETOURBET,

³⁶ “Elle n’est plus le seul jouet anthropomorphique, et son pouvoir, lié aux projections multiples qu’elle permet et suscite, est comme dilué par l’abondance des objets qui lui empruntent quelques parcelles de ses charmes magiques.”

1947; RUEF, 1967; MANSON, 1983; MICHELET, 1998; CARVALHO, 2006; CAMPOS, 2007; CANANI, 2008; OLIVEIRA, s/ind.).

Sendo diversas as abordagens teóricas, também o são os tipos das bonecas. Peças de coleções etnológicas expostas em museu resultantes dos fazeres de povos indígenas, africanos entre outros; produto industrial em série; confecção artesanal voltada à geração de renda e desenvolvimento local etc. Destarte, podem fomentar elaborações historiográficas, que visem a dar conta de um fenômeno de feição histórica e arqueológica, no universo amplo das pesquisas de colecionadores de antiguidades; podem traçar uma linha do tempo cujo marco mais recente será o incremento tecnológico; podem suscitar a visão crítica no âmbito das representações sociais que forjam; podem cuidar da descrição tipológica ou classificatória (etnológicas ou sociológicas, filogenéticas, psicológicas, pedagógicas); podem ser objeto dos estudos sobre a infância, como também, podem fomentar debates em torno de construções e experiências de ressignificação semiótica do cotidiano e assim sucessivamente.

Não sendo interesse desse estudo, porém, discorrer sobre os diferentes pontos de vista voltados à reflexão sobre o objeto empírico bonecas, mas sim relacionar o efeito de afirmação da identidade à estratégia da sedução por manipulação que, sob os fundamentos da inteligibilidade e da intencionalidade discursiva à Greimas (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008) complementam-se com a tensão entre inteligível e sensível à Zilberberg ([2006] 2011a, [1988] 2006), cumpre observarmos como acontece essa tensão no caso das bonecas.

4.2 Sedução: razão e paixão

A figura da sedução concerne a um tipo de manipulação, em que o enunciador, na busca da adesão do enunciatário, manipula-o com base num juízo positivo a respeito da sua competência. À intencionalidade, e seu recurso à razão, deve se integrar o componente passional. Do vínculo entre o inteligível e o sensível, surgem em cena “o sedutor e o

seduzido”, os quais “produzem efeitos que vão além de seus próprios cálculos, há um excedente, um transbordamento que não encontra explicação em termos de uma lógica racional” (FILINICH, 2005, 80-81). Na instauração desses efeitos, “a sedução está associada a uma promessa que descortina um espaço em que a imaginação pode se projetar e se expandir” (FILINICH, 2005, p. 81). Ao operar pela “captação do sujeito pelo objeto”, à sedução advém a “intensidade da atração, promessa e ato contínuo de abandono. Abandono que opera como o motor que volta a engatar o processo: [...] o objeto atrai e submete o outro a seu encanto” (FILINICH, 2005, p. 83).

Se os cálculos da intencionalidade, na busca da persuasão do enunciatário, estabelecem-se por programas narrativos de construção e de circulação dos valores do objeto, assim como do fazer-fazer, que induz a realização desejada pelo enunciador, o encantamento advindo da sedução ressoa no objeto boneca como próprio do gradiente passional no discurso. É quando a previsibilidade cede, sob o assomo do imprevisível.

A semiótica da ação corriqueira da prática artesanal que, na imanência, é sustentada por programas narrativos explicitados, na subseção anterior, segue a doxa, isto é, o que é esperado, cuja lógica é a da implicação. Na acepção gramatical, essa lógica, como já tivemos ocasião de registrar, diz respeito a um tipo de vínculo que trata das “porções da informação [que] vêm enredadas” (NEVES, 2000, p. 814). Se o encadeamento sequencial das ações descritas pelos programas narrativos acusa a existência da implicação, mais que identificá-la é necessário dizer sua função no discurso. No espaço de Conceição das Crioulas, a produção das bonecas segue o modo de eficiência do “pervir”³⁷, em que o trabalho sobre a fibra é a grandeza que acessa o campo de presença pela lentidão do andamento e, aspectualmente, pela duratividade e progressividade do processo, uma vez que a segmentação em tantas vezes quantos

³⁷ Trata-se de um dos modos de eficiência, o qual faz par com o sobrevir e é uma das formas pelas quais uma grandeza acessa o campo de presença e aí pode se estabelecer. Destaque-se ainda que, esta palavra foi um achado dos tradutores brasileiros de Zilberberg (2011a), que registram no *Glossário*, na nota de rodapé 3, que, “embora totalmente em desuso no português atual, o termo ‘pervir’ procede da mesma raiz latina, *pervenirê*, que deu origem ao verbo *parvenir* na língua francesa” (ZILBERBERG, 2011a, p.271). E acrescentam que José Pedro Machado (1967, p. 1.806) confirma a presença de ‘pervir’ no português do século XIV português, justamente com a acepção que interessa a Zilberberg, a saber, “chegar de um ponto a outro, chegar ao fim”.

forem os programas da narratividade modera a celeridade. O efeito de duratividade causado pelo pervir favorece a legibilidade, a inteligibilidade, enfim, a compreensão do discurso.

Entretanto, como a imersão da grandeza, no espaço tensivo, é dinâmica, a rotina cede ao impacto do inesperado. Vem à tona uma lógica concessiva, “cujo significado básico é ‘contrário à expectativa’ ” (NEVES, 2000, p.864). Paradoxal, pode ser sintetizada como: embora A, ainda assim B. Regido pelo modo de eficiência do sobrevir, o acontecimento é essa aparição do inesperado na rotina do cotidiano, cuja imprevisibilidade intensifica os afetos no campo de presença. Podemos imaginar isso, quando a grandeza “bonecas pretas” afeta a apreensão do sujeito:

Figura 35 As bonecas pretas do Quilombo de Conceição das Crioulas.

Ao sobrevirem sobre o curso corriqueiro do tempo, as “bonecas pretas” infundem a novidade. Sua aparição é apreendida, em termos de aspecto, como o que ocorre instantaneamente: em uma só vez. Nessa sintonia, o andamento é da celeridade. Tomando integralmente o sujeito, enquanto o instante do acontecimento é vivido, a afetividade domina e a legibilidade e a inteligibilidade tornam-se virtualizadas. O tônus do afeto se estende pela individualização das bonecas: a cada boneca, suas cores, sua história, mas todas unidas por paixões como as da força, da solidariedade, da coragem, que se alojam nos textos a seguir, reproduzidos de cada *folder*:

As bonecas e suas narrativas de apresentação
<p>Ana Belo Uma das artesãs que mantêm viva a atividade mais antiga de Conceição: a arte de fiar o algodão. Contam os mais velhos que o território tradicionalmente ocupado pelo povo de Crioulas foi comprado por seis negras que ali chegaram e começaram a fiar o algodão para vender na cidade de Flores. Assim, deu-se início a formação e ao nome deste povo que até hoje resiste na luta pelo território.</p>
<p>Francisca Ferreira Contam os mais velhos que Francisca Ferreira foi uma das seis mulheres negras que deram origem ao povo de Conceição. Segundo a história oral, foi através do cultivo do algodão que ela e as demais arrendaram e adquiriram a posse da terra que hoje é conhecida como Conceição das Crioulas.</p>
<p>Josefa Artesã da palha do catolé, produz principalmente esteira, produto muito utilizado pelos antepassados como cama. Também é conhecida na comunidade por ser uma grande incentivadora da luta pelos direitos dos negros e negras do seu povo.</p>
<p>Júlia Foi uma das artesãs mais importantes na arte do caroá e por sua persistência garantiu a transmissão desse saber tradicional para os mais jovens da comunidade. Suas filhas, Francisca e Joana, e netas, são hoje importantes artesãs da comunidade.</p>
<p>Liosa (Emília) Uma das mulheres que mantêm viva a história e a tradição de Conceição das Crioulas. É considerada por seu povo como uma das principais referências no resgate da história oral e uma importante colaboradora no processo de luta e manutenção do território quilombola.</p>
<p>Lurdinha Professora e artesã, conhecida na comunidade por valorizar a beleza da mulher negra. Como professora, contribui para o fortalecimento de seus alunos, enfatizando o saber dos mais velhos e a história de luta de seu povo. Como artesã, contribui para a manutenção da cultura tradicional expressa no trabalho com a fibra de caroá.</p>
<p>Madrinha Lurdes Uma das ceramistas mais antigas da comunidade, muito respeitada pelo seu trabalho na confecção de louças de barro. Para o povo de Conceição das Crioulas, esta atividade é uma arte que mantém viva a cultura, a tradição e a resistência do povo.</p>
<p>Mãe Magá (Margarida) Era uma mulher a serviço do seu povo. Parteira das mais respeitadas na história de Conceição, ficou conhecida como a "mãe de todos". Hoje quem mantém esta função na comunidade é dona Joaquina, que quando menina foi preparada por Mãe Magá.</p>

Figura 36 Quadro com todas as bonecas e suas respectivas narrativas de apresentação.

A presentificação do passado pelos simulacros das mulheres marcantes na história de Conceição é o que chega com maior força. Tecida no jogo entre passado (foi) e presente (hoje), essa remissão às memórias que constroem o imaginário de um povo é recorrente nas narrativas de apresentação das bonecas, que registramos acima e, das quais destacaremos apenas duas passagens:

*“Foi uma das artesãs mais importantes na arte do caroá e por sua persistência garantiu a transmissão desse saber **tradicional** para os mais **jovens** da comunidade”.*

*“Para o povo de Conceição das Crioulas, esta atividade **é** uma arte que **mantém** viva a cultura, a **tradição** e a resistência do povo”.*

Essas passagens são suficientes para mostrar a tensão entre passado e presente no discurso sobre as bonecas, o qual ao presentificar o passado por meio da linguagem, corrobora a afirmação de Mariana Barros de que “ao fazer-se linguagem, a memória se configura como presença, e também como ausência, já que a escritura é a experiência presente de um tempo que não existe mais” (2011, p. 21).

No entanto, ao retornar a duração do tempo, acarreta-se a potencialização do acontecimento que, quanto mais importante para o sujeito, mais resiste na memória. Em todo caso, com o enfraquecimento do impacto, atualiza-se o inteligível e, conseqüentemente, a legibilidade e o entendimento do discurso voltam a ser possíveis.

É de se destacar ainda que, na complexa relação entre enunciador e enunciatário, instaurada pelo discurso quilombola, ressoam questões estéticas e éticas. Tomando por lastro Zilberberg ([1988] 2006), sabemos que a dimensão estética do objeto “bonecas pretas” admite uma perspectiva subjetal atrelando-se nelas. Por intermédio da categoria

ativação vs. passivação, está prevista a ativação do objeto e a passivação do sujeito, cujo principal efeito de sentido é o da “emoção estética”, de que resulta a estetização.

A etização, por seu turno, diz respeito à moralização. Lado a lado, convivem um sujeito ativo e um sujeito passivo. O sujeito ético se sente no dever de obediência às regras morais, o que exige sua participação ativa e “responsável” nas práticas em sociedade.

A direção do trabalho agora é a de vincular a sedução com o movimento dos aspectos estéticos e éticos junto ao sujeito da enunciação.

4.3 Sedução: estética e ética

A dominância do sensível, na sedução, atualiza a “captação do sujeito pelo objeto” (FILINICH, 2005, p. 83), em que do excedente passional emerge a descontinuidade, a qual interrompe as segmentações necessárias ao exercício da inteligibilidade, que se imprimem pelas descontinuidades, o que virtualiza, momentaneamente, a capacidade de julgamento.

A experiência estética é um *locus* privilegiado para a apreensão da continuidade. Ela provoca a identificação do sujeito com o objeto estetizado, fratura o seu cotidiano com a vivência de um acontecimento especial, que traz novidade ao ordinário do dia a dia (GREIMAS, [1987] 2002).

No entanto, conforme Fiorin (2008), diferentes tipos de relação do sujeito com o objeto podem ser constituídas de acordo com o relevo que estrata da função semiótica de Hjelmslev ([1943] 2009) receba. Se a identificação for com a substância do conteúdo, o sujeito se liga à realidade retratada pelo objeto. Por outro lado, quando a identificação é com a forma do conteúdo ou da expressão, o sujeito se vincula à arquitetura de construção do objeto. Ao se relacionar com o tempo mnemônico das

bonecas, o plano do presente do sujeito é impactado pelo “acontecimento extraordinário, fraturando a mesmice do cotidiano e instaurando outra realidade, que passa a ser vivida” (FIORIN, 2008, p. 42). Essa é uma identificação das bonecas pela substância do conteúdo, todavia, queremos, também, tratar daquela que diz respeito às formas.

Na estetização é menor a ativação do sujeito porque é maior a sua passivação e mais ativo o objeto. Sabendo que se trata de um “objeto tensivo” (ZILBERBERG, [1988] 2006, p. 144), o realce às grandezas afetivas parte da leitura desta narrativa:

“Lurdinha

Professora e artesã, conhecida na comunidade por valorizar a **beleza da mulher negra**. Como professora, contribui para o fortalecimento de seus alunos, enfatizando o saber dos mais velhos e a história de luta de seu povo. Como artesã, contribui para a manutenção da cultura tradicional expressa no trabalho com a fibra de caroá”.

A beleza da mulher negra adentra o campo de presença do plano verbal já reconhecida como um valor inerente a esse sujeito. É interessante notar como, no plano tátil e visual da totalidade Lurdinha, esses traços se manifestam:

Figura 37 A boneca Lurdinha.

No plano do conteúdo, a cor fria do marrom dominante causa um efeito de sobriedade, que se sustenta, apenas, mediante uma interpretação à luz de nosso crivo cultural. Seguindo essa linha interpretativa, a cor preta das partes que simulam a face e os membros superiores remete à própria identidade negra que foi explicitada no texto verbal. Observadas as qualidades plásticas, nota-se o forte contraste claro (acima) vs. escuro (abaixo), como também a rotundidez acima e o emaciado abaixo – formas eidéticas que produzem, respectivamente, o efeito de concentração e de difusão. Há ainda o emaranhamento das linhas nos trançados e espiralados; estes servem à manifestação do conteúdo do penteado afro, vejamos em detalhe:

Figura 38 Em destaque o trançado.

Figura 39 Em destaque o espiralado.

Na criação desse efeito de beleza da mulher negra, queremos chamar atenção para a irregularidade das formas e contornos que, além de ultrapassarem a previsibilidade do legível, lembram-nos aqueles objetos caros à estética barroca examinada por Wölfflin ([1915] 2000). O estudioso suíço destaca as características do movimento, da falta de limites e da emoção do Barroco. Atento às reflexões dos *Conceitos fundamentais da história da arte*, Zilberberg explica, em termos tensivos, “que o estilo barroco, centralizado sobre o aparecer e a aceleração, toma a forma do sobrevir” (2007, p. 20). É

desse ponto de vista que a boneca é ativada e sobrevém ao sujeito feito uma surpresa: algo que acontece de repente e que, sentida num só golpe, corta o fluxo do tempo. Como não é prevista, pára o sujeito que, inativo, admira-a.

Por outro lado, a volta da ordenação do tempo oferece as condições para a atividade do sujeito ético. Sobre a definição desse sujeito, a informação central fornecida por Zilberberg é a da característica da moralização, em virtude da qual se instala uma relação intersubjetiva, em que se confrontam um sujeito passivo e um sujeito ativo. Diz ele ainda que há a “partição do sujeito no caso da etização – que faz do sujeito ético um sujeito responsável” e que isso cria tensões, “de tempo e, evidentemente, de valores”([1988] 2006, p. 145).

Greimas e Courtés ([1979] 2008) apresentam duas acepções para o conceito de moralização. A primeira, no plano da narratividade, concerne ao sujeito e ao antissujeito que, conotados timicamente, têm como correlatos, respectivamente, a euforia e a disforia. É a clássica oposição entre herói vs. vilão. Quando deslocada para o plano da enunciação, a moralização diz respeito à identificação eufórica do enunciatário com um dos sujeitos da narração. A segunda, arbitrando ainda sobre a conotação tímica, é relativa ao investimento axiológico dos conteúdos postos em circulação, categorizando-os como do “bem” (dêixis positiva) ou do “mal” (dêixis negativa).

Interessante também é esta categoria proposta por Zilberberg: o bem / o bom. Este é definido como o que “se prende ao ‘desejo’ e ao objeto que infinitiza”. Aquele “se prende ao ‘dever’ e ao sujeito que totaliza, concentra, limitando-o” ([1988] 2006, p. 159). As modalidades volitivas e as deônticas tem aqui papel de destaque.

A recolha desses elementos já nos permite dizer que a etização, após o aparecer do momentâneo pelo acontecimento estético que, pela intensidade com que advém, paralisa a ação do sujeito, trabalha com o valor contrário da desaceleração da temporalidade e da abertura do espaço. Diante disso, o sujeito pode voltar à continuidade narrativa. É própria da moralização a capacidade de julgamento, para tanto se faz necessário que a comoção, pela perda da força afetiva, ceda espaço ao processo

avaliativo. Há uma lição no dito popular “quem tem pressa nunca alcança” de feitiço sintático: a continuidade é exercida pelo controle da velocidade. Ora, é o elã da lentidão que atoniza a tonicidade, o que instaura o tempo da longevidade e o espaço do repouso.

Nessa direção, o texto de apresentação da boneca Júlia é ideal, porque revela a atualização dessas subdimensões tensivas:

“Foi uma das artesãs mais importantes na arte do caroá e por sua persistência garantiu a transmissão desse saber tradicional para os mais jovens da comunidade. Suas filhas, Francisca e Joana, e netas, são hoje importantes artesãs da comunidade”.

Vemos nesse texto o quão necessário é que o andamento seja alentecido. Se a persistência é uma figura do discurso que denuncia num nível mais profundo posições conflituais entre sujeito e antissujeito, isto é, a tensão entre continuidade e descontinuidade, também a ela é imanente o clasema da durabilidade. É por essa existência clasemática que os conteúdos repercutem, prolongam-se: são transmitidos. A transmissão, por certo, difusora, pede o espaço do repouso, que infunde o efeito de permanência.

Além da centralidade do tempo, a partição do sujeito ético é outra característica atribuída à etização por Zilberberg. O sujeito da enunciação ética cinde-se pelo conflito entre sujeito factivo e sujeito pático. O que não foi esclarecido é como, sintaticamente, se estabelece essa divisão. A debreagem e a embreagem actancial são recursos viáveis de que lançaremos mão para aventar um entendimento, pelo menos no que percebemos no discurso das bonecas.

Ao discutir sobre a pessoa desdobrada, Fiorin (1996) explica que a enunciação tem duas instâncias que servem de ponto de vista narrativo: a do narrador e a do observador. Este é responsável pelo fazer cognitivo e, algumas vezes, pelo fazer

interpretativo, que infletem nos actantes da narrativa e nos programas em que atuam. “O observador pode estar implícito no enunciado, pode estar em sincretismo com o narrador ou pode estar instalado como tal no enunciado” (FIORIN, 1996, p. 104). O narrador é o actante destinador explícito alojado no enunciado. “É actante da enunciação enunciada e pode estar em sincretismo com um dos actantes do enunciado” (FIORIN, 1996, p. 104). Em suma, o narrador relata e o observador compreende os fatos. “Cabe lembrar, no entanto, que o narrador só pode relatar o que o observador sabe” (FIORIN, 1996, p. 107).

No *corpus* desta tese, ocorre uma mistura entre debreagem e embreagem actancial. O procedimento de debreagem é uma das operações a partir das quais são projetados os indícios espaço-temporais e da actorialização da enunciação discursiva que, como instância inefável, apenas pode ser depreendida pelas marcas que deixa no enunciado. Vejamos este texto:

“A produção e venda do artesanato de Conceição das Crioulas têm promovido geração de trabalho e renda”.

Nele há a debreagem enunciativa do enunciado, que instala “no discurso um sujeito distinto e distante em relação à instância da enunciação” (GREIMAS; COURTÉS [1979] 2008, p. 160). O sujeito desse enunciado, projetado enuncivamente (ele é aquele que não fala e aquele a quem não se fala: o povo de Conceição das Crioulas), provoca o efeito de objetividade no discurso.

No entanto, também encontramos o recurso à embreagem. Trata-se da criação de efeito de enunciação pela volta das formas que, primeiramente, foram desembreadas, à enunciação. Isso produz a ilusão de que o discurso embreado é idêntico à instância enunciativa. É o que ocorre neste texto:

Figura 40 Em destaque a assinatura da artesã.

A assinatura “feita em letra cursiva [em contraposição às letras em fonte arial impressas, fonte que utilizamos nesta tese], e a [lápiz], em oposição ao texto [digitado], evoca o movimento da mão do enunciador, produzindo um efeito de presença corporal, como se, por meio dela, o enunciador declarasse que está ou esteve ali” (BARROS, 2011, p. 187). Para termos uma dimensão mais clara da força da assinatura no tocante à aproximação do enunciatário ao campo de presença, basta compará-la às figuras verbais em letra arial. Consideremos parâmetros tensivos e o eixo presença/ausência. Se imaginarmos um gráfico, neste, a assinatura corresponderia ao ponto mais alto do eixo vertical da intensidade, em virtude do alto grau de tonicidade que a aproximação da presença subjetiva traz ao discurso. No eixo horizontal da extensidade, a debreagem actorial enunciativa, materializada pelas figuras impressas em arial, confere tal enfraquecimento da presença subjetiva, em razão do distanciamento e objetividade projetados no discurso, que ocorre um processo de atonização que atualiza a ausência subjetiva pela perda da densidade da presença.

Se o efeito de ilusão enunciativa é fabricado pela assinatura da artesã, além dele, temos ainda o efeito de ilusão referencial pela onomástica e seu recurso aos antropônimos. A ancoragem de ator, observada no antropônimo de cada boneca, faz uso

do subcomponente da figuratividade que é a onomástica, a qual é “capaz de conferir ao texto o grau desejável de reprodução do real”, uma vez que “permite uma ancoragem histórica que visa a constituir o simulacro de um referente externo e produzir o efeito de sentido de realidade” (GREIMAS e COURTÉS, [1979] 2008, p. 350).

Instalado no discurso das bonecas, o observador transforma o espaço original de participação coletiva do actante artesão de Conceição das Crioulas em um fazer-ser de apresentação dessa atividade para o observador. A comunicação do saber sobre a cisão do sujeito da enunciação partido em dois, um sujeito ativo e um sujeito passivo, mostra que isso se executa pela debreagem enunciativa objetivante e pela embreagem enunciativa que instaura os efeitos de real e de enunciação. Todavia, é preciso ainda considerar o que estabelece a relação conflituosa entre esses sujeitos.

A moralização (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008) é que estabelece o confronto entre o sujeito ativo e o sujeito passivo. A próxima subseção é dedicada ao estudo desse aspecto.

4.3.1 A relação entre querer e dever

O pensamento sobre a moralização, no quadro da Semiótica greimasiana, vincula-se aos valores e à timia. No eixo paradigmático, as valorações são microssistemas de valores, o que se chama axiologia, e se representam por elementos mínimos tais como natureza vs. cultura. No eixo sintagmático, temos a ordenação sintáctica do paradigma de valores, o que atualiza a ideologia de um discurso. A inflexão tímica pela categoria euforia vs. disforia também é projetada nessa organização sintagmática (GREIMAS; COURTÉS [1979] 2008).

Do inventário de modalidades disponível na semiótica, em se tratando do problema da moralização, o querer e o dever despontam, porque estão em relação, tensionando o sujeito no conflito existencial entre desejo e necessidade. É o que

Zilberberg ([1988] 2006) vai explicar em termos de bem e de bom, que, respectivamente, respondem pela inexistência de limites e pela limitação.

De um lado, temos a modalidade volitiva e sua inclinação para a liberdade irrestrita. O querer arremessando “o ser do sujeito adiante de si mesmo, no rumo aberto à perspectiva de um infinitivo poder ser” (LOPES, 1989/1990, p. 157). De outro, e também com existência virtual, a modalidade deôntica e seu constrangimento a toda tendência ao irrestrito. O dever inflingindo ao sujeito as regras de conduta de refreio à impetuosidade.

No *corpus* em exame, podemos observar a presença da modalidade do querer, como se comprova pela leitura do seguinte trecho:

Mas o povo de Conceição **quer** mais. **Quer** ter a liberdade para expandir seus domínios, levando com orgulho a sua arte para além da caatinga cercada de xique-xiques.

Nesse trecho, notamos o sujeito quilombola como aquele que quer a junção com o que falta. Sujeito desejante, cujo objeto de desejo é, sintomaticamente, a liberdade.

Se voltarmos aos ensinamentos de Zilberberg relativos ao sujeito estético, veremos a convergência e a exemplaridade desse trecho para a discussão que vem sendo empreendida. A estetização funda-se na relação entre sujeito e objeto, no caso de nossa investigação, o sujeito quilombola e sua interação com o objeto liberdade.

A complementaridade entre sujeito e objeto, que atua nas relações estéticas, atem-se aos *valores lúdicos* (estéticos, de gratuidade, lazer, fruição, prazer, remetem ao “querer”) e se dirigem aos *valores utópicos* (simbólicos e existenciais, remetem ao “ser”)³⁸. Temos, pois, de ter em conta o caminho de passagem que se inicia pelo fazer prático, que se transforma em valor lúdico, pelo fazer estético, e termina em valor utópico pela instauração de um espaço mítico:

³⁸ Recuperamos aqui as concepções de valores discutidas por Floch (1986, 1983), as quais foram referidas anteriormente.

S1	S2	S3	S4
Descercado	Não-liberdade	Liberdade	Cercado

Figura 41 Em destaque a assinatura da artesã.

A situação do sujeito quilombola é a de não-liberdade porque está num espaço cercado, em que a oposição [S1 e S4] projeta-se sobre [S2 e S3]. Impulsionado pelo querer, visa implementar o trajeto em direção $S4 \rightarrow S3 \rightarrow S2 \rightarrow S1$. Para tanto, a programação do artesanato, pelas qualidades plásticas e sensíveis que lhe foram agregadas, transforma-se no programa estético, que termina no programa utópico da arte. Nesta reside a estrutura mítica, já que essa figura de superfície, em profundidade, integra elementos que se opõem. É por essa razão que a execução do programa da arte desdobra-se, no estrato fundamental do plano do conteúdo, pela afirmação da natureza e da cultura como conteúdos mínimos que produzem a significação. O sujeito quilombola afirma a natureza pela valorização das suas raízes como matéria-prima do fazer artesanal e afirma a cultura pela transformação da planta nativa em fibra e desta em boneca pelo trabalho manual. No nível intermediário, o das estruturas narrativas, articulam-se percursos racionais e passionais. Por fim, no nível discursivo, ocorrem efeitos de “real” (onomástica) e de subjetividade (estesia). A criação do espaço utópico é o estágio como se conclui o programa da arte. Lugar de realização da *performance*, o espaço utópico projeta-se como uma perspectiva viabilizada pelo querer, “que pode ser visto como um *ato atual*, em potência, que se exprime na figura da *decisão* e que projeta um PN a realizar” (LOPES, 1989/1990, p. 156). É preciso ainda de um fazer que modifique a existência semiótica do sujeito quilombola, transformando-a de atualizada em realizada, com vistas a isso a direção tomada é a da manipulação, principalmente, por sedução.

Seduzir para influenciar, no caso em estudo, orienta-se pelo sentido de manifestação de um juízo positivo da imagem do sujeito-destinatário. A imagem-fim prevista é a daquele indivíduo que compartilha dos valores ideológicos da afirmação étnica quilombola, do comércio solidário, da “sustentabilidade”, mas também, inclinado à fruição estética. Se, para o empreendimento desse projeto de vida, o enunciador aferrou-se às competências do saber e do querer, igualmente, do enunciatário são requeridas a competência ética e a estética sem as quais é inconcebível que a estratégia da sedução, selecionada pelo discurso das bonecas, seja levada a bom termo.

A competência é uma estrutura modal. Considerada como aquilo que faz ser o sujeito, diz respeito a “todas as preliminares e os pressupostos que tornam a ação possível” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 75). Em se tratando da competência estética, subjaz nela um saber fruir. É comum a associação da fruição à intuição e prazer estético, implicita-se aí a ideia de que seu exercício segue ao gosto perceptivo, alheando-se a todo e qualquer aprendizado, ou seja, “ao aumento do saber (como atividade cognitiva) atribuído aos sujeitos instalados no discurso” (GREIMAS; COURTÉS [1979] 2008, p. 64). Toda forma estetizada, contudo, não deixa de primar pela organização textual e discursiva – sintática, semântica, sonora, visual etc. –, explorando, com variado grau de engenhosidade, a linguagem de determinadas maneiras. A reflexão, livre, pois, de qualquer matiz anacrônico, como, por exemplo, a classificação dos textos estéticos pela categoria baixa vs. alta cultura, deve mostrar o quanto significativa e necessária é a instrumentalização do sujeito para ter acesso a uma leitura capaz de apreender a arquitetura de geração do sentido de um objeto esteticamente organizado. Nessa direção, a produtividade do esquematismo tensivo é notável. A partir da hipótese de que o sensível rege o inteligível, desvela a captura do sujeito pelo imperativo do acontecimento, sob a regência do sentir, é possível entrever o que é e o que pode a linguagem. Ao admitir a coexistência dos estados de alma e dos estados de coisa, a tensividade segue como um pêndulo e, no momento que a força dos afetos é potencializada, reabilita-se o exercício da inteligibilidade e, assim, uma vez que as formas semióticas imanentes sejam explicitadas, é possível que o sujeito saiba como a linguagem é e o que ela pode.

A oscilação do movimento tensivo permite que o sujeito com competência estética, isto é, que sabe fruir, diante destes textos:

Figura 42 Em destaque o traço figurativo marcado com face presente na boneca Francisca Ferreira.

Figura 43 Em destaque o traço figurativo não-marcado com face presente nas bonecas Josefa, Lurdinha e Liosa (Emília).

Primeiramente, sob o impacto do inesperado, é possível que o sujeito só se surpreenda com o traço do conteúdo com face presente na boneca Francisca Ferreira e, em oposição, o traço figurativo sem face, em todas as outras bonecas e, não apenas, como pode ter ficado subentendido, somente pelas bonecas que constam na figura 43. A ausência ou presença do traço com face pode ser verificada, detalhadamente, na totalidade das bonecas nas figuras 35 e 36.

Já sabemos que a surpresa, cifrada pela excessiva rapidez, inibe o exercício intelectual pela força com que sobrevém o acontecimento. E que, passado esse instante, como também, pela oscilação própria ao esquematismo tensivo, o inteligível habilita o sujeito com a legibilidade. Considerando que fruir subsume sentir e saber, o sujeito estético, movendo-se entre sensível e inteligível, na relação com o discurso quilombola, pode correlacionar o texto de apresentação da boneca Francisca Ferreira com o das bonecas Ana Belo e Júlia, por exemplo. Vejamos, inicialmente, a narrativa daquela:

“Contam os mais velhos que Francisca Ferreira foi uma das seis mulheres negras que deram origem ao povo de Conceição. Segundo a história oral, foi através do cultivo do algodão que ela e as demais **arrendaram e adquiriram a posse da terra** que hoje é conhecida como Conceição das Crioulas”.

É interessante que a força figurativa do traço “com face” da boneca Francisca Ferreira reverbere, no texto que a apresenta, qualificando-a com o importante papel de fornecer à Conceição das Crioulas a posse da terra. No plano intertextual, de que cuidamos com maior ênfase em capítulos precedentes, pudemos ler, em estudos antropológicos, que o que se compreende por liberdade, num espaço de quilombo, é “o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade” (LEITE, 2000, p. 334). A opressão, por sua vez, confunde-se com a exclusão social, atos de alijamentos às práticas socioculturais próprias a esse grupo étnico e questionamentos à legitimidade de posse de um espaço para manutenção dessas práticas. Trata-se, ainda, de mecanismos diversos visando ao desmantelamento da organização política do movimento quilombola por meio, inclusive, da aparelhagem estatal.

Por hipótese, podemos aventar que o traço figurativo “com face”:: marcado, em profundidade, significa liberdade. Por outro lado, “sem face”:: não-marcado, em

patamar menos concreto, tem o sentido de opressão. A leitura destes outros textos pode fortalecer essas compatibilidades:

Figura 44 Boneca Ana Belo.

Figura 45 Boneca Júlia.

“Ana Belo

Uma das artesãs que mantêm viva a atividade mais antiga de Conceição: a arte de fiar o algodão. Contam os mais velhos que o território tradicionalmente ocupado pelo povo de Crioulas foi comprado por seis negras que ali chegaram e começaram a fiar o algodão para vender na cidade de Flores. Assim, deu-se início a formação e ao nome deste povo que até hoje **resiste na luta pelo território**”.

“Júlia

Foi uma das artesãs mais importantes na arte do caroá e por sua **persistência** garantiu a transmissão desse saber tradicional para os mais jovens da comunidade. Suas filhas, Francisca e Joana, e netas, são hoje importantes artesãs da comunidade”.

Importa que o conteúdo fundamental da liberdade, subjacente à narrativa da boneca Francisca Ferreira, parece ratificar-se, em contraposição, às noções de resistência, luta e persistência, depressíveis dos termos que destacamos dos textos de apresentação das bonecas registrados acima. Quer nos parecer que o conteúdo oposto, opressão, subjaz às narrativas de Ana Belo e Júlia, tanto em razão de uma relação causal do tipo: só há resistência porque há uma situação opressiva, quanto porque, na rede intertextual, tais termos são indicações textuais que relacionam o discurso das bonecas com os “múltiplos cenários da resistência negra à opressão histórica sofrida” (OLIVEIRA; SILVA; DIAMANTINO, 2010, p. 70).

Sabemos com Zilberberg ([1988] 2006) que o extremo seja do querer seja do dever coincide com o que ele denomina de bom e de bem, correlatos terminológicos da transgressão e do limite. Pensadas ao estilo tensivo, notadamente, a articulação dessas modalidades oscila e, como um pêndulo, ora dirige-se para o excedente passional ora para a comedida racionalidade. O ensinamento é de que o equilíbrio está na tensão, na coexistência, ao invés da exclusão de um desses sentidos modais. A complexidade torna-se, então, analisável porque são observados os graus e as dominâncias em processo.

Finalmente, no estudo do *corpus*, fez-se notar a atualização do querer e a virtualização do dever. Sujeito do querer, o quilombola “é aquele que rompe a *parada*, embarca no tempo que passa, e ocupa o espaço. É o sujeito que crê nos valores distensivos” (TATIT, 2011, p. 147). Isso tem toda importância, haja vista que “o sujeito do querer, aquele que deseja recuperar algo perdido, é sempre alguém que assume a *parada da parada* e projeta à sua frente a extensão que deve conduzi-lo ao objeto”(TATIT, 2011, p. 135). Movido pela busca do objeto liberdade, o sujeito quilombola afirma a continuação como recurso aos obstáculos que almejam barrar o fluxo da narratividade.

4.4 Desdobramentos da sedução no discurso quilombola

Tendo notado, na superfície do discurso quilombola, a figura concessiva “comércio solidário”, vimos a atualização do dever agir pela inserção nos discursos da sustentabilidade. Após demonstrarmos a existência de “traços de sustentabilidade” nesse discurso a partir de algumas estruturas do percurso gerativo do sentido como os elementos temático-figurativos, a sintaxe discursiva e os programas narrativos de uso, passamos a observar o rendimento desses elementos na estratégia da manipulação.

A adoção da perspectiva de complementaridade entre a dimensão inteligível e a intencionalidade discursiva greimasianas com o esquematismo tensivo zilberberguiano, orientou a reflexão sobre a estrutura manipulativa, no caso das bonecas, pela mobilização tanto dos conteúdos racionais quanto dos passionais. Notadamente, os cálculos da intencionalidade voltados à persuasão do sujeito da enunciação alicerçaram-se em programas narrativos de circulação e construção do objeto de valor “bonecas pretas” que, sob o tônus do afeto, faz com que essa semiótica do tempo corriqueiro, seja acelerada pela novidade dos de estetização do objeto. É essa tessitura entre a previsibilidade dos programas narrativos e os elementos plásticos e sensíveis agregados, no discurso quilombola, que fiam a estratégia da sedução, a qual se desdobra ainda, pelas articulações entre querer e dever numa dupla direção: ética e estética.

Como um objeto estético é, antes de tudo, um objeto tensivo, ao desvelarmos os aspectos afetivos das “bonecas pretas” cuidamos dos valores de estetização nelas investido. A estetização, de outra parte, cinde o sujeito da enunciação em um sujeito ativo e um sujeito passivo, o que se realizou, no *corpus*, pelo intermédio da debragem e o efeito de objetividade e a embreagem e os efeitos de realidade e de enunciação.

Por fim, no conflito entre a modalidade volitiva e a deôntica, que, em suma, orienta-se em torno da demarcação de limites e da constante busca de transpô-los, destacamos a relevância da competência estética, saber fruir, para que a sedução seja bem sucedida.

CONCLUSÃO

Diana Luz Pessoa de Barros (2012) nos diz que um dos rumos e contribuições que a semiótica tem mantido é o do “exame dos discursos sociais e culturais do Brasil e da América do Sul” (p. 150), permanecendo o interesse de “explicar os processos de significação do homem e da sociedade americanos, construir suas identidades, apontar seus traços universais e particulares” (p. 154). Por certo, a direção desta tese segue o prisma da produção das identidades pelo sujeito quilombola. Nessa perspectiva, na análise do texto *bonecas pretas do Quilombo de Conceição das Crioulas*, partindo da hipótese de que se trata de um texto de afirmação da identidade, investimos na tese de que a semiótica da manipulação por sedução tem papel central nesse processo. Ao ordenar a investigação pela reflexão teórica seguida da análise prática, o curso das ideias de nossa proposição tentou o equilíbrio entre sistematização da literatura semiótica sobre identidade e manipulação e a descrição do caminho tomado pelo discurso quilombola na relação com estes dois elementos. Com efeito, do vasto referencial com que nosso texto é tecido, o que abrange estudos das mais variadas áreas, com ênfase dada à antropologia, história e sociologia, e não apenas à reflexão semiótica feita por Greimas e seus colaboradores, destacaram-se os parâmetros da narratividade, do esquematismo tensivo e da intertextualidade, bem como, aspectos teórico-metodológicos da semiótica feita em terras francesas, mas em igual medida da que se produz em terras brasileiras, notadamente, com privilégio às pesquisas coordenadas pelo Grupo de Estudos Semióticos da Universidade de São Paulo.

Ao seguirmos esse percurso, o *Capítulo 1, Identidade na Semiótica greimasiana e afirmação da identidade pelo sujeito*, discutiu o postulado saussuriano da relação na primazia do pensamento e da orientação metodológica sobre o tema da identidade. Tendo em vista que o processo analítico se faz pela apreensão tanto de

identidades quanto de diferenças, a envergadura do primado relacional segue firme. Cria-se um modo de pensar cujo cerne é o valor: formas e regras de funcionamento do sistema. Pela relatividade se define um conjunto significante a partir da função ocupada por um elemento na relação com os demais do mesmo sistema; pela funcionalidade se observa o elemento pelo seu uso, o que a vincula à relatividade e prevê a parcela de identidade dos elementos, já que se inserem numa mesma formação, mas também, a de diferença, sem a qual não é possível distinção; pela unidade são estabelecidos os tipos categoriais; pela totalidade se concebe a estrutura formal, solidariedade entre partes que só existem no todo onde se configuram; pela transformabilidade se considera que a estrutura é estruturante, donde a autorregulatividade, fixa-se a ideia de um imanente sistema de regras. São propriedades estruturais mais ou menos destacáveis do discurso-objeto de descrição (LOPES, 1997) e que dotam de qualificação técnica a matriz de pensamento saussuriano pela colaboração de diferentes vertentes de espaços de discussão estruturais. Até hoje, tais propriedades, de modo algum, são estranhas ao cotejo dos objetos semióticos, no entanto, focalizando a relação da identidade com a diferença, Greimas e seus pares produziram a estrutura elementar da significação e Landowski assenta um sistema de interação do eu com o outro.

Consequência disso, a Semiótica greimasiana concebe os processos significantes como estruturas, isto é, como rede relacional, cujo funcionamento é acionado por regras endogeradas. Em se tratando da identidade, pode ela ser definida, na oposição com a alteridade, indefiníveis categóricos da estrutura elementar da significação. Opondo-se à igualdade, é operação de identificação dos traços sêmicos e fêmicos de determinada semiótica-objeto, que atua pela suspensão das oposições categóricas. Concebida como um princípio de permanência, remete ao efeito de continuidade do ser do sujeito, independente das mudanças por ele provocadas ou sofridas ao longo de seu percurso. E, como identificação, a qual se institui pelo fazer interpretativo do enunciatário, que identifica outro espaço discursivo como se lhe fosse próprio. Observadas essas quatro acepções de identidade, é nítida a pressuposição recíproca entre identidade e alteridade.

Tal pressuposição alicerça estruturas de interação tipologizadas por Landowski. Estabelece como regimes da interação da identidade com a diferença a assimilação, a exclusão, a admissão e a segregação, de cujas relações estratégicas de interação com a identidade, faz surgir o esnobe, o dândi, o camaleão e o urso. Ambas as tipologias subjazem na conjunção, disjunção, não-disjunção e não-conjunção.

O que se ressalta desses estudos é a identidade do sujeito semiótico como simulacro ou efeito de sentido. Posição coerente com uma perspectiva que concebe nossa relação com o mundo natural já enformada em linguagem. Dessa maneira, a produção de simulacros é o cerne de uma teoria não-referencialista, cuja apreensão do real não se dá de maneira imediata, mas sim como efeito de sentido.

A maquina produtora de simulacros, além de criar o efeito de identidade, duplica esse sentido, quando arquiteta o de afirmação da identidade. No estudo do verbete afirmar, observamos a aspectualização durativa, cujos classemas da estabilidade e solidez equivalem, sob o crivo do processo, à continuação ou duração.

A inflexão tensiva foi outro aspecto requisitado, em virtude da intensidade dos afetos pela força da paixão da firmeza. No entanto, na extensidade, a segmentação de um evento, discretizado na sequência de ações de certificar, comprovar, atestar, fixar, estabelecer e, assim, consolidar-se, afirmar-se e auto-afirmar-se, acusa a duração.

A cifra veridictória também foi notada explicitamente neste trecho: “declarar com firmeza; dizer (algo) assumindo o caráter de verdade do que é dito; sustentar; asseverar. Assegurar a veracidade ou existência de (algo)” (HOUAISS, [2001] 2008, p.104). Com isso, é acionada a questão da fidedignidade.

Como, no desenrolar dos capítulos, apresentamos detalhadamente esses elementos, não cabe agora novamente trazê-los aqui. Mais interessante é ratificar sua relevância no tocante ao papel da repetição no processo de afirmação da identidade e seu efeito de duração discursiva. Como também o jogo entre veridicção e fidedignidade. O

passo seguinte foi aplicar esses parâmetros de análise, intuídos pela leitura do verbete, no *corpus* da tese.

O Capítulo 2, ***Sobre o sujeito quilombola***, cuidou justamente da aplicação de tais parâmetros. A questão dos quilombos tornou-se figura jurídica pela Constituição em vigor. A partir da qualificação de “remanescentes”, atualiza-se um traço semântico residual que, fixando o espaço quilombola como uma reminiscência arqueológica, nega as diversas formas que configuram esse espaço atualmente. Surge a necessidade de ressignificação do termo, empreendimento que tem sido feito por antropólogos, historiadores, sociólogos. É notável, que a necessária ressemantização de conteúdos do sintagma “comunidades remanescentes de quilombos”, é um problema discursivo. Os estudos do discurso, contrapondo-se às perspectivas essencialistas – sejam biológicas ou culturais –, desfazem visões anacrônicas de um sujeito fixo e unitário, e assim oferecem instrumentos para lidar com os processos dinâmicos produtores das identidades contemporâneas. Dentre os diferentes tracejos de conteúdo e expressão constituidores das mais diversas semióticas de formação quilombola, queremos destacar alguns desses traços na semiótica das bonecas pretas de Conceição das Crioulas.

Na sequência, pelas relações intertextuais, explicitamos uma visão de conjunto dos múltiplos atores que, mediante suas práticas socioculturais, reagem à exclusão histórica perpetrada por um ideal homogêneo de Nação. O discurso quilombola constitui-se pela polemização a essa homogeneidade excludente. Tal discurso advoga que, para a realização da efetiva democracia, é preciso da pluralidade social, o que demanda a transformação do peso histórico excludente em participação democrática de fato. Nesse bojo, a narrativa de Conceição das Crioulas mostra algumas identidades e diferenças na formação desse contingente: o feminino, a ancestralidade, a prática artesanal, donde selecionamos o texto bonecas pretas como objeto empírico. Em seguida à apresentação do *corpus*, passamos ao enfoque propriamente semiótico.

A escolha do uso retórico da sinédoque depreensível de /boneca/ configuram-na como o todo de sentido que é Conceição das Crioulas. Além disso, por meio dela

traçamos linhas isotópicas que, assentes na recorrência dos traços de feminilidade, resistência e sustentação, conecta os planos de leitura do texto pela estrutura de iteratividade e pela força de recção patêmica. Com isso, são explicitadas as unidades temáticas, figurativas, narrativas, mas também o tônus da paixão do sujeito obstinado que se move na tensão entre suficiência e insuficiência. São elementos que produzem o efeito de afirmação da identidade para o qual tem grande colaboração a sintaxe da extensidade e seus operadores de triagem e mistura. Pela ênfase à triagem, singularizam-se atores com o papel temático de artesãos, fecha-se o espaço nas figuras dotadas de valores de exclusividade de certo quilombo brasileiro. Pela mistura, alojada, localmente, em figuras como “expandir” e “para além”, estabelece-se o valor da abertura desde o *texto de apresentação das bonecas*, mas também se abriga nas relações contratuais com sujeitos outros além dos quilombolas, isto é, na interação entre sujeito quilombola e parceiros do fazer artesanal. Com isso, ao passo que o operador de triagem delimita uma identidade, a operação de mistura evita a geração de um discurso enviesado pela pureza e exclusão excessivas com que se orientam a intolerância e o totalitarismo, por exemplo. Finalmente, discutimos o acionamento do dispositivo veridictório e dos elementos retóricos (metáfora, metonímia e prosopopeia) na construção do crer do sujeito da enunciação. O caminho que se abre é o da busca pela persuasão, cujo sucesso leva o indivíduo a agir de determinada maneira, e aí está o próprio fulcro da manipulação.

O Capítulo 3, *Em torno da manipulação*, inicia com a distinção da palavra “manipulação” sob o senso comum e pela via semiótica. O uso amplamente disseminado da manipulação no cotidiano das pessoas recebeu um sentido pejorativo, em que se considera que apenas os indivíduos de conduta reprovável é que fazem uso dela. No entanto, como termo na metalinguagem semiótica, corresponde ao fazer-fazer, assente no discurso persuasivo da comunicação entre as pessoas. O fazer persuasivo do destinador desdobra-se em manipulação pela atualização modal (saber, querer, poder, dever) e pelo fazer interpretativo do destinatário-sujeito que, pelo juízo epistêmico, aceita ou refuta o contrato e executa ou não o programa proposto. Estudos como os de Landowski ampliaram o lugar da manipulação do território narrativo para a instância

enunciativa e assim, toma ela a forma de um dos regimes de interação junto com os de programação, ajustamento e contágio. A partir do fazer missivo zilberberguiano, procuramos discutir seu papel no tocante à questão do antissujeito na semiótica da manipulação. Como para o raciocínio tensivo não há valores sem afeto, o fazer missivo, ao incorporar a dimensão passional, avança a manipulação, uma vez que amplia o foco no sujeito do fazer e observa também a presença sensível que comove e afeta o mesmo sujeito. É por meio das paradas e das continuações, mobilizadoras da existência dos sujeitos, que o fazer missivo atua. Mediante sua observação nos textos, podemos atentar à recomendação greimasiana de que não apenas o sujeito é manipulado, mas também o antissujeito, e assim, pelos programas e anti-programas o conceito de manipulação pode dar conta do percurso desses dois actantes narrativos. Como o antissujeito barra o fluxo narrativo pela remissão ou anti-programas, é preciso da destinação de programas para que haja a continuidade do percurso do sujeito, e mediante essas oscilações tensivas entre excesso e falta como remissão (parada) e emissão (parada da parada) revela-se a estratégia da astúcia e suas operações de “recuperação”, de “subversão”, entre outras.

O capítulo 4, **Afirmção da identidade quilombola pela via da manipulação**, ao aplicar a missividade ao discurso das bonecas, mostramos a presença do antissujeito pelo anti-programa “não qualidade de vida”. O que resta ao sujeito quilombola é a estrutura concessiva alojada na figura “comércio solidário”. Pelas relações intertextuais inserimos tal figura nos discursos da sustentabilidade e, em seguida, discutimos traços desses discursos no fazer artesanal de Conceição das Crioulas. Sobretudo, interessou-nos explicitar a manipulação por sedução que ocorre na semiótica das bonecas. Mostramos que a semiótica da ação corriqueira da prática de artesanato é alicerçada por programas de uso. Todavia, como a orientação tensiva é oscilatória, a dimensão sensível também foi observada. Quando exploradas as narrativas de apresentação de cada boneca, notou-se a relação entre passado e presente pela presentificação do passado na força dos simulacros das mulheres marcantes na história de Conceição. Esse tempo da memória apassiva o “eu” que, por instantes, imobiliza-se pela densidade afetiva. Também é a passivação do sujeito que ativa o objeto estetizado. Da articulação das formas cromáticas, eidéticas e topológicas com a difusão e a concentração é produzido o

efeito de beleza negra e é nesse sentido que o objeto-boneca é ativado e sobrevém ao sujeito como uma surpresa, isto é, interrompe o tempo bruscamente, o que suspende as segmentações do exercício da inteligibilidade e, enquanto há acontecimento estésico, o sujeito para e, inativo, admira a boneca.

Outra tensão importante é a que fratura o sujeito da enunciação em sujeito ético e sujeito estético. Este surge da relação do sujeito apassivado e do objeto ativado pela estetização, conforme mencionamos anteriormente. Aquele se vincula à moralização, e é produzido pela relação intersubjetiva. A partir de enunciados verbais do *corpus*, buscamos mostrar as articulações das modalidades do querer e do dever no comando do conflito existencial do sujeito entre desejo e necessidade. A direção do “bem” e suas regras e limites e o “bom” e sua revelia aos limites. Recurso operante nessa cisão entre ativação e passivação foi a debreagem enunciativa e seu efeito de objetividade e a embreagem e suas ilusões referenciais e enunciativas.

A sedução, atualizada pelo juízo positivo da imagem do sujeito-destinatário, projeta uma imagem-fim deste como alguém que comunga do universo de valores em circulação na semiótica das bonecas, tanto a ideologia da afirmação étnica quilombola, do comércio solidário, da “sustentabilidade”, quanto a inclinação pela fruição estética, o que demanda competência ética e a estética do manipulado para a efetivação do ato persuasivo. E, enfim, cria-se a estratégia da astúcia operada pela resistência quilombola.

A essa altura do texto cumpre destacarmos os principais encaminhamentos feitos nesse percurso de reflexão: A primazia da relação como ideia e direção metodológica fundamental para o tratamento das identidades; A seminal lição de que as identidades não são uma essência, mas uma produção relacional; A apreensão de elementos sintáticos na construção do efeito de sentido de afirmação da identidade; A importância da repetição na duração de um discurso de afirmação da identidade; O papel da missividade na introdução do percurso do antissujeito na semiótica da manipulação e, portanto, o entendimento do discurso quilombola viabilizado pela construção do efeito de sentido de identidade na relação com a estratégia de manipulação por sedução.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Berno Wagner. Os quilombos e as novas etnias. LEITÃO (org.) **Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.
- AMARAL, Roberto Galassi; COSAC, Claudia Maria Daher. O terceiro setor e desenvolvimento sustentável. **Serviço Social & Realidade**, São Paulo, v.18, n.2, p. 87-114, 2009. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, out. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 nov. 2012.
- ASSIS SILVA, Ignácio. **Figurativização e metamorfose: O mito de Narciso**. São Paulo: Unesp, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud et. al. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1988.
- _____.; FIORIN, José Luiz (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo, Edusp, 1994.
- _____. Sintaxe narrativa. OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei; LANDOWSKI, Eric (Org.). **Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas**. São Paulo: Educ, 1995, p.81-97.
- _____. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Atual, [1990] 2008.

- _____. Uma reflexão semiótica sobre a “exterioridade” discursiva. **Alfa**, São Paulo, 53 (2): 351-364, 2009. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/alfa>. Acesso em: 9 de ago. 2014.
- _____. A construção discursiva dos discursos intolerantes. BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.). **Preconceito e intolerância**: reflexões linguístico-discursivas. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.
- _____. A semiótica no Brasil e na América do Sul: rumos, papéis e desvios. **Estudos da linguagem**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 149-186, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://relin.letas.ufmg.br/revista/upload/20107-DianaLuz.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2012.
- BARROS, Mariana Luz Pessoa de. **O discurso da memória**: entre inteligível e sensível. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral), São Paulo: FFLCH/USP, 2011.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [2004] 2005.
- BEIVIDAS, Waldir. A construção da subjetividade: pulsões e paixões. OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei; LANDOWSKI, Eric (Org.). **Do inteligível ao sensível**: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: Educ, 1995, p. 169-179.
- _____. O imaginário humano: entre a Semiótica e a Psicanálise. **CASA**, São Paulo, v. 3, n.1, p. 1-12, 2005. Disponível em:< <http://seer.fclar.unesp.br/index.php/casa/article/view/607>>. Acesso em: 23 de mar. 2014.
- _____.; RAVANELLO, Tiago. Identidade e identificação: entre semiótica e psicanálise. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 129-144, 2006. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/alfa>. Acesso em: 23 de mar. 2014.
- _____. A dimensão do afeto em semiótica: entre fenomenologia e semiologia. **A abordagem dos afetos na semiótica**. São Carlos: Pedro e João editores, 2012.
- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Tradução do Grupo CASA, sob a coordenação de Ivã Carlos Lopes. São Paulo: EDUSC, [2000] 2003.

- _____. Política e concessão. In: FULANETI, Oriana Nadai e BUENO, Alexandre Marcelo (Org.). **Linguagem e política**: princípios teórico-discursivos. São Paulo: Contexto, 2013.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 de mar. 2014.
- BRØNDAL, Viggo Rasmus. **Essais de linguistique général**. Copenhague: E. Munksgaard, 1943.
- CAMPOS, Sandra Maria Christiani de La Torre. **Bonecas Karajá**: modelando inovações, transmitindo tradições. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia). São Paulo: DA/PUC, 2007.
- CANANI, Aline Sapiezinkas Kras Borges. **De bonecas, flores e bordados**: investigações antropológicas no campo do artesanato em Brasília. Tese (Doutorado em Antropologia), Brasília: UNB, 2008.
- CARVALHO, Luciana Grether de Mello. **Abayomi**: o design nas amarrações dos fios femininos na bandeira de uma cooperativa. Tese (Doutorado em *Design*). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006.
- CAVALCANTI, Virginia Pereira et al. **Metodologia e design**: um experimento de intervenção no artesanato pernambucano. In: Congresso brasileiro de pesquisa e desenvolvimento em *design*, 6., 2004, São Paulo. São Paulo: FAAP, 2004, 1 CD-ROM.
- CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira de Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- DETOURBET, Annie Masson. Poupées des Îles Salomon. **Journal de la Société des Océanistes**, França, v.3, n.3, p. 123-126, 1947. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues>. Acesso em: 30 mai. 2012.

- DISCINI, Norma. **Intertextualidade e conto maravilhoso**. São Paulo: Humanitas, 2001.
- _____. **O estilo nos textos**: história em quadrinhos, mídia e literatura. 2. ed. Contexto: São Paulo, 2009.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o campo do signo (1945–1966). Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, [1991] 1993.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, [1977] 2010.
- FILINICH, María Isabel. Figuras da manipulação. **Galáxia**, São Paulo, n. 10, p. 67-86, dez. 2005. Disponível em: revistas.pucsp.br/galaxia. Acesso em: 27 ago. 2014.
- FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964**: discurso e ideologia, São Paulo, Atual, 1988.
- _____. Semântica estrutural: o discurso fundador. OLIVEIRA, Ana Cládia Mei de; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível**: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: EDUC, 1995, p. 17-42.
- _____. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. Paixões, afetos, emoções, sentimentos. **CASA**, São Paulo, v. 5, n. 2, dez. 2007. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/541/462> . Acesso em 25 out. 2012.
- _____. Metáfora e metonímia: dois processos de construção do discurso. FIORIN, José Luiz (Org.). **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008, p. 71-91.
- _____. Fruição artística e catarse. FIORIN, José Luiz (Org.). **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008, p. 37-55.
- _____. **Elementos de análise do discurso**. 14. ed. São Paulo: Contexto, [1989] 2009a.
- _____. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, sem. 1, 2009b. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933>>.
Acesso em: 05 dez. 2013.

_____. **Linguagem e ideologia**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

_____. Estruturas narrativas. OLIVEIRA, Ana Claudia Mei de (Ed.). **As interações sensíveis**: Ensaio de sociosemiótica a partir da obra de Eric Landowski. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2013.

_____. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial/ Humanitas, [1998] 2001.

FLOCH, Jean-Marie. **Les formes de l’empreinte**. Périgueux: Pierre Fanlac, 1986.

_____. **Semiótica, marketing y comunicación** – bajo los signos, las estrategias. México: PAIDOS, [1990]1993.

_____. **Identités visuelles**. Paris: PUF, 1995.

FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. Tradução e organização dos textos de Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. São Paulo: Contexto, 2009, p. 7-22.

_____. **Enunciação e subjetividade**: o discurso indireto e a hipótese de uma semântica metaenunciativa. Tese (Doutorado em linguística), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

GREIMAS Algirdas Julien. L’actualité du saussurisme.[1956]. **Texto!**, juin 2006, vol. XI, n°2. Disponível em : <http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur_Saussure/Greimas_Actualite.html>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. **Sémantique structural**: recherche de méthode. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, [1966] 2002.

- _____. A enunciação: uma postura epistemológica. **Significação – Revista Brasileira de Semiótica**, n. 1, Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas: Ribeirão Preto, 1974, p. 9-25.
- _____. **Sobre o sentido**. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar et. al. Petrópolis: Vozes, [1970] 1975a.
- _____. **Ensaio de semiótica poética**. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1975b.
- _____. **Semiótica e ciências sociais**. Tradução de Álvaro Lorencini e Sandra Nittrini, São Paulo: Cultrix, [1976] 1981.
- _____. **Sobre o sentido II: Essaios de semiótica**. São Paulo: Nankin/Edusp, [1983] 2014.
- _____. Novos desenvolvimentos nas ciências da linguagem. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric (Ed.). **Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas**. São Paulo: EDUC, 1995.
- _____. Conversation. **Versus**, n. 43, Milão, 1986, p. 41-57.
- _____. **Da imperfeição**. Tradução Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores, [1987] 2002.
- _____.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima, Diana Luz Pessoa de Barros et al. São Paulo: Contexto, [1979] 2008.
- _____.; RASTIER, François. O jogo das restrições semióticas. Sobre o sentido. **Sobre o sentido**. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar et. al. Petrópolis: Vozes, [1970] 1975, p. 126-143.
- _____.; COURTÉS, Joseph. **Sémiotique: Dictionnaire Raisonné de La Théorie du Langage**. Paris: Hachette, 1986. Tome II.
- _____.; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**. Dos estados de coisas aos estados de alma. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, [1991] 1993.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, [1992] 2006.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. **Sentir, saber, tornar-se**: estudo semiótico do percurso entre o sensório e a identidade narrativa. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- HJELMSLEV, Louis Trolle. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, [1943] 2009.
- _____. **Ensaio linguístico**. São Paulo: Perspectiva, [1948] 1991, p. 29-35.
- _____. Linguística estrutural. HJELMSLEV, Louis Trolle. **Ensaio linguístico**. São Paulo: Perspectiva, [1948] 1991, p. 29-35.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Grande dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, [2001] 2008.
- IBSEN, Henrik. **Peer Gynt**: poème dramatique em cinq actes. Tradução de M. Prozor. Paris: Librairie Académique Perrin, 1949.
- JAKOBSON, Roman Osipovich. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, [1963] 2010.
- LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**: ensaios de sociosemiótica. São Paulo: Educ; Pontes, [1989]1992.
- _____. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, [1997] 2002.
- _____. **Interacciones arriesgadas**. Tradução de Desiderio Blanco. Lima: Universidade de Lima, Fundo Editorial, [2005] 2009.
- _____. Sociosemiótica: uma teoria geral do sentido. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 27, p. 10-20, jun. 2014. Disponível em: revistas.pucsp.br/galaxia. Acesso em: 27 ago. 2014.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV (2), p. 333-354, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 13 ago. 2012.
- _____. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/15.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2010.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. Cosac Naify: São Paulo, [1957] 2012.
- LOPES, Edward. A contribuição de Ferdinand de Saussure. LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, [1976] 2008, p. 72-94.
- _____. LOPES, Edward. Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimentos passionais primordiais. **Cruzeiro semiótico**, Porto, 1989/1990, n.11/12, p. 154-160.
- _____. **A identidade e a diferença**: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. Discurso, *corpus*, texto: explorações. Coleção Mestrado em Linguística, Franca, v. 5, p. 35-52, 2010. Disponível em: <<http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/isue/view/54/showToc>>. Acesso em: 23 mar. 2014.
- LOPES, Ivã Carlos. Entre expressão e conteúdo: movimentos de condensação e expansão. **Itinerários**, São Paulo, n. 20, p. 65-75, 2003. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/issue/view/234/showToc>>. Acesso em: 23 mar. 2014.
- _____. e BEIVIDAS, W. Verificação, persuasão, argumentação: notas numa perspectiva semiótica. **Todas as letras**, v. 9, n. 1, São Paulo, p.32-41, 2007. Disponível em: <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/tl>. Acesso em: 18 fev. 2012.
- _____. Interdisciplinaridade: triagem e mistura na identidade Semiótica. PORTELA, Jean Cristtus; BEIVIDAS, Waldir; LOPES, Ivã Carlos e SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira (Org.) **Semiótica: identidade e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 33-47.

- LOPES, Paulo Eduardo. **A desinvenção do som: leituras dialógicas do tropicalismo**. Campinas: Pontes, 1999.
- MANSON, Michel. La poupée, objet de recherches pluridisciplinaires: bilan, méthodes et perspectives. **Histoire de l'éducation**. França, v. 18, n. 18, p. 1-27, 1983. Disponível em: <www.persee.fr/web/revues>. Acesso em: 30 mai. 2012.
- MARRONE, Gianfranco. **Corpi sociali**. Turin: Einaudi, 2001.
- MARSCIANI, Francesco. **Tracciati di etnosemiotica**, Milan: Angeli, 2007.
- MICHELET, André. Classificação de jogos e brinquedos: Classificação ICCP. Laboratório de brinquedos e jogos. Fortaleza: **LABRINJO** – UFC, 1998. Disponível em www.labrinjo.ufc.br. Acesso em: 02 jun. 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, [2004] 2008.
- _____.; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.
- NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.
- OLIVEIRA, Ana Cládia Mei de; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas**. São Paulo: EDUC, 1995.
- _____. (s/ind.). **Da boneca às bonequinhas: uma mesma imagem de construção do corpo**. Disponível em: <www.pucsp.br/cps/pt-br/arquivo/Biblio-AnaClaudia4.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- OLIVEIRA, Mirna Silva.; SILVA, Paulo Henrique Carvalho e; DIAMANTINO, Pedro Teixeira. Abrindo os braços: a luta quilombola de São Francisco do Paraguaçu-Boqueirão. In: ALMEIDA A. W. B. de (Orgs) ... [et al]. Cadernos de debates **Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**.– Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. Disponível em<http://www.novacartografiasocial.com/downloads/Livros/territorios_quilombolas_conflitos.pdf#page=18>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Vão surgindo os sentidos. ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993, p. 11-25.

- PORTELA, Jean Cristtus. Metalinguagem semiótica: empréstimos e redefinições. **CASA**, v. 10, n. 2, dez. de 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>. Acesso em: 7 mar. 2014.
- PROPP, Vladimir Yakovlevich. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1928] 1984.
- RUEF, Isabelle. Les poupées Caraja (Brésil). **Journal de la Société des Américanistes**, França, v. 56, n. 1, p. 161-177, 1967. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues>. Acesso em: 30 mai. 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 3. ed. São Paulo : Cortez, [1995] 2001.
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, [1988] 2002.
- SANTOS, José. Rodrigues dos. **Conceição das Crioulas: um caso de sucesso**. Monografia (Graduação em *Design*). Recife: CAC/UFPE, 2004. Disponível em: < http://www.oimaginario.com.br/site/wp-content/uploads/Conceicao_das_Crioulas%20-%20Josivan%20Rodrigues.pdf >. Acesso em: 7 set. 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística geral**. Tradução de Antônio Cheline, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.
- SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano V, n. 10, 1º semestre de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- SHIMODA, Lucas Takeo. O conceito de conotação em Greimas. **CASA**, São Paulo, v. 11, n. 2, dez. de 2013. Disponível em: < <http://seer.fclar.unesp.br/casa> >. Acesso em: 6 mai. 2014.
- SILVA, Valdélcio Santos. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 023, p. 265-293, 2000. Disponível em: <<http://www.afroasia.ufba.br>>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das**

Crioulas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12533/1/2012_GivaniaMariadaSilva.pdf. Acesso em: 18 abr. 2014.

SOUZA, Maria Aparecida de Oliveira. **As mulheres, a comunidade de Conceição e suas lutas**: histórias escritas no feminino. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2333/1/2006_MariaAparecidaOliveiraSouza.pdf. Acesso em: 18 abr. 2014.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação, 1994.

TEIXEIRA, Marlene. O objeto língua: unidade constituída pela ausência. **Letras de hoje**, v. 34, n. 2, p. 31-64, jun. de 1999. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewArticle/14935>. Acesso em: 16 mar. 2014.

TATIT, Luiz Augusto de Moraes. **Musicando a semiótica**. 2. ed. São Paulo: Annablume, [1997] 2011.

_____. A abordagem do texto. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística**: I. Objetos teóricos. 5. ed. São Paulo: Contexto, [2002] 2008.

_____. Muito menos e muito mais: análise de Nome, de Arnaldo Antunes. **Todas as letras**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 61-68, 2007. Disponível em: <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/tl/article/view/653/584>. Acessado em: 7 nov. 2011.

_____. O destinador transcendente – Nada e a nossa condição. **Semiótica à luz de Guimarães Rosa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

VILELA, Ilca Suzana Lopes. Fragmento de um discurso (des)passionalizado. **CASA**, São Paulo, v. 10, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/5275/4281>. Acesso em: 24 out. 2012.

_____. Identidade no discurso quilombola: operações semióticas de triagem e mistura. **CASA**, São Paulo, v. 12, 2014. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/casa>. Acesso em: 28 jul. 2014.

WÖFFLIN, Heinrich. **Conceitos fundamentais da história da arte:** o problema da evolução dos estilos na arte mais recente. Tradução de João Azenha Jr. São Paulo: Martins Fontes, [1915] 2000.

ZILBERBERG, Claude. **Elementos de semiótica tensiva.** Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, [2006] 2011a.

_____. **Des formes de vie aux valeurs.** Paris: PUF, 2011b.

_____. As condições semióticas da mestiçagem. Tradução de Ivã Lopes e Luiz Tatit. In: CAETANO, Kati Eliana; CAÑIZAL, Eduardo Peñuela. **O olhar à deriva:** mídia, significação e cultura. São Paulo: Annablume, 2003. p. 71-101.

_____. **Razão e poética do sentido.** Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Edusp, [1988] 2006.

_____. Louvando o acontecimento. **Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 13-28, jun. 2007. Disponível em: revistas.pucsp.br/galaxia. Acesso em: 27 ago. 2014.